



**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD**

Rosivaldo de Lima Lucena

**Uma Análise das Práticas Discursivas dos Sujeitos
Participantes do Processo de Concessão e Uso do
Microcrédito Produtivo Orientado como Suporte para
a Ação Empreendedora de Mulheres Artesãs: Um
Estudo Realizado no Contexto do Empreender JP**

**Recife-PE
2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Classificação de Acesso a Teses e Dissertações

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a teses do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita à consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, ser confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

A classificação desta tese se encontra, abaixo, definida por seu autor. Solicita-se aos depositários e usuários a fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Tese: Uma Análise das Práticas Discursivas dos Sujeitos Participantes do Processo de Concessão e Uso do Microcrédito Produtivo Orientado como Suporte para a Ação Empreendedora de Mulheres Artesãs: Um Estudo Realizado no Contexto do Empreender JP.

Nome do Autor: Rosivaldo de Lima Lucena.

Data da aprovação: 24/03/2015.

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1	☐
Grau 2	☐
Grau 3	☐

Recife, 24 de março de 2015.

Assinatura do Autor

Rosivaldo de Lima Lucena

**Uma Análise das Práticas Discursivas dos Sujeitos
Participantes do Processo de Concessão e Uso do
Microcrédito Produtivo Orientado como Suporte
para a Ação Empreendedora de Mulheres Artesãs:
Um Estudo Realizado no Contexto do Empreender
JP**

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gomes de Paiva Júnior

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito complementar para a obtenção do grau de Doutor em Administração, na área de concentração em Gestão Organizacional.

Recife, 2015

L935u	Lucena, Rosivaldo de Lima Uma Análise das Práticas Discursivas dos Sujeitos Participantes do Processo de Concessão e Uso do Microcrédito Produtivo Orientado como Suporte para a Ação Empreendedora de Mulheres Artesãs: Um Estudo Realizado no Contexto do Empreender JP/ Rosivaldo de Lima Lucena. - Recife: O Autor, 2015. 155 folhas: il. 30 cm. Orientador: Prof. Dr. Fernando Gomes de Paiva Júnior. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2015. Inclui referências e apêndices. 1. Microcrédito Produtivo Orientado. 2. Ação Empreendedora. 3. Mulheres Artesãs. Análise Crítica do Discurso. I. Paiva Júnior, Fernando Gomes de (Orientador). II. Título. 658.4 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2015 – 127)
-------	---

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD

**Uma Análise das Práticas Discursivas dos Sujeitos Participantes
do Processo de Concessão e Uso do Microcrédito Produtivo
Orientado como Suporte para a Ação Empreendedora de
Mulheres Artesãs: Um Estudo Realizado no Contexto do
Empreender JP**

Rosivaldo de Lima Lucena

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração
da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 24 de março de 2015.

Banca Examinadora:

(Fernando Gomes de Paiva Júnior, Doutor, UFPE) (Orientador)

(Débora Coutinho Pascoal Dourado, Doutora, UFPE) (Examinadora Interna)

(Guilherme Lima Moura, Doutor, UFPE) (Examinador Interno)

(Maria Iraê de Souza Corrêa, Doutora, UFRPE) (Examinadora Externa)

(Wanderleya dos Santos Farias, Doutora, UFPB) (Examinadora Externa)

Este trabalho é dedicado às mulheres da minha vida, as minhas musas inspiradoras:
Lindalva, minha mãe;
Jeanny, minha esposa;
Aline e Amanda, minhas filhas.



Agradecimentos

“A gratidão é a memória do coração.”
(Provérbio Francês)

Ao contrário das outras seções desta tese, esta é uma parte do presente trabalho científico – ao lado da Dedicatória – movida mais pela emoção do que pela razão.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao meu pai Manoel, *in memoriam*, e a minha mãe Lindalva, através de quem eu recebi o dom da vida biológica e os valores basilares do meu caráter. Sem eles, eu não existiria nem como ser humano e nem como ser social.

Em seguida, os agradecimentos se dirigem à minha esposa Jeanny, co-participante e apoiadora dos meus projetos pessoais e profissionais. A ela eu dedico os versos da música *How Deep Is Your Love*, do Bee Gees, em tradução livre:

“Você conhece a porta para minha alma,
Você é minha luz em minhas horas de profunda escuridão,
Você é minha salvação quando eu caio”.

Às minhas filhas, Aline e Amanda, que dão um colorido especial à minha vida.

Um agradecimento especial é endereçado ao Prof. Dr. Fernando Gomes de Paiva Júnior, orientador desta tese, pela competência, sensatez e acessibilidade na condução deste trabalho.

Aos colegas do grupo de estudos Jefferson, Lindenberg, Néelson, Osiris, Roberto e Walery, pelas discussões profícuas e pelo compartilhamento de fontes bibliográficas em nossas reuniões de estudos às quintas-feiras à tarde, lideradas pelo Prof. Paiva.

Aos membros da banca examinadora, Professores Guilherme Lima Moura, Maria Iraê de Souza Corrêa, Wanderleya dos Santos Farias e Débora Coutinho Pascoal Dourado, pelas relevantes contribuições, especialmente no momento do exame de qualificação, fundamentais para o aperfeiçoamento deste trabalho. Um agradecimento especial é endereçado à Profa. Débora, em cuja disciplina Análise Organizacional, por ela ministrada no período letivo 2010.1, no PROPAD, surgiu o *insight* inicial que ganhou corpo e se transformou nesta tese.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPE, pela oportunidade de cursar o doutorado.

À Irani Viturino e Tatiana Medeiros, secretárias do PROPAD, pelas sempre prestimosas informações sobre os trâmites administrativos no âmbito deste Programa.

À Profa. Lilian Soares Outtes Wanderley, Vice-Coordenadora do PROPAD, pelo apoio moral e pelo equacionamento dos trâmites burocráticos finais para a defesa desta tese.

Aos colegas da minha turma de doutorado: Ana Lúcia, Antônio, Ari, Cristiane, Daniel, Edilson, Felipe, Jorge, Moisés, Paulo Emanuel, Paulo Rafael, Renata, Sabrina, Sérgio, Vera, Viviane e Yákara, pelo convívio amigo, pela acolhida fraterna em Recife e pelas discussões travadas ao longo das disciplinas cursadas no PROPAD, fontes de perene aprendizagem para mim.

À amiga Professora Amanda Amorim, da Faculdade Internacional da Paraíba, pelo auxílio na diagramação e por ter feito uma apreciação crítica do presente trabalho.

Ao colega Professor Francisco José da Costa, do Departamento de Administração da UFPB, pelo auxílio na redação do *Abstract*.

À Mariana Moura Fontenele de Brito, Diretora do Departamento de Crédito Individual do Empreender JP, pela gentil acolhida e pelos inúmeros esclarecimentos relacionados à estrutura e ao funcionamento do Empreender JP.

A Magno Benevides Fontolan, Gerente das Linhas de Crédito Especiais do Empreender JP, por ter intermediado o contato com as mulheres artesãs, viabilizando a coleta de dados deste estudo.

Às mulheres artesãs, entrevistadas nesta pesquisa, sem as quais esta tese não poderia ter sido elaborada.

Aos meus alunos, de ontem, de hoje e do porvir, com quem eu aprendo diuturnamente.

“Hoje eu sou uma mulher realizada. Se ficar desse jeito, tá bom demais. Nem preciso de filhos nem de marido pra me dar as coisas.”
(Mulher Artesã, 61 anos, Entrevistada 1)

Resumo

Neste estudo, sob um prisma pós-estruturalista, apresentamos uma discussão sobre a possibilidade de [re]leitura do papel do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) como suporte para a Ação Empreendedora por meio do uso da Análise Crítica do Discurso (ACD), sob a perspectiva de Norman Fairclough. A problemática do estudo advém de indícios conflitantes apontados por pesquisas científicas sobre o tema, que ora indicam ganhos, ora indicam perdas socioeconômicas para os tomadores de crédito dos Programas de Microcrédito. As referidas pesquisas relegam a um segundo plano as subjetividades e as práticas discursivas dos sujeitos envolvidos no processo de concessão e uso do MPO como instrumento de fomento às atividades empreendedoras de cidadãos de baixa renda, ou seja, pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia. O objetivo do estudo consiste em aclarar quais são as práticas discursivas dos sujeitos participantes do processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs no contexto do Empreender JP. Buscamos elucidar, com as lentes analíticas da ACD, como é possível alargar a compreensão sobre o MPO a partir da identificação e análise das práticas discursivas desses sujeitos. A hipótese de trabalho que defendemos neste estudo consistiu em afirmar que o MPO tem impacto limitado como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs. Como principais resultados do estudo, constatamos que existe convergência entre os discursos dos referidos sujeitos no tocante à importância do crédito a juros baixos como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs tomadoras de crédito do Empreender JP. Em contrapartida, que há divergência entre os discursos dos ofertantes do crédito e dessas tomadoras de crédito no que diz respeito à capacitação destas no suporte para a sua Ação Empreendedora.

Palavras-Chave: Microcrédito Produtivo Orientado. Ação Empreendedora. Mulheres Artesãs. Análise Crítica do Discurso.

Abstract

In this study, within a post-structuralist perspective, a discussion on the possibility of [re]reading the role of the Productive Oriented Microcredit (POM) as support for the Entrepreneurial Action through the perspective of the Critical Discourse Analysis (CDA) and under the prospect of Norman Fairclough is presented. The study problem stems from conflicting evidence pointed out by scientific research on the subject, which at times indicate gains, and on different occasions indicate socioeconomic losses for the borrowers of Microcredit Programs. Such studies relegate to a low priority background the subjectivities and the discursive practices of the participants in the process of granting and use of POM as a promotion instrument for entrepreneurial activities of low-income people, that is, people living on less than two dollars a day. The objective of this study is to clarify what are the discursive practices of the subjects participating in the process of granting and use of POM as a support for the Entrepreneurial Action of the women artisans within the Entrepreneurship JP context. We seek to clarify with the analytical lens of CDA, how it is possible to expand the understanding of the POM from the identification and analysis of the discursive practices of these subjects. The working hypothesis advocated in this study asserts that the POM has limited impact as a support for the Entrepreneurial Action of the women artisans. As the main results of the study, we found that there is convergence between the discourses of the subjects on the importance of credit at low interest rates as a support for the Entrepreneurial Action of female artisans, credit borrowers of the Entrepreneurship JP. In contrast, there is disagreement between the discourses of credit offerers and credit borrowers regarding the training of the latter in support of their Entrepreneurial Action.

Key words: Productive Oriented Microcredit. Entrepreneurial Action. Artisan Women. Critical Discourse Analysis.

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACD	– Análise Crítica do Discurso (<i>Critical Discourse Analysis</i>)
ACEO	– Análises Críticas em Estudos Organizacionais
AD	– Análise do Discurso
BNB	– Banco do Nordeste do Brasil
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CGAP	– <i>Consultative Group to Assist the Poor</i>
CMS	– Estudos Críticos em Administração
CREDIAMIGO	– Programa Urbano de Microcrédito do BNB
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EAESP (FGV)	– Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
EC	– Economia Criativa
EMPREENDER JP	– Programa de Microcrédito da Prefeitura Municipal de João Pessoa
EUA	– Estados Unidos da América
FMI	– Fundo Monetário Internacional
G 8	– Grupo das Oito Nações Economicamente Mais Ricas do Mundo
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IMF	– Instituições Microfinanceiras
IPEA	– Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MPO	– Microcrédito Produtivo Orientado
OCDE	– Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONG	– Organização Não Governamental
PAB	– Programa do Artesanato Brasileiro
PIB	– Produto Interno Bruto
PMJP	– Prefeitura Municipal de João Pessoa
PNMPO	– Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
SUS	– Sistema Único de Saúde
TCEO	– Teoria Crítica em Estudos Organizacionais
UFPE	– Universidade Federal de Pernambuco

Lista de Figuras

Figura 1 - Pintura de um Quadro	16
Figura 2 - Incorporação da Perspectiva Sócio-Discursiva à Ação Empreendedora	27
Figura 3 - Condições que Afetam a Atividade Empreendedora e Opções de Política Pública	40
Figura 4 - Relação entre Microfinanças e Microcrédito	42
Figura 5 - Fluxograma Operacional	49
Figura 6 - A Ação Empreendedora	58
Figura 7 - Dimensões da Ação Empreendedora	60
Figura 8 - Concepção Tridimensional do Discurso	67
Figura 9 - Paradigmas Sociológicos e a Análise Organizacional	75

Lista de Quadros

Quadro 1 - Atendimento aos Clientes do Empreender JP	47
Quadro 2 - Atores que Afetam o Dinamismo do Meio Empreendedor.....	59
Quadro 3 - Correntes Teóricas da Análise do Discurso	65
Quadro 4 - Categorias Analíticas Propostas no Modelo Tridimensional do Discurso	68
Quadro 5 - Perfil dos Concedentes de Crédito do Empreender JP	86
Quadro 6 - Perfil das Mulheres Artesãs Tomadoras de Crédito do Empreender JP	86
Quadro 7 - Categorias Analíticas Propostas no Modelo Tridimensional do Discurso	87

Sumário

Conteúdo

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Pressupostos da Pesquisa	16
1.2	A Problemática da Pesquisa	19
1.3	Justificativas e Relevância do Estudo	26
2	REFERENCIAL TEÓRICO	30
2.1	Um Olhar a Respeito das Microfinanças	30
2.1.1	Princípios das Microfinanças	31
2.1.1.1	Os pobres não necessitam apenas de empréstimos, mas de uma variedade de serviços financeiros	32
2.1.1.2	As Microfinanças são um instrumento poderoso na luta contra a pobreza	32
2.1.1.3	As Microfinanças representam a construção de sistemas financeiros que sirvam aos pobres	32
2.1.1.4	As Microfinanças podem e devem ser auto-suficientes para atingir um grande número de pessoas pobres	33
2.1.1.5	As Microfinanças tratam da construção de instituições financeiras locais de caráter permanente	33
2.1.1.6	O Microcrédito não é a resposta para tudo. O Microcrédito não é o melhor instrumento para todos em todas as circunstâncias	33
2.1.1.7	O estabelecimento de ‘tetos’ às taxas de juro afetam negativamente os pobres, tornando o acesso destes ao crédito mais difícil	34
2.1.1.8	O papel do governo é o de permitir a transação de serviços financeiros, e não o de fornecê-los diretamente	34
2.1.1.9	Os fundos dos doadores devem complementar o capital privado e não competir com ele	34
2.1.1.10	O maior gargalo na indústria Microfinanças é a ausência de instituições e executivos fortes	35
2.1.1.11	As Microfinanças funcionam melhor quando têm seu desempenho medido e divulgado	35
2.1.2	Estrutura Institucional do Setor das Microfinanças	37
2.2	Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo	37
2.3	Considerações sobre o Microcrédito Produtivo Orientado	41
2.3.1	O Que é o Microcrédito Produtivo Orientado	42
2.3.2	Principais Características do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)	43
2.3.2.1	Crédito Produtivo	44
2.3.2.2	Ausência de Garantias Reais	44
2.3.2.3	Crédito Orientado	44
2.3.2.4	Crédito Adequado ao Ciclo do Negócio	45
2.3.2.5	Baixo Custo de Transação e Elevado Custo Operacional	45
2.3.2.6	Ação Econômica com Impacto Social	46
2.3.3	O Programa de Microcrédito Empreender JP	46
2.3.4	As Limitações dos Programas de Microcrédito	50
2.4	Gênero Feminino	52
2.5	O Artesanato como Setor da Economia Criativa (EC)	56
2.6	A Ação Empreendedora	58
2.7	Análise Crítica do Discurso	61

2.7.1	Considerações sobre a Teoria Crítica	62
2.7.2	Considerações sobre Linguagem e Discurso	63
2.7.3	Análise Crítica do Discurso (ACD) sob a Ótica de Norman Fairclough	66
2.7.3.1	Dimensão Texto	68
2.7.3.2	Dimensão Prática Discursiva	69
2.7.3.3	Dimensão Prática Social	71
3	TRILHA METODOLÓGICA	73
3.1	Ontologia da Pesquisa	73
3.2	Epistemologia da Pesquisa	74
3.3	Paradigma Subjacente à Pesquisa	75
3.4	Tipologia da Pesquisa	76
3.5	Método de Abordagem	77
3.6	Sujeitos da Pesquisa	78
3.7	A ACD como Método de Pesquisa	78
3.7.1	Coleta dos Dados	80
3.7.1.1	As Fontes Escritas/Documentais	80
3.7.1.2	As Fontes Orais	80
3.7.2	A Construção do <i>Corpus</i> da Pesquisa	81
3.8	O Percurso da Pesquisa	81
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	83
4.1	As Singularidades do Empreender JP	83
4.2	O Perfil dos Sujeitos da Pesquisa	85
4.2.1	Perfil dos Concedentes do Crédito	86
4.2.2	Perfil das Mulheres Artesãs Tomadoras de Crédito do Empreender JP	86
4.3	Resultados Relativos à Primeira Questão Secundária da Pesquisa	88
4.3.1	Categorias Analíticas da Dimensão Texto	88
4.3.2	Categorias Analíticas da Dimensão Prática Discursiva	90
4.3.3	Categorias Analíticas da Dimensão Prática Social	93
4.4	Resultados Relativos à Segunda Questão Secundária da Pesquisa	94
4.4.1	As Práticas Discursivas dos Concedentes de Crédito do Empreender JP sobre este como Suporte para a Ação Empreendedora de Mulheres Artesãs	94
4.4.2	As Práticas Discursivas das Mulheres Artesãs, Tomadoras de Crédito do Empreender JP, sobre este como Suporte para a sua Ação Empreendedora	97
4.4.3	Os Fatores de Convergência entre as Práticas Discursivas dos Concedentes e das Usuárias do MPO como Suporte para a Ação Empreendedora de Mulheres Artesãs, no Contexto do Empreender JP	98
4.5	Resultados Relativos à Terceira Questão Secundária da Pesquisa	99
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
5.1	Retornando ao Ponto de Partida	103
5.2	As Contribuições Acadêmicas do Estudo	108
5.3	As Contribuições Gerenciais do Estudo	108
5.4	As Limitações do Estudo	109
5.5	Sugestões para Futuras Pesquisas	109
	REFERÊNCIAS	111
	APÊNDICE A - Protocolo de Entrevista da Mulher Artesã	136
	ANEXO A - Variedade do Artesanato Paraibano	138
	ANEXO B - Princípios das Microfinanças	139
	ANEXO C - BRASIL. Lei 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO	141

ANEXO D - Lei Municipal Nº 10.431, de 11 de abril de 2005, que Cria o Programa de Apoio aos Pequenos Negócios – Empreender JP	148
ANEXO E - Certificado de Participação no Curso de Gestão Empresarial Básica do Empreender JP	155

1 Introdução

“Eu sou eu e as minhas circunstâncias.”
(José Ortega y Gasset, filósofo espanhol, 1883-1955)

Neste primeiro capítulo, apresentamos os pressupostos da pesquisa; a delimitação do tema e a formulação das questões principal e secundárias de pesquisa; as justificativas e as contribuições do estudo, ora proposto.

1.1 Pressupostos da Pesquisa

Ao nos propormos a realização da presente pesquisa, adotamos procedimentos que podem ser expressos por meio de uma metáfora, tomando como referência a pintura de um quadro (Figura 1).

Figura 1 - Pintura de um Quadro



Fonte: Adaptação do Autor (2014) (a partir da obra Mona Lisa, de Leonardo da Vinci)

Antes de chegar às mãos do pintor, a tela e a moldura são fabricadas, por exemplo, por um marceneiro. Em seguida, dependendo do seu objetivo artístico, o pintor inicialmente demanda, para o seu mister, um tamanho de tela, num primeiro momento, e de moldura, posteriormente: pequeno, médio ou grande.

Subjacente ao processo de definição do tamanho da tela/moldura, algumas decisões são tomadas: o que será pintado na tela, quais cores serão utilizadas, em que combinações, o que será incluído (ou não) na paisagem, dentre outras medidas correlatas.

De forma análoga, combinando técnica e criatividade, procedimento semelhante ocorre ao formularmos uma determinada questão que irá desencadear um processo de pesquisa científica: que tema escolher; como problematizá-lo; que objetivos perseguir; que fontes incluir (ou não) no referencial teórico; por que optar por este método (e não por outro) de pesquisa; a quem servirá os resultados da pesquisa: somente ao autor da pesquisa, a um determinado grupo de interesse, à sociedade como um todo?

Assim, a seguir são explicitadas as inquietações que nos levaram a delinear o presente trabalho de pesquisa com as características expressas em sua estrutura.

Primeiro, aguça a nossa curiosidade elucidar se efetivamente um Programa de Microcrédito – no caso aqui em apreço o Empreender JP – contribui para a emancipação, em termos socioeconômicos, das suas tomadoras de crédito.

Segundo, em função da minha história de vida, a seguir brevemente narrada. Nasci em 1971 em Patos, cidade localizada no Sertão do Estado da Paraíba, numa família que, à época do meu nascimento, tinha uma renda mensal equivalente, se tanto, a dois salários mínimos de hoje – janeiro de 2015 – (aproximadamente R\$1.576,00). Assim, tenho um histórico de vida que me faz ser sensível às necessidades e às demandas de cidadãos de baixa renda. Éramos meu pai, minha mãe e seis filhos. Tempos difíceis aqueles...

Terceiro, optamos por estudar as mulheres porque, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014) –, elas são a maioria da população brasileira (51% da população, o que equivale a quatro milhões de mulheres a mais do que os homens residentes no Brasil). E mais: dentre os clientes do Empreender JP (2014) –, as mulheres representam a maioria deles: 63% (sessenta e três por cento), contra 37% (trinta e sete por cento) dos homens.

Quarto, a opção por estudar o Empreender JP foi motivada por ser ele uma política pública da Prefeitura Municipal de João Pessoa com vistas ao estímulo e à inserção de pessoas de baixa renda no setor produtivo da Economia.

Desse conjunto de experiências afloram as intenções desta pesquisa: (i) a consideração da experiência das tomadoras de crédito do Empreender JP, mulheres artesãs de baixa renda, pouco contempladas e assistidas pelas políticas públicas vigentes na sociedade brasileira; (ii) o desejo sincero de contribuir com a emancipação destas mulheres, seja econômica, seja socialmente; (iii) a controvertida evidência teórico-empírica de que a autonomia educacional e de renda destas mulheres transbordará para as suas famílias; (iv) a constatação de que pesquisas realizadas no campo dos Estudos Organizacionais podem contribuir para a melhor inserção dos excluídos (no caso, as mulheres) no mercado de trabalho.

Na dimensão ontológica, o presente estudo parte do pressuposto de que a realidade é socialmente construída (BERGER; LUCKMANN, 2009), isto é, ela não é imutável. E que é possível, a partir da ação conjunta entre uma entidade pública, no caso em apreço a Prefeitura Municipal de João Pessoa, através de uma política pública – o Empreender JP – e o empenho individual das tomadoras de crédito aqui estudadas, contribuir, mesmo que parcialmente, para a geração de emprego, renda e emancipação destas.

Na dimensão epistemológica, assumimos a perspectiva de que a linguagem, de forma geral, e o discurso, de forma particular, emergem como um elemento central para o entendimento da realidade sócio-histórica, pois, para Ibañez Gracia (2005, p. 39), “a linguagem não só nos diz como é o mundo, ela também o institui; e não se limita a refletir as coisas do mundo, também atua sobre elas, participando de sua constituição.”

Na dimensão metodológica, o estudo aqui em tela adota um enfoque qualitativo de pesquisa, no contexto do paradigma interpretativista, tomando a Análise Crítica do Discurso (ACD) como teoria e método para o levantamento e a interpretação dos dados necessários e suficientes para a consecução dos objetivos expressos nesta tese.

Na dimensão axiológica, acreditamos que estudar e difundir a filosofia de Programas de Microcrédito seja uma forma de uma Universidade Pública (no caso aqui em consideração a UFPE), concretamente através do autor da investigação aqui em análise e, por extensão, dos demais interessados no tema, proporcionar uma reflexão e uma tomada de posição a respeito de pesquisas socialmente engajadas, pois um estudo como o aqui proposto pode propiciar uma oportunidade de retorno socioeconômico aos cidadãos que mantêm a referida instituição através do pagamento dos seus impostos.

Quanto à natureza humana, conforme Burrell e Morgan (1979), existe um grande debate filosófico sobre duas visões extremas da relação entre seres humanos e seus ambientes: determinismo *versus* voluntarismo. Aqui tomamos como pressuposto a perspectiva de que, a partir da ação conjunta do Empreender JP – que por seu turno oferece crédito e capacitação – e do engajamento das mulheres no referido Programa, as quais buscam competências empreendedoras para tocar seus próprios negócios, dessa ação combinada podem-se formar, via conscientização e ação, mulheres que serão, literalmente, ‘mulheres parentéticas’ (GUERREIRO RAMOS, 1984), ‘senhoras do seu destino’, mesmo que parcialmente, proporcionando a elas oportunidades de sobrevivência e desenvolvimento socioeconômico.

Para a realização desse intento, julgamos importante dizer que, neste estudo, objetivamos verificar se a participação das mulheres artesãs como tomadoras de crédito do Empreender JP contribui para a sua emancipação, que é aqui conceituada como a “afirmação

de relações radicalmente diferentes das condições anteriores e presentes de opressão e dominação, de uma situação vivida negativamente, onde se forjam as forças e identidades capazes de pretender outra vida” (MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p. 200).

Por fim, destaco que, embora seja óbvio o fato de eu ser o autor material do processo de escrita deste texto, nele recebi a influência de diferentes vozes (a chamada polifonia de BAKHTIN, 2014), quais sejam, principalmente as vozes dos seguintes sujeitos: dos autores tomados como referencial teórico, do orientador acadêmico desta tese, dos examinadores que compuseram a banca de avaliação final deste trabalho, dos concedentes de crédito do Empreender JP e das mulheres artesãs.

1.2 A Problemática da Pesquisa

O momento sócio-histórico contemporâneo é designado por alguns autores como a era da informação, sociedade do conhecimento, sociedade pós-industrial, pós-fordismo, modernidade, pós-modernidade, economia informacional e sociedade em rede (HARDT e NEGRI, 2001; JAMESON, 2006; KUMAR, 2006; CASTELLS, 2012; MAFFESOLI, 2012; HARVEY, 2013).

No bojo das transformações político-econômicas do capitalismo do final do século XX, tal sociedade se apóia na flexibilidade: dos mercados e dos processos de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Esse movimento caracteriza-se, ainda, pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, maneiras inusitadas de fornecimento de serviços financeiros, mercados emergentes e, sobretudo, taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2013).

A sociedade contemporânea tem passado por um processo de reestruturação, destacando-se entre seus traços distintivos: maior flexibilidade na gestão; descentralização e conectividade em rede das organizações entre si e com outras organizações; fortalecimento do capital em relação ao trabalho; crescente individualização e diversificação das relações de trabalho; incorporação das mulheres à força de trabalho, geralmente em condições discriminatórias de salários; aumento brutal da concorrência econômica entre indivíduos, empresas e nações; ataque neoliberal às conquistas do Estado de Bem-Estar Social obtidas gradualmente, no âmbito interno de diversos Estados-Nação, no período Pós-Segunda Guerra Mundial; mudanças nas instituições, nas capacitações e nos padrões de consumo, as quais não

têm contribuído para libertar as pessoas das rotinas estafantes do seu dia a dia (SENNETT, 2008; CASTELLS, 2012).

Nessa nova estrutura social, as redes globais excluem determinadas pessoas, organizações e territórios, assim induzindo o surgimento de uma geografia de desigualdade social, econômica e tecnológica. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a se reagrupar em torno de identidades primárias – religiosas, étnicas, territoriais e nacionais, emergindo daí o fundamentalismo religioso como força de segurança pessoal e mobilização coletiva (CASTELLS, 2012).

As dimensões tempo e espaço se encontram na origem das manifestações atuais que celebram o território, os produtos da região, os festivais folclóricos, as lendas locais e as encenações históricas de determinada personagem famosa da região, cidade ou país em consideração (MAFFESOLI, 2012). Em suma, um mundo complexo, interdependente, multicultural e difícil de administrar.

No plano econômico, Singer (2010, p. 7), dissertando sobre o atual momento da sociedade hodierna, afirma que:

O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que nossa tendência é considerá-lo como normal ou natural. Vivemos, assim, em uma sociedade em que a competição domina praticamente todas as áreas da atuação humana. No entanto, esta competição tem sido criticada por causa dos seus graves efeitos sociais. A apologia da competição dá valor apenas aos vencedores; os perdedores ficam na penumbra ou são excluídos.

Concordando com as críticas arroladas no parágrafo anterior, Stiglitz (2007) apresenta propostas no sentido de fazer a globalização da economia funcionar a favor dos países mais pobres do planeta. Sem poupar críticas ao FMI, que teria imposto aos países em desenvolvimento as diretrizes neoliberais do chamado Consenso de Washington (redução ao mínimo do papel do Estado na sociedade, liberalização total das atividades econômicas e privatização das empresas estatais), esse autor enfatiza como essas políticas aumentaram a pobreza e a desigualdade e as contrapõe ao caminho tomado pelos países do sudeste asiático, cujas lideranças políticas não abriram mão de um papel forte do governo na direção econômica. Esse autor critica os formuladores de políticas voltadas para o combate à inflação e as mensurações do desenvolvimento que só levam em conta o PIB, mostrando que muitas vezes o PIB vai bem, mas o povo vai mal.

Para transformar o cenário da globalização, esse autor advoga a favor da mudança de mentalidade e propõe reformas concretas em temas como comércio internacional (fim dos subsídios agrícolas, relativização dos direitos de propriedade intelectual), dívida externa

(perdão para os países mais pobres, leis internacionais de falência, fim das condições para empréstimos do FMI que beneficiam preponderantemente os credores), aquecimento global (criação de um imposto sobre emissão de carbono e uso de combustíveis fósseis), monopólios multinacionais e corrupção (limite ao sigilo bancário, compromisso social das empresas) e do sistema mundial de reservas (criação de uma nova moeda internacional de reserva).

Nessa conjuntura, o processo de globalização, mais do que um problema econômico, representa uma questão política, e que um dos possíveis caminhos para minimizar as desigualdades entre os países diz respeito à democratização dos frutos decorrentes desse processo. A começar pelas instituições internacionais como o Banco Mundial e o FMI, influenciadas pelos EUA e outros países industriais avançados, que precisam ser mais transparentes e mais equânimes em suas ações políticas (STIGLITZ, 2007).

No mundo ‘líquido-moderno’ de hoje, pouco importa aos países ricos, na sua relação com os países economicamente mais pobres, se existem vítimas das ações políticas e econômicas, uma vez que as perdas são ‘naturalizadas’. Pior ainda, as próprias vítimas dessas ações são ‘culpabilizadas’ por sua exclusão. Essa naturalização é observada, sobretudo, na indiferença dos políticos em relação aos homens e mulheres sacrificados pelo processo de globalização (BAUMAN, 2013).

Um dos aspectos proeminentes na sociedade contemporânea diz respeito ao fato de que o paradigma de pensamento econômico vigente, em associação com as práticas administrativas, reforça a manutenção de um *status quo* ampliador da concentração exacerbada de riquezas, da exclusão e da agressão ambiental (AKTOUF, 2004; CHOMSKY, 2006).

No caso particular do Brasil, na dimensão econômica, o Fundo Monetário Internacional – FMI (2014) e o *Economist Intelligence Unit* (2014), unidade de inteligência da revista *The Economist* – estimam que o PIB do nosso País hoje corresponde a US\$ 2,2 trilhões, valor que eleva a nossa Nação à condição de sétima economia mais rica do planeta, ficando atrás da economia, respectivamente, dos EUA, da China, do Japão, da Alemanha, da França e do Reino Unido.

Na dimensão social, conforme argumentam Antunes e Pochmann (2007), Buarque (2013), Chomsky (2006), Dejours (2003), Gonçalves (2013), Rocha (2010), Souza (2004; 2006; 2010; 2013), Síntese de Indicadores Sociais 2013 publicada pelo IBGE e Wacquant (2011), constata-se que um dos mais graves problemas que enfrentamos no plano da ordem global, e particularmente no caso do Brasil como nação, é a concentração de riqueza nas mãos

de uma pequena parcela, em detrimento da maioria da população, embora tenha havido certa diminuição desta concentração em anos recentes no Brasil (ATLAS..., 2013).

Conforme os dados apresentados, o Brasil é um País rico (hoje, a sétima economia do mundo), porém é uma das nações com uma das maiores concentrações de renda entre os países do mundo (OCDE, 2013; FMI, 2014).

Ante o exposto, questionamos: que medidas podem ser adotadas a fim de resolver tal problema socioeconômico? Acreditamos que uma possível solução possa emergir da argumentação exposta nos parágrafos a seguir.

Criticando a ênfase excessiva no crescimento econômico, assim se posiciona Furtado (2000, p. 75):

A idéia de desenvolvimento, no sentido estritamente econômico, é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

Embora a solução para esse problema não seja simples e nem de curto prazo, Galbraith (2002) advoga a favor de ações políticas voltadas para uma ‘sociedade justa’, na qual cidadãos devam desfrutar de liberdade pessoal, de bem-estar básico, de igualdade racial e étnica e da oportunidade de uma vida gratificante.

A fim de atingir tais objetivos, Sen (2009, p. 82) argumenta que é crucial:

Favorecer a criação de condições nas quais as pessoas tenham oportunidades reais de julgar o tipo de vida que gostariam de levar. Fatores econômicos e sociais como educação básica, serviços elementares de saúde e emprego seguro são importantes não apenas por si mesmos, como pelo papel que podem desempenhar ao dar às pessoas a oportunidade de enfrentar o mundo com coragem e liberdade. Essas considerações requerem uma base informacional mais ampla, concentrada particularmente na capacidade de as pessoas escolherem a vida que elas têm razões para valorizar.

No presente estudo assumimos o Desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2009, p. 17, grifo nosso). Adicionalmente, esse autor argumenta que o Desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania; carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática; negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Tal escolha está lastreada na nossa crença pessoal de que um dos possíveis caminhos para a superação da pobreza esteja na combinação entre um Estado efetivo e cidadãos ativos.

Em outros termos, a História revela que a maioria dos países só prospera com a liderança de um Estado capaz de administrar o processo de desenvolvimento de forma efetiva. Em igual medida, para que as pessoas possam viver com dignidade, é crucial que os cidadãos possam determinar o curso de suas próprias vidas, lutando por seus direitos e por justiça em suas sociedades. Cidadãos ativos constituem um ingrediente essencial para que os Estados da atualidade trabalhem eficazmente para pôr fim à pobreza e à desigualdade em bases sustentáveis (GREEN, 2009).

Neste contexto, um dos fatores relevantes na tentativa de aumentar a equidade socioeconômica no Brasil diz respeito à formulação e à implementação de políticas públicas que visem à inserção de diversas parcelas de atores sociais ainda parcialmente excluídos do mercado de trabalho: indígenas, afro-descendentes, jovens e mulheres. Nesse âmbito, emerge a questão do ingresso paulatino da mulher no mercado de trabalho, seja como empregada, seja como empregadora (IBGE, 2013).

Pesquisas do IBGE (2013) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2013) indicam que a participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil tem aumentado progressivamente. Não obstante, os referidos levantamentos mostram também que permanece a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Segundo o IBGE (2013, p. 4):

Aproximadamente 35,5% das mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho como empregadas com carteira de trabalho assinada, percentual inferior ao observado na distribuição masculina (43,9%). As mulheres empregadas sem carteira e trabalhando por conta própria correspondiam a 30,9%. Entre os homens este percentual era de 40%. O percentual de mulheres inseridas como empregadores era de 3,6% enquanto na distribuição masculina era 7,0%.

Em vista desses dados, no âmbito do Brasil, a geração de oportunidades de criação de emprego, renda e de abertura de negócios próprios, como meios de sobrevivência socioeconômica, tem sido desigual para homens e mulheres. Um dos mecanismos que podem contribuir para equalizar ou, pelo menos, minorar essa situação, pode ser, por parte das entidades promotoras do desenvolvimento, notadamente as da esfera estatal, a adoção de políticas públicas que contribuam para reverter o cenário traçado nos dois parágrafos anteriores, ação que, sendo bem gerida, poderá contribuir, em termos socioeconômicos, para a obtenção de liberdade substantiva – “significa ter e fazer escolhas (ter alternativas, meios e habilidades para realizá-las –” (SEN, 2009, p. 116), por parte das mulheres que atuam no mercado de trabalho brasileiro.

Desde a década de 1990, no Brasil e em outros países, diversas políticas públicas – por exemplo, Programas de Microcrédito, Cooperativas de Crédito e ‘Bancos do Povo’ – têm sido adotadas pelas três esferas governamentais (federal, estaduais e municipais), com o intuito de criar mecanismos de inserção das pessoas de baixa renda no mercado de trabalho (SACHS, 2003).

Dentre essas políticas, os Programas de Microcrédito têm sido criados e/ou apoiados como política pública, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico em diversas localidades do Brasil e de outros países. O interesse por tal temática decorre do fato de ela ser considerada um mecanismo de combate à vulnerabilidade econômica, contribuindo para a oferta de serviços financeiros ajustados ao perfil e às necessidades de pessoas de baixa renda (AL-MAMUN; MAZUNDER; MALARVIZHI, 2014; GURSES, 2009).

Como política pública indutora da geração de pequenos empreendimentos produtivos, o MPO é um processo complexo e multifacetado, envolvendo diferentes atores sociais, sendo que na literatura científica destaca-se uma visão reducionista e predominantemente econométrica sobre o tema. Além disso, constatamos que o planejamento desses Programas é unilateral, ou seja, predomina na concepção deles a visão e a ideologia do formulador da política pública; e que o enfoque adotado neles é gerencialista.

Outro aspecto relevante a destacar no tocante às pesquisas sobre as Microfinanças e o Microcrédito é o predomínio de abordagens quantitativas (AL-MAMUN; MAZUNDER; MALARVIZHI, 2014; BORBA, 2012; ÇELIK, 2013; TEIXEIRA; RODRIGUES, 2013; YUSUPOV, 2012). Esses estudos relegam a um segundo plano as subjetividades e as práticas discursivas dos atores sociais envolvidos na concessão e uso do Microcrédito como instrumentos de fomento às Ações Empreendedoras de cidadãos de baixa renda. Foi a partir dessa constatação que percebemos uma lacuna teórica a ser preenchida com uma proposta de pesquisa discursiva, a qual contribuiria para alargar a compreensão sobre o tema aqui em apreciação.

De toda a argumentação exposta até aqui, podemos realçar algumas constatações: (i) Estudos nacionais (BELLO FILHO, 2010; BORBA, 2012; BRAGA, 2011; MONZONI NETO, 2006; SANTOS, 2007) e internacionais (GHOSH, 2013; GURSES, 2009; MIRELES, LEÓN; VILLANUEVA, 2014; NAWAI; SHARIFF, 2010) apresentam indícios de que os impactos de Programas de Microcrédito sobre a vida dos seus tomadores de crédito são conflitantes, ora trazendo ganhos, ora não contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas; (ii) Os estudos que versam sobre as Microfinanças (BORBA, 2012; ROOYEN, STEWART; WET, 2012; TEIXEIRA; RODRIGUES, 2013) limitam-se à análise

do desempenho das instituições e não à ação individual dos tomadores de crédito; (iii) Os estudos disponíveis não relacionam as Microfinanças com a Ação Empreendedora; (iv) As mulheres são maioria entre os clientes do Empreender JP – 63%, contra 37% de clientes do gênero masculino (PMJP, 2014); (v) No caso particular do Empreender JP, há controvérsias no discurso dos diferentes atores envolvidos no processo de concessão e uso do MPO. Por um lado, há o discurso dos ofertantes do Microcrédito: (a) Governo Federal (através do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado); (b) Prefeitura Municipal de João Pessoa (através do Secretário Municipal de Produção, Trabalho e Renda, da Diretora do Departamento de Crédito Individual e do Gerente de Linhas de Créditos Especiais); (c) Agentes de Crédito (responsáveis pelo diagnóstico para fins de concessão de crédito, treinamento e monitoramento dos tomadores de crédito do Empreender JP). O discurso desses atores é alinhado na direção de ‘vender’ o produto Microcrédito; (vi) Mas há lacunas nesses discursos, a seguir exploradas.

Neste estudo, definimos **Práticas Discursivas** “como linguagem em ação, isto é, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (SPINK; MEDRADO, 1999, p. 45).

Em decorrência de todos os argumentos apresentados nos parágrafos anteriores e à luz das nossas reflexões teóricas e empíricas sobre o tema, elegemos as questões abaixo como norteadoras do estudo aqui proposto. Assim, neste contexto, com o intuito de apresentar um novo olhar para a compreensão do MPO como política pública de suporte à Ação Empreendedora, é que nos propomos a estudar a seguinte **questão principal** de pesquisa:

Quais são as Práticas Discursivas dos Sujeitos Participantes do Processo de Concessão e Uso do Microcrédito Produtivo Orientado como Suporte para a Ação Empreendedora de Mulheres Artesãs, no Contexto do Empreender JP?

Como desdobramento da **questão principal**, intencionamos encontrar respostas para as seguintes **questões secundárias** de pesquisa:

- a) O que revelam as especificidades discursivas do marco regulatório que orienta o Empreender JP?
- b) Quais os fatores de convergência entre as práticas discursivas dos sujeitos envolvidos no processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs, no contexto do Empreender JP?

- c) Quais os fatores de divergência entre as práticas discursivas dos sujeitos envolvidos no processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs, no contexto do Empreender JP?

Ante o exposto, a **hipótese de trabalho** que pretendemos defender neste estudo consiste em afirmar que o MPO tem impacto limitado como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs, no contexto do Empreender JP. Para tanto, testaremos em nosso estudo empírico se o discurso dos concedentes de crédito encontra-se em sintonia (ou não) com o discurso das mulheres artesãs, tomadoras de crédito do Empreender JP.

1.3 Justificativas e Relevância do Estudo

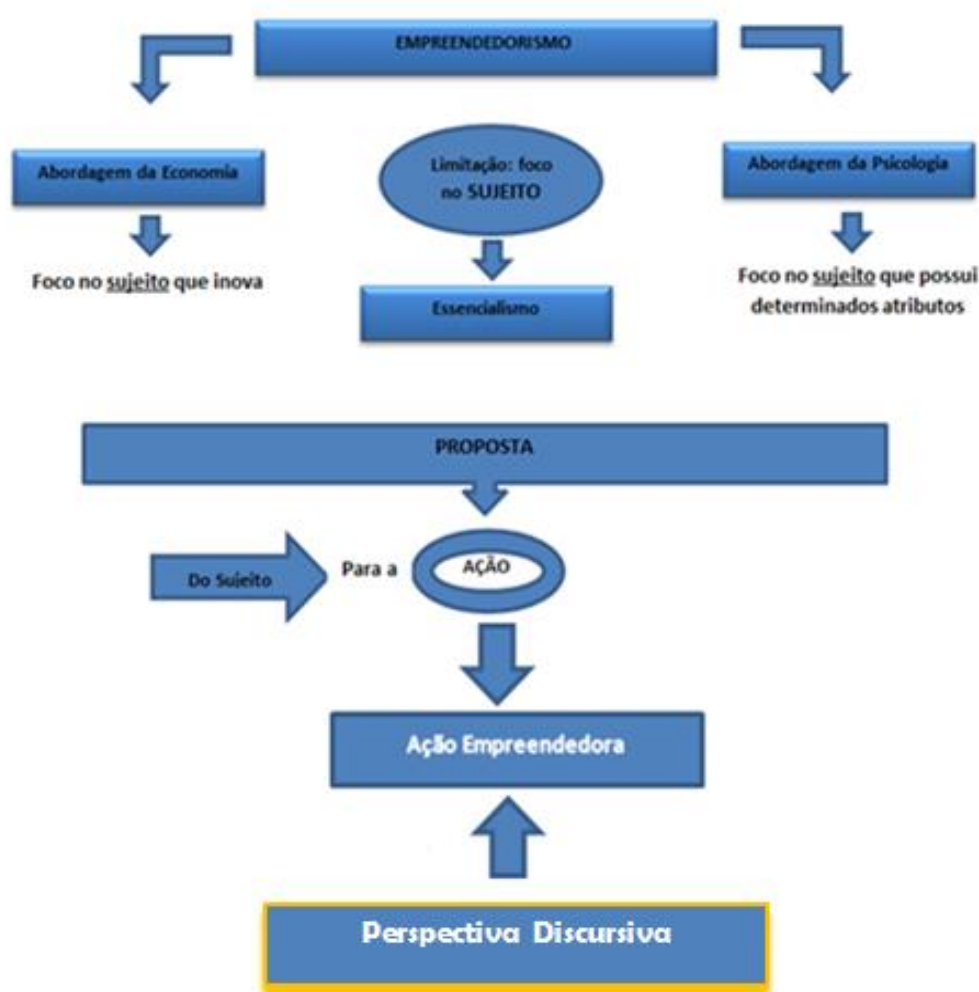
Embora a literatura científica (BATEMAN; CHANG, 2012; MONZONI NETO, 2006; ROOYEN; STEWART; WET, 2012; SCHREIBER, 2009; TEIXEIRA; RODRIGUES, 2013) relativa às Microfinanças apresente pontos positivos sobre os resultados dessas atividades em termos de combate à pobreza, formação de empreendedores e inserção de pessoas de baixa renda no mercado de trabalho, pesquisas como as realizadas por Al-Mamun, Mazunder e Malarvizhi (2014), Rooyen, Stewart e Wet (2012), Sigalla e Carney (2012), Braga (2011), Colodeti (2011), Bello Filho (2010), Drolet (2010), Gonçalves (2010), Li (2010), Reymão (2010) e Santos e Carrion (2009), apontam que há controvérsias a respeito de tais resultados. Ora os estudos apontam para a existência de ganhos socioeconômicos, ora eles sinalizam a ocorrência de limitações nas atividades de Microfinanças, e particularmente nos Programas de Microcrédito, na sua função de instrumentos para a melhoria das condições de vida dos tomadores de crédito.

Em decorrência das considerações apresentadas, emergem as possíveis relações entre as Microfinanças, a Inovação, o Empreendedorismo e a Criação de Pequenas Empresas como mecanismos de fomento à geração de emprego, renda e inserção no mercado de trabalho de cidadãos de baixa renda.

Após o estudo das pesquisas referidas ao longo desta tese, constatamos uma lacuna teórica na literatura científica relativa ao MPO como instrumento de política pública, especialmente no que tange à sua relação com a Ação Empreendedora. Em outros termos, a nosso ver, falta um diálogo conceitual entre as teorias sobre Gestão de Políticas Públicas e as teorias sobre o Empreendedorismo, particularmente no que tocante à Ação Empreendedora.

Dessa constatação decorre uma possível contribuição da pesquisa aqui proposta: propiciar a articulação conceitual entre os estudos sobre políticas públicas de MPO na relação direta com aqueles pertinentes à Ação Empreendedora. Em outros termos, o que propomos, visando a aperfeiçoar as abordagens teóricas já disponíveis sobre a Ação Empreendedora, é incorporar a esta um **eixo sócio-discursivo** (ilustrado na Figura 5 na cor amarela), em que, de um lado, há o discurso dos concedentes do crédito (no caso aqui estudado, os membros de Empreender JP) e, do outro lado, há o discurso do usuário do crédito (no caso aqui em apreciação, as mulheres artesãs), com o intuito de articular as ações da PMJP e das mulheres artesãs, tendo em vista procedimentos que aperfeiçoem o desempenho dessas mulheres enquanto proprietárias de seus empreendimentos.

Figura 2 - Incorporação da Perspectiva Sócio-Discursiva à Ação Empreendedora



Fonte: Proposta do Autor (2015).

Tomando como referência os argumentos de Ribeiro e Carvalho (2006), a opção por realizar esse estudo no contexto de Programas de Microcrédito tem origem na constatação de que os programas implementados com suporte dessas atividades têm sido utilizados, no Brasil e em outros países, como estratégia de combate à pobreza, por meio dos quais, a partir de mecanismos institucionais adequados, pode haver transferência de ativos necessários à emancipação socioeconômica dos mais pobres.

Nesse estudo, optamos pelas mulheres artesãs como sujeitos da pesquisa pelo fato de que, ao longo do século XX, e nesse início do século XXI, embora a mulher seja maioria numérica na população brasileira (IBGE, 2013), a ‘voz’ dela tem sido pouco ouvida, estudada, analisada e considerada nos Estudos Organizacionais (CALÁS; SMIRCICH, 2006; CERCHIARO, AYROSA, ZOUAIN, 2009).

Outra razão para o estudo das mulheres como sujeitos da presente pesquisa diz respeito à conclusão de Santiago (2011, p. 6), a saber:

As diversas instituições que fomentam o crédito popular assumem o atendimento preferencial ao gênero feminino, pelo fato de as mulheres responderem, de modo mais efetivo, pelos ganhos sociais do microcrédito, destinando-os para as suas famílias.

A opção por estudar o segmento social, econômico e cultural do Artesanato decorreu do fato de que, na contemporaneidade, este pode ser visto como uma matriz de resistência às tentativas substancialmente homogeneizantes de modos de produção e padrões de consumo. Mesmo quando repetida através de numerosos exemplares, uma obra de Artesanato nunca chega a ser absolutamente igual à outra, o que lhe confere uma individualidade impossível de ser obtida na produção industrial. Por mais cópias que sejam feitas, as peças artesanais são sempre peças únicas (SOARES; FISCHER, 2010).

Outrossim, o Artesanato apresenta-se como uma atividade com grande potencial para a geração de renda, ocupação e preservação e divulgação de tradições e culturas regionais, trazendo a possibilidade do artesão viver daquilo que deseja: sua cultura (REIS, 2007).

Consoante relata Mascêne (2010), na pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada pelo IBGE, em parceria com o Ministério da Cultura, apurou-se que 64,3% dos municípios brasileiros possuem algum tipo de produção artesanal, liderando o percentual das manifestações culturais identificadas na pesquisa. Essa produção tem grande importância na geração de ocupação e renda no Brasil, onde milhões de artesãos são responsáveis por um movimento financeiro que comprova a capacidade econômica desse setor.

Conforme exposto nos parágrafos precedentes, neste primeiro capítulo apresentamos os pressupostos da pesquisa; a delimitação do tema e a formulação das questões principal e

secundárias de pesquisa; as justificativas e as contribuições do estudo, ora proposto. No próximo capítulo, iremos apresentar o referencial teórico sobre o qual foi erigida a presente tese.

2 Referencial Teórico

“Se consegui ver mais longe foi porque me apoiei em ombros de gigantes.”
(Isaac Newton, físico e matemático inglês, 1642-1727)

Neste capítulo apresentamos os principais recortes teóricos que embasaram a realização do estudo aqui em tela, estando estruturado em seções que abordam os tópicos: Um Olhar a Respeito das Microfinanças, Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo, Considerações sobre o Microcrédito Produtivo Orientado, Gênero Feminino, O Artesanato como Setor da Economia Criativa, A Ação Empreendedora e a Análise Crítica do Discurso.

2.1 Um Olhar a Respeito das Microfinanças

Logo de saída, gostaríamos de fazer uma observação importante sobre a estruturação do presente referencial teórico. Como se poderá constatar a partir da leitura dos parágrafos seguintes, redigimos as seções 2.1 (“Um Olhar sobre as Microfinanças”) e 2.3 (“Considerações sobre o Microcrédito Produtivo Orientado”) propositadamente com base no discurso hegemônico – majoritariamente de viés econômico, quantitativo, gerencialista e de ideologia de cunho neoliberal – sobre o enfoque adotado nas publicações científicas sobre Microfinanças e Microcrédito. Ao longo dessas seções e especialmente na subseção 2.3.4 (“As Limitações dos Programas de Microcrédito”), apresentamos considerações críticas sobre o referencial teórico apresentado.

Ao longo dos últimos 30 anos, o termo Microfinanças assumiu uma conotação polissêmica. Inicialmente entendido como uma política assistencialista de ajuda aos mais pobres, depois tomado como sinônimo de Microcrédito e contemporaneamente concebido como uma política que pode propiciar, num segmento adequado de mercado e fazendo uso de uma metodologia adequada, a inclusão daqueles excluídos do sistema financeiro tradicional (CHRISTEN; LYMAN; ROSENBERG, 2012). Por outro lado, existe atualmente um certo consenso acerca do conceito do termo Microfinanças, variando a ênfase do seu uso com as questões da ideologia econômica dos formuladores e implementadores das políticas que as precedentes e as presidem (LEDGERWOOD; GIBSON, 2013).

No caso de alguns bancos privados brasileiros que trabalham com serviços de Microfinanças, a exemplo do Bradesco e do Itaú, tais atividades se enquadram na lógica

corriqueira do setor privado, a saber, os serviços são prestados enquanto eles permitem a obtenção do lucro. Do contrário, eles serão excluídos do portfólio dessas empresas.

No caso do Banco Cidadão da Prefeitura Municipal de João Pessoa, do qual o Empreender JP é o ‘braço’ que operacionaliza o MPO, embora exista a preocupação com a sustentabilidade financeira do Programa, sobressai a preocupação de cunho social, a saber, o fomento às atividades produtivas de cidadãos de baixa renda.

Conforme Soares e Melo Sobrinho (2008, p. 23), “o termo Microfinanças, portanto, refere-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados”.

Neste contexto, o termo Microfinanças significa o fornecimento de empréstimos, poupanças e outros serviços financeiros especializados para pessoas de baixa renda. Disso decorre que os principais produtos das Microfinanças são os de: microcréditos (baseados em empréstimos flexíveis), as micropoupanças (de curto, médio e longo prazo), os microsseguros (particularmente de vida e saúde) e a abertura de contas correntes simplificadas.

Intentando compreender a estrutura e o funcionamento de setor microfinanceiro, na seção seguinte apresentamos os Princípios das Microfinanças, oriundos do CGAP (2014), e que são utilizados como diretriz principal para a concepção de programas de microcrédito em todo o mundo.

2.1.1 Princípios das Microfinanças

A introdução dessa seção se prende ao fato de que um dos objetivos específicos dessa tese é estudar as especificidades discursivas do marco regulatório que orienta o Empreender JP. Assim, numa sequência lógica, abordamos inicialmente os Princípios das Microfinanças, geralmente tomados como ‘verdades’ para a estruturação de programas de Microfinanças/Microcrédito no mundo inteiro. Em seguida, a legislação federal brasileira que institui o ordenamento jurídico a partir do qual esses programas são estruturados no setor público. Por fim, tecemos considerações sobre a legislação municipal que criou o Empreender JP.

O *Consultative Group to Assist the Poor* – CGAP (2014) – é um consórcio internacional de 33 agências de desenvolvimento públicas e privadas que trabalham em conjunto com o objetivo de expandir o acesso dos pobres a serviços financeiros. Estes

princípios foram desenvolvidos e endossados pelo CGAP e pelos seus então 28 membros doadores e, subsequentemente, respaldados pelos líderes do Grupo dos Oito (G8) – países economicamente mais ricos do mundo – em conferência realizada no dia 10 de junho de 2004, em Sea Island, Geórgia, nos EUA.

Com a intenção de aclarar o conceito e ensejar diretrizes para uma gestão operacional do construto, o referido consórcio propôs os seguintes princípios e suas respectivas definições para as Microfinanças (CGAP, 2014):

2.1.1.1 Os pobres não necessitam apenas de empréstimos, mas de uma variedade de serviços financeiros

Como quaisquer pessoas, os pobres necessitam de serviços financeiros que sejam convenientes, flexíveis e acessíveis. Dependendo das circunstâncias, os pobres não desejam apenas empréstimos, mas também poupança, seguros e acesso a transferências de valores.

2.1.1.2 As Microfinanças são um instrumento poderoso na luta contra a pobreza

Quando os pobres têm acesso a serviços financeiros, os seus rendimentos aumentam, expandem os seus ativos, assim como sua proteção diante de choques externos. Famílias pobres usam as Microfinanças para mover-se além da subsistência diária, fazendo provisões para o futuro: investem em melhor nutrição, habitação, saúde e educação.

2.1.1.3 As Microfinanças representam a construção de sistemas financeiros que sirvam aos pobres

Na multiplicidade dos países em desenvolvimento, a maior parte da população é pobre, entretanto, esta maioria é a menos provável de se beneficiar de serviços bancários. As Microfinanças são frequentemente vistas como um setor marginal – uma atividade de desenvolvimento que diz respeito a doadores, governos ou investidores com consciência social, mas não como parte integral do sistema financeiro de um país. As Microfinanças, entretanto, só atingirão o máximo número de pobres quando forem incorporadas ao sistema financeiro.

2.1.1.4 As Microfinanças podem e devem ser auto-suficientes para atingir um grande número de pessoas pobres

A maioria dos pobres não tem acesso a bons serviços financeiros que atendam a suas necessidades porque não existem instituições fortes que forneçam esses serviços. Instituições fortes têm de cobrar o suficiente para cobrir seus custos. A recuperação dos custos não é uma finalidade absoluta, mas é necessária para que se atinjam a escala e o impacto para além do que os doadores podem financiar. Uma instituição auto-suficiente em termos financeiros pode continuar e expandir a sua oferta de serviços no longo prazo. Para atingir a auto-suficiência financeira é necessário diminuir custos de transação, oferecendo serviços mais úteis aos clientes e encontrando novas formas de alcançar os pobres, sem acesso ao sistema bancário.

2.1.1.5 As Microfinanças tratam da construção de instituições financeiras locais de caráter permanente

O financiamento dos pobres requer instituições financeiras sólidas que forneçam serviços financeiros numa base permanente. Estas instituições precisam mobilizar poupança doméstica, reciclando-a em empréstimos e no fornecimento de outros serviços. À medida que as instituições e os mercados de capitais locais amadurecerem, vai diminuindo a dependência de doadores, inclusive de bancos governamentais e de desenvolvimento.

2.1.1.6 O Microcrédito não é a resposta para tudo. O Microcrédito não é o melhor instrumento para todos em todas as circunstâncias

Pessoas com fome e destituídas, sem renda ou outros meios de desembolso, necessitam de outras formas de assistência antes de poderem fazer bom uso de empréstimos. Em muitos casos, tais instrumentos podem ser mais eficazes no alívio da pobreza – como, por exemplo, pequenos subsídios, programas de treinamento e emprego, ou a melhoria de infraestrutura. Quando possível estes serviços devem ser acompanhados de iniciativas que fomentem a poupança.

2.1.1.7 O estabelecimento de ‘tetos’ às taxas de juro afetam negativamente os pobres, tornando o acesso destes ao crédito mais difícil

É muito mais dispendioso fazer vários empréstimos pequenos que apenas alguns empréstimos grandes. A não ser que os fornecedores de Microfinanças possam cobrar taxas de juro bem acima das taxas de juro normalmente praticadas pelos bancos, eles não poderão cobrir seus custos. Assim, o seu crescimento será limitado pela escassa e incerta oferta de financiamento concessional de governos e doadores. Quando os governos regulam as taxas de juro, normalmente estas são estabelecidas em níveis tão baixos que não permitem ao fornecedor de Microcrédito cobrir seus custos e logo tais regulações deveriam ser evitadas. De outro modo, um ofertante de Microfinanças não deveria fazer com que seus clientes pagassem pela sua ineficiência, embutindo-a em suas taxas de juros.

2.1.1.8 O papel do governo é o de permitir a transação de serviços financeiros, e não o de fornecê-los diretamente

Os governos devem estabelecer políticas que estimulem a oferta de serviços financeiros aos pobres, ao mesmo tempo em que protegem os depósitos do público. Os governos necessitam manter a estabilidade macroeconômica, evitar tetos às taxas de juro e abster-se de distorcer mercados com programas de empréstimos subsidiados insustentáveis e com alta inadimplência. Esses governos devem também lutar contra a corrupção e melhorar o ambiente para os pequenos negócios, incluindo o acesso aos mercados e no melhoramento da infra-estrutura. Em casos especiais, onde fundos não sejam disponíveis, o financiamento governamental pode ser concedido a instituições de Microfinanças sólidas e independentes.

2.1.1.9 Os fundos dos doadores devem complementar o capital privado e não competir com ele

Os doadores fornecem subsídios, empréstimos e seu próprio patrimônio para as Microfinanças. Essa assistência deve ser temporária. E deve ser usada para aumentar a capacitação técnica dos fornecedores de Microfinanças; para desenvolver instituições de apoio como agências de avaliação de risco, serviços de análise de crédito e firmas de auditoria além de apoiar a realização de novas experiências no setor. Em alguns casos, servir

populações dispersas e distantes requer assistência de doadores no longo prazo. Os doadores devem tentar integrar as Microfinanças ao resto do sistema financeiro. Os doadores devem contratar especialistas com experiência comprovada em desenho e implementação de projetos. Devem estabelecer indicadores claros de desempenho, que devem servir de referência para que a assistência financeira possa ser renovada. Cada projeto deve incorporar um plano realista para que, em determinado momento, a assistência dos doadores não seja mais necessária.

2.1.1.10 O maior gargalo na indústria Microfinanças é a ausência de instituições e executivos fortes

As Microfinanças são um campo muito especializado que combina serviços bancários com objetivos sociais. Técnicas e sistemas de gestão terão de ser criados em diversos níveis: entre os executivos, em termos de sistemas de informação, em bancos centrais que regulam as Microfinanças, entre outras agências governamentais e entre os doadores. Investimentos privados e públicos em Microfinanças devem concentrar-se em aumentar tais técnicas e sistemas de gestão e não só em mobilizar e movimentar capital.

2.1.1.11 As Microfinanças funcionam melhor quando têm seu desempenho medido e divulgado

É imperativo criar um sistema padronizado e exato de informação para medir o desempenho, não só em termos de informação financeira (por exemplo, taxas de juro, reembolso de empréstimos e recuperação dos custos), mas também de indicadores sociais (número de clientes atendidos e seus correspondentes níveis de rendimento/pobreza). Doadores, investidores, supervisores do sistema bancário e clientes necessitam desta informação para avaliar seus custos, risco e retorno.

Conforme se pode depreender da leitura dos **Princípios** acima elencados, eles foram concebidos como discurso hegemônico, em um primeiro momento, com a dupla intenção de aclarar os conceitos sobre o tema e servirem como norte para a estruturação de programas institucionais de Microfinanças.

Contudo, uma leitura mais atenta de tais princípios, à luz da Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough (2008), nos permite fazer algumas constatações:

- (i) O vocabulário utilizado na redação dos princípios evidencia o grau de autoritarismo da proposta do CGAP para os países localizados na periferia do sistema capitalista: “É imperativo criar um sistema padronizado e exato de informação para medir o desempenho, não só em termos de informação financeira [...] mas também de indicadores sociais [...]”; “Os governos devem estabelecer políticas que estimulem a oferta de serviços financeiros aos pobres, ao mesmo tempo em que protegem os depósitos do público [...]”; “As Microfinanças podem e devem ser auto-suficientes para atingir um grande número de pessoas pobres” (grifo nosso).
- (ii) A produção dos princípios das Microfinanças foi liderada pelo FMI e pelo Banco Mundial, com o endosso do Grupo dos Oito (G8). E o ‘consumo’, isto é, o uso dos princípios ocorrerá prioritariamente em países subdesenvolvidos. Em vista do exposto, levantamos alguns questionamentos: por que a permanência dessa lógica centro (doador) x periferia (receptora)? Por que se omitiu essa correlação de forças na formulação desses princípios?
- (iii) “As Microfinanças funcionam melhor quando têm seu desempenho [econômico] medido [...]” (Acréscimo nosso). Por que o predomínio da dimensão econômica na formulação desses princípios, em detrimento das dimensões sociais, políticas e culturais?
- (iv) Por que o predomínio da ‘voz’ dos formuladores das políticas de Microfinanças na redação desses princípios? Por que o silenciamento das ‘vozes’ dos demais atores sociais envolvidos na formulação e implementação de tais programas?
- (v) No caso específico de Programas de Microcrédito, qual o impacto desses sobre a vida de suas tomadoras de crédito? Como elas significam esses Programas?
- (vi) Qual a ideologia subjacente a estes princípios?

São respostas para tais questões que intentamos apresentar no capítulo 4 (“Análise e Interpretação dos Resultados”) deste trabalho.

A próxima seção tem o intuito de apresentar a estrutura institucional do setor das Microfinanças, destacando o *lôcus* do Empreender JP nessa estrutura.

2.1.2 Estrutura Institucional do Setor das Microfinanças

A fim de situar o Empreender JP no arcabouço institucional das Microfinanças, apresentamos nessa seção a classificação mais aceita pelos estudiosos sobre o tema.

Há consenso entre os estudiosos em Microfinanças que este setor deve contemplar três níveis de atuação, interdependentes e complementares (CHRISTEN; LYMAN; ROSENBERG, 2012; SOARES; MELO SOBRINHO, 2008):

- O **nível macro**, que corresponde ao somatório do ambiente econômico com o ambiente político, com destaque para as questões relacionadas à legislação, à regulação e à supervisão, importantes para a manutenção de políticas financeiras favoráveis à população de baixa renda. No caso do Brasil, os dois principais atores do nível macro do setor microfinanceiro são o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil.

- O **nível meso**, correspondente à infra-estrutura geral de apoio ao sistema financeiro (sistemas de transferências e pagamentos, armazenamento de dados, uso da tecnologia da informação como suporte ao processo de gestão).

- O **nível micro**, que contempla: (i) instituições da sociedade civil (organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público); (ii) programas de governos locais (estaduais e municipais); (iii) cooperativas de crédito; (iv) sociedades de crédito ao microempreendedor; (v) programas de bancos comerciais (MARQUES, 2009).

Nesse contexto, o Empreender JP, estudado nesta pesquisa, em termos institucionais, enquadra-se no **nível micro**, posto que ele foi concebido e é operacionalizado, como política pública de fomento à abertura de pequenos empreendimentos produtivos de cidadãos de baixa renda, pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba.

Como um dos objetivos principais de um Programa de Microcrédito do setor público é fomentar o desenvolvimento de atividades empreendedoras, julgamos importante discorrer sobre Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo, tema da próxima seção.

2.2 Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo

Neste estudo, assumimos o pressuposto de que o Estado tem um papel importante em termos de desenvolvimento socioeconômico, ao utilizar recursos para implementar, em parceria com os demais atores da ‘arena pública’, Políticas Públicas que contribuam para

minimizar o quadro de concentração de renda ainda vigente na sociedade brasileira (FURTADO, 2000; MAZZUCATO, 2014).

Adicionalmente ao argumento apresentado no parágrafo anterior, pode-se então afirmar que “é justo o Estado buscar melhorar, da maneira mais eficaz possível, a vida das pessoas mais pobres, isto é, daquelas que precisaram enfrentar os fatores não controláveis mais adversos”. Em outras palavras, uma “sociedade justa deve maximizar oportunidades e condições mínimas de vida oferecidas pelo sistema social”, especialmente aos historicamente excluídos das políticas públicas: os cidadãos de baixa renda (PIKETTY, 2015, p. 10).

Em sentido lato, segundo Souza (2007, p. 69), Política Pública é:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo do curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

De forma mais sintética, Gelinski e Seibel (2008, p. 228) afirmam que Políticas Públicas “são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas”.

Outro aspecto a considerar diz respeito à tipologia proposta por Lowi (1972) sobre as Políticas Públicas e assim explicada por Frey (2000) e Souza (2007): (i) Políticas Distributivas: são aquelas que beneficiam um grande número de pessoas, em escala relativamente pequena e com reduzido grau de conflito; (ii) Políticas Redistributivas: são aquelas que impõem restrições ou perdas a determinados grupos, situação que gera um elevado grau de conflito entre os atores envolvidos no processo; (iii) Políticas Regulatórias: são aquelas que envolvem a burocracia, grupos de interesse na definição de ordens, proibições e regulamentações constitutivas, sendo que seu grau de conflito vai depender da forma como se configura a política; (iv) Políticas Constitutivas ou Estruturadoras: são aquelas que ditam as regras do jogo e definem as condições em que se aplicarão os outros três tipos de políticas.

Em termos de alcance, conforme argumenta Kerstenetzky (2006), as Políticas Sociais e de, de formas mais específica, as Políticas Públicas podem ser classificadas em (i) Universais, ou seja, elas se aplicam a todos os cidadãos brasileiros, a exemplo do atendimento na rede pública de saúde através do SUS. Ou (ii) Focalizadas, concebidas para atender às necessidades de um determinado grupo de cidadãos. É nesta categoria que se enquadra o Empreender JP, criado com o intuito de conceder microempréstimos a pessoas de baixa renda.

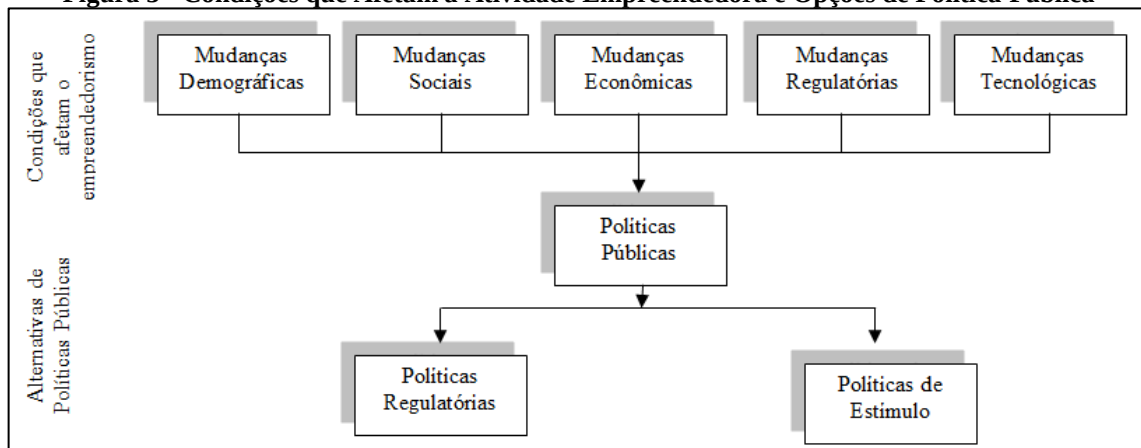
Por fim, o ciclo das políticas públicas, processo dinâmico estruturado por Frey (2000, p.226) está expresso em cinco fases: (1) percepção e definição de problemas; (2) definição da agenda; (3) elaboração de programas e decisão; (4) implementação de políticas; (5) a avaliação de políticas e as correções que se fizerem necessárias.

Em sentido estrito, Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo conduzem o direcionamento de ações traduzidas em programas e desenvolvidas por alguma esfera de governo (federal, estadual ou municipal) em determinados território e período de tempo.

Nesse contexto, Maculan (2003, p. 311) defende o ponto de vista de que um sistema regulatório e um ambiente institucional favoráveis ao Empreendedorismo são “produto de um conjunto de medidas oriundas de políticas públicas que definem um quadro favorável ao Empreendedorismo mediante diversos mecanismos de apoio – incentivos fiscais, financiamento, apoio à inovação, oferta de recursos humanos– destinados a atender às necessidades das pequenas empresas”.

Como indício para ser entender a complexidade do ambiente de negócios no Brasil, pode-se tomar como exemplo o relatório *Doing Business* (2014) – elaborado pelo Banco Mundial e que proporciona uma medida objetiva dos regulamentos para fazer negócios e a sua implementação em 189 países – indica que o Brasil é um país em que há uma série de fatores hostis ao ambiente de negócios. São as seguintes as variáveis avaliadas no citado relatório: (i) iniciando um negócio; (ii) obtendo permissão para construir; (iii) eletricidade; (iv) registrando propriedade; (v) crédito; (vi) protegendo investidores; (vii) pagando impostos; (viii) comércio exterior; (ix) fazendo valer os contratos na justiça; (x) resolvendo insolvências.

A análise de alguns desses requisitos no contexto da sociedade brasileira indica a necessidade de uma ação conjunta realizada pelas diversas instituições públicas e privadas, tendo em vista a oferta de um ambiente de negócios mais favorável à criação de empreendimentos produtivos, especialmente os de micro e pequeno portes. Segundo Paiva Júnior (2004, p. 26), tais requisitos “são desafios que exigem a dinamização de práticas empreendedoras atreladas à formulação de políticas públicas desenvolvimentistas mais eficazes”. Em decorrência do exposto, a Figura 3 apresenta as condições que afetam a atividade empreendedora em termos de opções de políticas públicas:

Figura 3 - Condições que Afetam a Atividade Empreendedora e Opções de Política Pública

Fonte: Sarfati (2013, p. 30).

A partir da leitura da Figura 3, constata-se que mudanças demográficas (por exemplo, crescimento e envelhecimento da população); mudanças sociais (por exemplo, migração de pessoas do campo para as cidades); mudanças econômicas (por exemplo, crescimento do PIB e melhor distribuição de renda); mudanças regulatórias (por exemplo, determinação de um percentual de 2% do depósito compulsório dos bancos no Banco Central do Brasil com a finalidade de aplicação em empréstimos de Programas de Microcrédito, aumento da idade mínima para aposentadoria e cotas para o ingresso em universidades públicas) e mudanças tecnológicas (por exemplo, impactos das tecnologias da informação e da comunicação sobre as atividades laborais) afetam a estrutura e o funcionamento da economia de um país, ora representando ameaças, ora proporcionando oportunidades para a criação de unidades produtivas geradoras de emprego e renda.

Neste contexto, é importante a ação do poder público na formulação e implementação de políticas públicas, sejam regulatórias, sejam de fomento às atividades empreendedoras, pois acreditamos que é da ação articulada entre entidades públicas e privadas que se possa obter a geração de oportunidades de sobrevivência socioeconômica para cidadãos de baixa renda.

Sob esta perspectiva, no âmbito das Políticas Públicas, de acordo com Spink (2013, p. 43), “a temática do fomento ao empreendedorismo se encontra muito incipiente”. Gomes, Alves e Fernandes (2013) relatam os primeiros resultados de estudos realizados no Brasil por pesquisadores do Programa de Gestão Pública e Cidadania, da EAESP-FGV, relacionados a políticas públicas de fomento destinadas à promoção da Ação Empreendedora:

- No Âmbito Estadual: (i) A Experiência do Governo de Minas Gerais na Promoção de Políticas de Apoio e Fomento às Micro, Pequenas e Médias Empresas; (ii) Bahia: Ação Pública e Desenvolvimento Local; (iii) Badesc e o Programa de Microcrédito Catarinense.
- No Âmbito Municipal: (i) Capital da Inovação: a Estratégia de Desenvolvimento de Florianópolis; (ii) Diversidade de Empreendedores, Diversidade de Programas: o Papel da Agência Curitiba de Desenvolvimento; (iii) São José dos Campos: Empreendedorismo através da Educação, Redução da Burocracia e Fomento ao Desenvolvimento Local; (iv) Uma Pequena Cidade e sua Vocação para a Alta Tecnologia: Santa Rita do Sapucaí.

Dentre essas políticas públicas de estímulo ao empreendedorismo adotadas no Brasil e listadas no parágrafo anterior, destacam-se os Programas de Microcrédito (amparados pela Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, dispositivo legal que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO).

Nesta tese, optamos pelos Programas de Microcrédito Produtivo Orientado como objeto de estudo pelo fato de que, dentro do escopo das Microfinanças, eles são os mais estudados pela literatura científica e utilizados como políticas públicas tendo em vista a inserção de pessoas de baixa renda no setor produtivo da economia (CULL; EHRBECK; HOLLE, 2014; LI, 2010; MONZONI NETO, 2006).

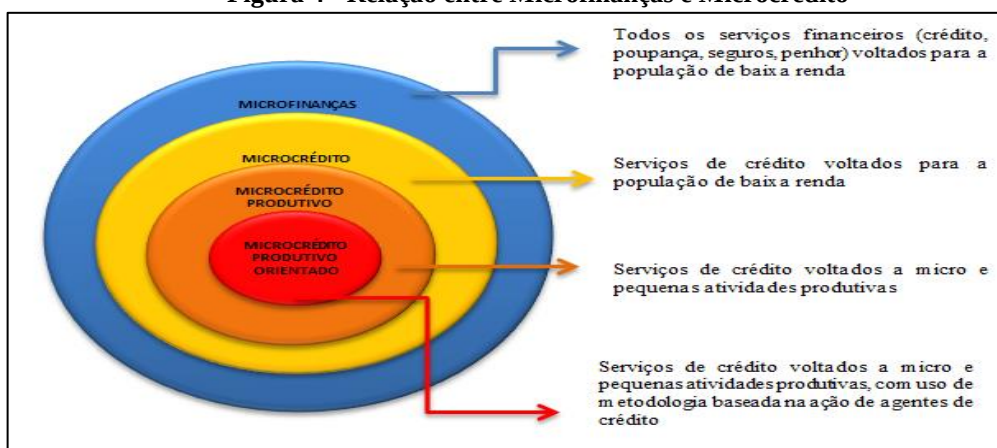
Além do mais seria pouco produtora a oferta de crédito a tais pessoas sem a orientação de como utilizá-lo para fins de sobrevivência socioeconômica.

E por falar em Microcrédito, julgamos importante falar do conceito mais amplo, as Microfinanças, e do conceito mais específico, o Microcrédito, em suas diferentes modalidades. É o que será discutido na próxima seção.

2.3 Considerações sobre o Microcrédito Produtivo Orientado

Na Figura 4, apresentamos um esboço da relação que existe, em termos conceituais, entre Microfinanças e os diferentes tipos de Microcrédito:

Figura 4 - Relação entre Microfinanças e Microcrédito



Fonte: Silva (2007, p. 21).

A leitura da ilustração acima indica que as Microfinanças são o gênero (círculo mais externo da Figura 3) ao qual pertencem as espécies do microcrédito, das quais nos interessa estudar nesta pesquisa o Microcrédito Produtivo Orientado (círculo mais interno da Figura 3). A opção por estudar o MPO como tipo específico de Microcrédito decorre do fato de que ele tem sido adotado em diferentes localidades, no Brasil e no mundo, como política pública focalizada de fomento à abertura de pequenos empreendimentos produtivos por parte de cidadãos de baixa renda.

Assim, a seguinte subseção, como etapa basilar para a compreensão do assunto aqui em análise, apresenta a conceituação e as principais características do tema MPO.

2.3.1 O Que é o Microcrédito Produtivo Orientado

Embora diversos autores, dentre eles Barone *et al.* (2002); Andreassi (2004); Pereira e Crocco (2004); Neri (2008) e Carvalho *et al.* (2009) usem diferentes termos para definir Microcrédito, tais conceitos são convergentes, podendo ser sintetizados nas seguintes citações.

De acordo com a Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, o Microcrédito é (BRASIL, 2005):

O crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

I - o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III - o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei.

Adicionalmente, Gonçalves (2010, p. 55) advoga que:

O Microcrédito deve ser entendido dentro de um escopo de algumas características universais, encontradas em diferentes programas de diferentes regiões do mundo, a saber: (i) é um crédito destinado à produção; (ii) tem valores baixos; (iii) normalmente não tem garantia real; (iv) os prazos de retorno de pagamento são curtos; (v) adota metodologia baseada no relacionamento direto com o tomador de crédito; (vi) conta com a prestação de orientação educativa sobre o planejamento do negócio e com a definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento; (vii) o perfil dos negócios é predominantemente informal.

Embora seja expressiva a quantidade de publicações científicas sobre Programas de Microcrédito (CULL; EHRBECK; HOLLE, 2014), existem algumas lacunas teóricas nessa discussão. Geralmente, os estudos publicados (ROOYEN; STEWART; WET, 2012; SCHREIBER, 2009; TEIXEIRA; RODRIGUES, 2013) avaliam os impactos agregados (por exemplo, o impacto econômico do microcrédito sobre o aumento da renda de um determinado grupo de pessoas) desses Programas sobre o conjunto da população (ou amostra) alvo da investigação, atribuindo-se pouca importância ao seu contexto sócio-cultural.

Outra lacuna teórica relevante é a ausência de estudos dos discursos no tocante a Programas de Microcrédito, exceto o trabalho de Matos (2004), que analisou aspectos verbais e não-verbais presentes nas campanhas publicitárias do Crediamigo, Programa de Microcrédito Produtivo Orientado operacionalizado pelo Banco do Nordeste do Brasil.

2.3.2 Principais Características do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

A seguir são elencadas as principais características do MPO (BARONE *et al.*, 2002; GONÇALVES, 2010; NERI, 2008). Ao final da seção, tecemos algumas considerações críticas acerca dessa modalidade de Microcrédito.

2.3.2.1 Crédito Produtivo

O Microcrédito é um crédito especializado para um determinado setor da economia: o pequeno empreendimento informal e a microempresa. Por isso, o Microcrédito está voltado para apoiar negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda.

O crédito produtivo é destinado à produção de bens e serviços e voltado para capital de giro e investimento, e não como meio de estímulo ao consumo. Neste contexto, tal tipo de crédito representa um estímulo à abertura de pequenos negócios, à geração de empregos e renda e à ocupação de uma mão de obra que historicamente tem tido dificuldade de se inserir no mercado de trabalho.

2.3.2.2 Ausência de Garantias Reais

A concessão de crédito a empreendedores de baixa renda, que geralmente não tem garantias reais, tem sido atendida pelo Microcrédito de duas maneiras.

A primeira reside no aval solidário (ou fiança solidária), que consiste na reunião de três a cinco pessoas, proprietárias de pequenos negócios e com necessidades de crédito, que confiam umas nas outras a fim de formarem um grupo solidário, com o objetivo de assumir as responsabilidades pelo crédito de todo o grupo. A segunda modalidade diz respeito à obtenção de um fiador ou avalista que preencha as condições estabelecidas pela instituição de Microcrédito.

O processo de seleção do grupo solidário é auto-seletivo, posto que as pessoas buscam parceiros para compor o referido grupo, que sejam solventes, haja vista que, se uma não pagar, os demais componentes serão responsabilizados pelo pagamento do(s) inadimplente(s).

2.3.2.3 Crédito Orientado

Crédito orientado é aquele tipo de empréstimo a prazo, que é concedido em conjunto com a orientação gerencial de como utilizá-lo para fins produtivos (NERI, 2008).

O setor da Economia a que se destina o Microcrédito apresenta certas especificidades, a saber, caráter informal dos pequenos negócios, valor reduzido dos empréstimos contraídos, ausência de garantias reais nas operações e a formação sócio-cultural dos pequenos empreendedores.

Uma estratégia utilizada para garantir a eficácia do Microcrédito diz respeito à concessão de crédito assistido, através do qual um Agente de Crédito orienta e acompanha o tomador de crédito, a fim de que este obtenha êxito na sua atividade empresarial.

O trabalho do Agente de Crédito inicia-se por uma entrevista com o pretendente ao Microcrédito, regra geral realizada no empreendimento ou na residência deste. Nessa fase, o Agente de Crédito faz o diagnóstico da situação financeira e dos aspectos gerenciais do negócio, dimensionando a viabilidade do crédito a ser concedido.

Ao contrário do que acontece no setor bancário tradicional, onde o cliente se dirige ao banco para contrair empréstimos, nas atividades de Microcrédito o Agente de Crédito vai até o cliente, estabelecendo com este uma relação de confiança, fundamental, por exemplo, para a formação dos grupos solidários que irão contrair um empréstimo junto à instituição de Microcrédito.

2.3.2.4 Crédito Adequado ao Ciclo do Negócio

Algumas características são comuns às operações de Microcrédito, a saber: (i) empréstimo de pequenos valores; (ii) prazos de pagamento curtos (semanais, quinzenais e, no máximo, mensais); (iii) possibilidade de renovação dos empréstimos; (iv) empréstimo de valores crescentes. Em vista do exposto, constata-se que, em função da expansão gradativa do empreendimento, sob o olhar vigilante do Agente de Crédito, novos valores de empréstimos vão sendo concedidos, em sintonia com a fase do ciclo de vida em que o negócio se encontra.

2.3.2.5 Baixo Custo de Transação e Elevado Custo Operacional

Aqui, para o tomador do crédito, baixo custo de transação significa que: (i) a localização da instituição de Microcrédito deve ser próxima da residência e/ou do local de trabalho do cliente; (ii) mínimo de burocracia na concessão do empréstimo; (iii) agilidade na entrega do crédito. Por um lado, essas características incentivam o bom uso do crédito e o pagamento em dia. Por outro lado, o custo operacional de uma instituição de Microcrédito é significativo, sendo necessárias eficiência e economia de escala para que a instituição seja auto-sustentável ao longo do tempo.

2.3.2.6 Ação Econômica com Impacto Social

Um dos diferenciais dos Programas de MPO reside em fornecer suporte econômico àqueles que tem pouco acesso ao sistema tradicional de crédito.

Conforme Barone *et al.* (2002, p. 22):

O impacto positivo do Microcrédito nas situações de pobreza é amplamente reconhecido. Ao permitir o acesso continuado ao crédito para negócios com capital próprio mínimo (razão pela qual não alcançam empréstimos junto ao sistema financeiro tradicional e pagam juros muito elevados a agiotas), fortalece-se o empreendimento e aumenta-se a renda das famílias. Desse processo, muitas vezes, resulta a volta do filho para a escola, a construção de novos cômodos na casa e a melhoria da qualidade da alimentação familiar.

Ao proporcionarem crédito produtivo às pessoas de baixa renda, os Programas de Microcrédito Produtivo Orientado propiciam a inserção destas pessoas no mercado de trabalho, contribuindo para a geração de emprego e renda para estas famílias, as quais adquirem mais autonomia e dignidade em seus direitos e deveres de cidadãos.

Da leitura das subseções anteriores, relativas às principais características do MPO, constatamos o caráter economicista e gerencialista desses Programas, os quais partem do pressuposto, inferido das entrelinhas das conceituações acima expostas, de que o MPO é uma espécie de panacéia para a sobrevivência socioeconômica de cidadãos de baixa renda. A quem interessa um enfoque com essas nuances? Por que, na concepção desses Programas, predomina a voz do formulador da política pública? Por que não se dá voz aos outros atores sociais envolvidos no processo de concessão e uso do Microcrédito? Sob uma perspectiva de gênero, por que não é ouvida a voz das tomadoras de crédito desses Programas? Há certas especificidades entre os tomadores e as tomadoras de crédito desses Programas?

2.3.3 O Programa de Microcrédito Empreender JP

Instituído pela Lei Municipal Nº 10.431, de 11 de abril de 2005, o Programa de Microcrédito da Prefeitura de João Pessoa (abreviadamente denominado Empreender JP) tem por missão “gerar e manter empregos, incrementar renda, promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população de João Pessoa” (PMJP, 2014).

Vinculado à Secretaria Municipal do Trabalho, Produção e Renda, o Empreender JP foi criado “como instrumento de promoção da inclusão social e do desenvolvimento

sustentável, através de programas especiais de capacitação empreendedora e financiamento” (PMJP, 2014).

Ainda segundo a Lei Municipal Nº 10.431, de 11 de abril de 2005, em seu Artigo 1º, o Empreender JP tem por objetivos:

- I - Aumentar as oportunidades de emprego através da criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação de pequenos negócios, formais e informais, através de empréstimos de recursos financeiros aos empreendedores;
- II - Elevar a qualidade de vida da população pela criação de fontes de renda segura e consistente, que proporcione sustentação às famílias de empreendedores, em particular as de baixa renda;
- III - Promover a capacitação e qualificação gerencial de empreendedores e gestores de pequenos negócios, visando aprimorar suas aptidões e assegurar acesso à inovação tecnológica que lhes garantam maior eficiência produtiva e competitividade no mercado;
- IV - Promover sistemas associativos de produção mediante a criação e a manutenção de centrais de compras, de produção e vendas, sob a gestão dos empreendedores, formais e informais, de pequenos negócios;
- V - Oferecer infra-estrutura para facilitar escoamento da produção e possibilitar o acesso dos pequenos empreendedores ao sistema de comercialização;
- VI - Viabilizar a participação de pequenos negócios, formais e informais em feiras e exposições onde quer que sua presença possa contribuir para o desenvolvimento de suas atividades; e
- VII - Apoiar e estimular a criação de organizações e mecanismos de micro-crédito.

Da criação do Empreender JP, em 11 abril de 2005, até 30 de dezembro de 2014, os números relacionados ao funcionamento operacional do Programa são os seguintes:

Quadro 1 - Atendimento aos Clientes do Empreender JP

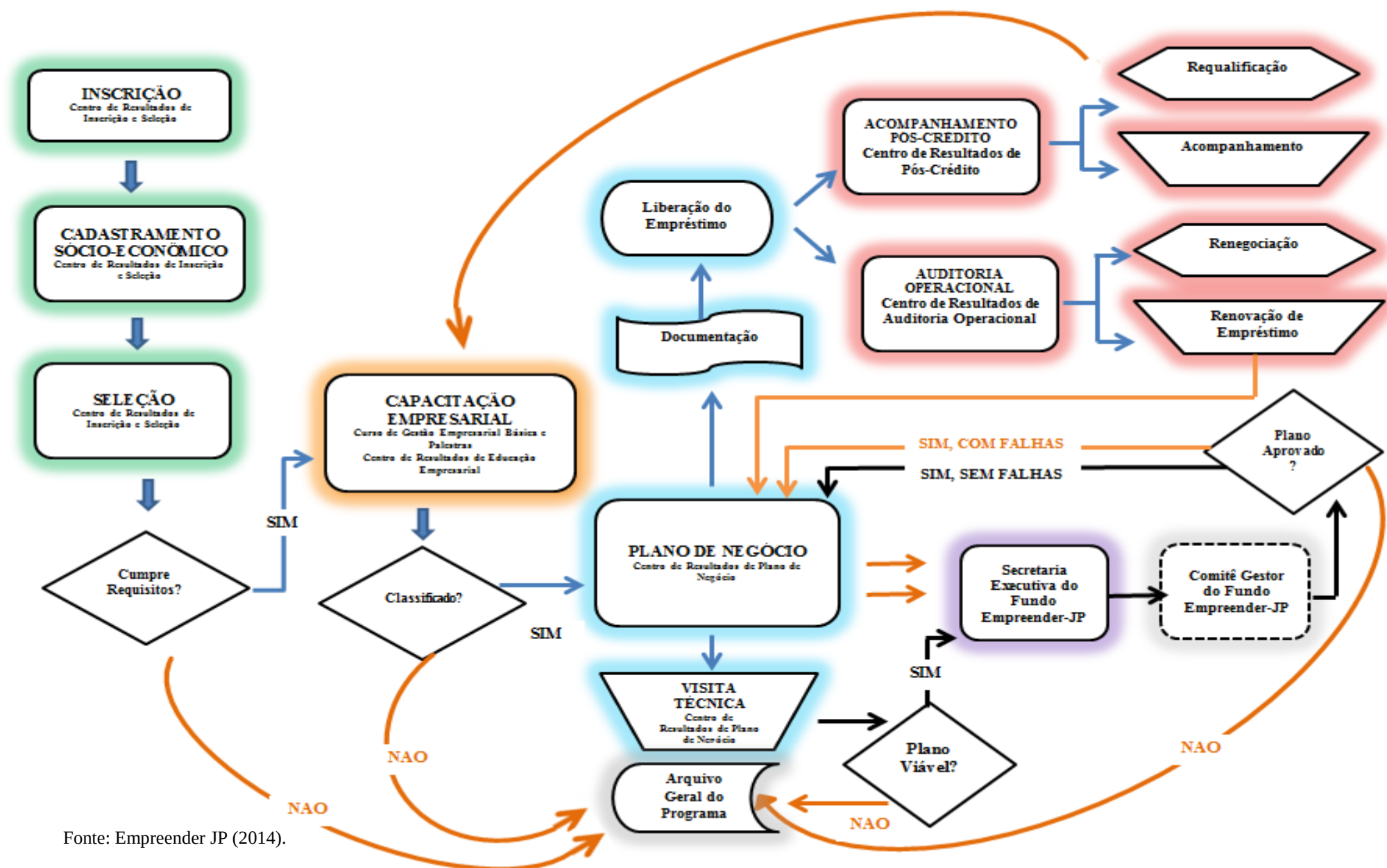
Atividade	Quantitativo
Quantidade de Operações Contratadas (Acumuladas de abr. 2005 até dez. 2014)	32.892
Valores Desembolsados (Acumulados de abr. 2005 até dez. 2014)	R\$ 83.372.477,257
Valor Médio do Empréstimo	R\$2.534,73
Gêneros Atendidos	Feminino: 63%;Masculino: 37%

Fonte: PMJP (dados apurados até dezembro de 2014).

Os sujeitos da pesquisa aqui proposta serão as mulheres artesãs, que obtiveram empréstimos do Empreender JP, para o desenvolvimento de suas Ações Empreendedoras, no lapso de tempo compreendido entre os anos de 2005 e 2014.

A Figura 5 apresenta o fluxograma operacional do Empreender JP, indicando tanto a arquitetura quanto o *modus operandi* do Programa aqui em apreciação. Nessa figura podem-se visualizar todas as etapas por que passa o pleiteante a um empréstimo do Empreender JP, desde a inscrição no Programa, passando pelo curso de capacitação inicial, elaboração do plano de negócios e até a obtenção final do recurso. Por fim, como elemento de realimentação do processo, há uma etapa denominada acompanhamento pós-crédito, utilizada pelos gestores para o aperfeiçoamento contínuo do Empreender JP.

Figura 5 - Fluxograma Operacional



Exposto brevemente o Empreender JP, *locus* em que realizaremos nossa pesquisa de campo, passamos agora a apresentação de algumas limitações deste tipo de programa, informações que julgamos como relevantes para uma apreciação mais fidedigna do tema.

2.3.4 As Limitações dos Programas de Microcrédito

Embora à primeira vista os Programas de Microcrédito possam ser entendidos como panacéia para os problemas de crédito de pessoas de baixa renda, convém, para se fazer uma avaliação mais ponderada sobre o tema, conhecer algumas críticas que são endereçadas a eles.

Ao analisar a experiência brasileira de implementação de Programas de Microcrédito nos últimos dez anos, Costa (2010) argumenta que há singularidade no modelo institucional adotado em nosso País, pois os empreendedores brasileiros pobres dão maior relevância ao fato de se ter acesso ao financiamento do que ao seu custo. Assim, esse autor defende a necessidade de políticas governamentais para a área do Microcrédito, pois as ONGs – instituições preponderantes na oferta de Programas de Microcrédito no Brasil –, não alcançaram nem auto-suficiência nem escala suficiente para fomentar algo além do desenvolvimento local em bairros populares.

É essencial, para o êxito mais amplo destes programas, a adoção de políticas governamentais integradas de apoio aos tomadores de crédito, a fim de que alcancem maior escala e gerem mais retorno socioeconômico nas comunidades onde são implantados. Não obstante, o “Microcrédito é paliativo, tático e requer apoio necessário. Mas ainda não possui impacto macro-social significativo” (COSTA, 2010, p. 28).

Há evidências empíricas que comprovam que nem sempre os Programas de Microcrédito contribuem para a erradicação da pobreza nas comunidades onde foram implementados. É o que indica uma pesquisa realizada em Programas de Microcrédito, cujos tomadores de crédito em sua maioria são mulheres, operacionalizados na China, na Índia e na África, estudo no qual a autora afirma que, à luz dos dados analisados, a melhor solução para erradicar a pobreza seria a adoção de políticas públicas capazes de propiciar a geração de empregos, e não a oferta de Microcrédito (KARNANI, 2007).

Após revisar a literatura científica sobre a implementação de Programas de Microcrédito no Brasil e em outros países, Santiago (2011, p. 5) afirma que:

A experiência do serviço de concessão de microcrédito indica que são raríssimos aqueles que direcionam empréstimos para microprodutores iniciantes (menos de seis meses de experiência). Isto reforça a idéia de que o microcrédito tem profundas

limitações quanto à efetiva capacidade de combater a pobreza e incluir pessoas fora do mercado de trabalho. Portanto, não deve ser visto como substituto de outros programas de proteção social, mas complementar a eles.

Prosseguindo em suas críticas, Santiago (2011, p. 7) destaca que:

Em sua maioria, as instituições de fomento ao microcrédito não oferecem subsídios. Cobram juros praticados no mercado, alegando que os custos com os microprodutores são muito altos e o risco é maior do que nas operações convencionais de empréstimos. Ademais, costuma-se argumentar que as taxas de juros praticadas pelas instituições de microcrédito, embora altas, ainda são menores do que as taxas de juros cobradas pelos agiotas.

Os resultados dos Programas de Microcrédito têm sido contraditórios, ora trazendo conflitos para as mulheres estudadas na relação de gênero com seus parceiros, ora trazendo benefícios, como a melhoria do nível de renda da família. Um estudo realizado sobre a implementação de Programas de Microcrédito voltados para mulheres na Tanzânia critica a idéia de desenvolvimento baseada em noções universais de autonomia e auto-determinação das pessoas, sem tomar como referência o contexto de sociedades desiguais, como é o caso da Tanzânia, um País africano economicamente subdesenvolvido (SIGALLA; CARNEY, 2012).

Outro resultado que se espera de um Programa de Microcrédito é que o ‘beneficiário’ atue como um empreendedor *schumpeteriano*, ou seja, que utilize o crédito para investir e colocar em marcha um processo inovador, independente de acumulação prévia de capital. Entretanto, o que as evidências empíricas demonstram é que no público-alvo do Microcrédito não predominam empreendedores – para ficarmos nos termos originalmente utilizados por Schumpeter em 1911 –, mas *Wirt*, ou seja, donos de empresas que realizam uma atividade econômica autônoma, muitas vezes informal e, em geral, auto-financiada com poupanças próprias ou de parentes e amigos. Além de conhecerem bem o seu ramo de atividade, outra característica importante do *Wirt* é a sua orientação voltada primordialmente para a reprodução, sem grandes expectativas de acumulação. À tipologia de Schumpeter há que se acrescentar uma terceira categoria no público-alvo do microcrédito, o *survivor*: auto-empregado por falta de alternativas; ele pode com muito talento e sorte ter chances de converter-se em *Wirt* ou até mesmo *Unternehmer* (termo para Empreendedor em alemão). No entanto, em sua grande maioria a atividade produtiva independente não é fruto de um ‘espírito empreendedor’, mas sim da difícil luta cotidiana pela sobrevivência (SANTOS, 2007).

Adicionalmente, segundo Santos (2007), somente uma pequena parte da demanda por Microcrédito destina-se a investimentos em máquinas e equipamentos de um empreendedor *schumpeteriano*; para a grande maioria de sua clientela — composta de *Wirt* e *Survivors* — a

função preponderante do Microcrédito é fornecer capital de giro para cobrir dificuldades momentâneas de liquidez ou para aproveitar chances de eventuais negócios favoráveis.

Por fim, segundo propõe Carvalho (2010, p. 64), o público-alvo de um Programa de Microcrédito é composto por clientes proprietários de pequenos negócios, que apresentam as seguintes características gerais:

Subsistência: São atividades incipientes, localizadas de forma instável, com poucos ativos (estoques e ativos fixos), sem capacidade de constituir poupança, com pouca diversidade de produtos, sem divisão do trabalho, com mínima capacitação técnica e administrativa e mínimos registros contábeis, capacidade de endividamento limitada (acesso ao agiota tradicional) e as receitas provêm unicamente do microempreendimento;

Acumulação simples: Localizados com maior estabilidade física, tem maior mercado e potencial de ampliação, empregam-se pequenos ativos fixos para o desenvolvimento da atividade e os registros podem cobrir um ciclo de produção de vendas, podem conceder crédito a clientes (contas a receber), possuem livro de contas, demonstram possibilidade de ter organização administrativa, têm alguma capacidade de poupar e reinvestir, possuem média diversidade de produtos, alguma divisão do trabalho (existem funções), apresentam alguma capacidade técnico-administrativa e capacidade de respaldo financeiro, podem existir receitas adicionais e o proprietário tem maior conhecimento do negócio e potencial de expansão;

Acumulação ampliada: Localizados com estabilidade física, o lugar do trabalho é diferente do da residência, o mercado é maior e já pode ter iniciado uma expansão, dispõe de maior volume de ativos totais. Pode apresentar ativos fixos com maior tecnologia, apresenta níveis de crescimento consideráveis com o ativo corrente cobrindo mais de um ciclo de produção e vendas, tem contas a receber (venda a prazo), maiores níveis de venda, compras e utilidades, apresenta incremento no inventário e ativos fixos, possui grande diversidade de produtos, fortalece e enseja novos postos de trabalho assalariado, apresenta uma visível divisão do trabalho, podendo ou não o microempreendedor participar do processo produtivo, os lucros destinam-se tanto para capital de trabalho e investimentos como para distribuir com os proprietários, dispõe de conta de poupança e conta bancária, dispondo alguns de cartão de crédito.

Conforme exposto no parágrafo anterior, essa tipologia evidencia que os tomadores de crédito dos Programas de Microcrédito, especialmente nas fases iniciais do empreendimento, fogem do estereótipo do empreendedor *schumpeteriano*, aquele que inova como traço comportamental característico. Ao contrário, eles se enquadram melhor na categoria *wirt*, na qual a orientação é voltada primordialmente para a reprodução, sem grandes expectativas de acumulação (SANTOS, 2007).

2.4 Gênero Feminino

Segundo Scavone (2008), o conceito de Gênero foi construído por estudiosas da língua inglesa, como, por exemplo, Gayle Rubin, antropóloga e feminista. Em um de seus primeiros

textos sobre a questão que se tornaram clássicos na área, *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*, Rubin procurou responder teoricamente à recorrência da *opressão e subordinação social das mulheres* com base em um diálogo crítico com a Teoria Antropológica de Lévy-Strauss, com a Psicanálise Freudiana e com o Marxismo. Em decorrência desse debate, a autora reitera a idéia de que Gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de *Sistemas de Sexo/Gênero*.

Por sua vez, continua argumentando Scavone (2008), a historiadora Joan W. Scott introduz o conceito de gênero na História com o seu famoso artigo *Gender a Useful Category of Historical Analysis*, publicado em 1986 na *American Historical Review*. Nesse texto, Scott dialoga com autores pós-estruturalistas como Michel Foucault e Gilles Deleuze e critica com eles a idéia iluminista da existência de um sujeito único universal com características biológicas consideradas *a-históricas*, que fundamentam os discursos da dominação masculina. Ao propor o uso da categoria Gênero para a análise histórica – e, por decorrência, para as Ciências Sociais –, a autora pretende compreender e explicar significativamente o caráter relacional, transversal e variável dessa categoria analítica.

A própria Scott (1990) afirma que Gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política, e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança.

A partir deste contexto, conforme relata Giffin (2006), o movimento das mulheres, opondo-se à caracterização binária de homens e mulheres como seres essencialmente diferentes, com lugares diferenciados e poderes desiguais na sociedade, almejou um autoconhecimento e uma transformação do lugar das mulheres: uma proposta de saber e de poder.

De acordo com Calás e Smircich (2006), as intersecções do feminismo com os movimentos de luta de classes configuram diferentes teorias feministas: a radical, a liberal, a marxista, a socialista, a psicanalítica, a terceiro-mundista ou pós-colonialista, a pós-estruturalista ou pós-moderna. Elas revisaram cada uma das teorias e discutiram suas contribuições para o estudo das organizações. Segundo elas, há um ponto comum que permeia essas perspectivas: todas elas reconhecem o domínio masculino nos arranjos sociais e o desejo de mudanças dessa situação. Mas, mesmo essas perspectivas tendo em comum um discurso crítico, ainda que em diferentes graus, distinguem-se, por outro lado, quanto à recomendação de soluções para o problema.

Para o feminismo liberal, enquanto o sexo faz parte dos dotes biológicos naturais de qualquer ente sexuado, o gênero, em seres humanos, é socializado pelo comportamento ‘adequado’ para cada sexo. Em geral, as feministas liberais centram-se na observação da mulher no mundo do trabalho, preocupando-se basicamente em pesquisar os caminhos para o sucesso. Essa corrente acredita que estereótipos sexuais impróprios afetam negativamente as mulheres. Daí porque as liberais questionam e reclamam por sistemas meritocráticos nas organizações. Para as liberais, as mulheres devem ser treinadas para desenvolver habilidades que as capacitem a competir de forma igual com o homem. Assim, no seu cerne, essa tradição de inspiração liberal resvala em conclusões normativas, prescritivas e quantitativas de cunho positivista (CALÁS; SMIRCICH, 2006).

A teoria feminista radical, por sua vez, destaca as singularidades femininas, enfatizando o valor positivo de atributos associados à mulher, como sensibilidade, capacidade de expressar emoções e de prover cuidados (CALÁS; SMIRCICH, 2006, p. 285). Além disso, as radicais entendem que as diferenças femininas não devem ser mais vistas como deficiências a serem superadas. Ao contrário, são qualidades que as deixam em vantagem em relação ao universo masculino no que diz respeito, por exemplo, à eficácia organizacional. As feministas radicais recebem essa denominação justamente por colocar a mulher no centro e propor políticas separatistas (pelo menos até que homens e mulheres se tornem iguais).

A abordagem psicanalítica destaca o papel da família patriarcal na forma diferenciada com que homem e mulher desenvolvem sua formação psíquica. De acordo com essa abordagem, a natureza humana desenvolve-se biológica e psicosssexualmente. Calás e Smircich (2006) sustentam que pesquisadores mais ligados à corrente psicanalítica enfatizam as diferenças das mulheres não como um problema, mas como uma vantagem. Tais vantagens, no entanto, poderiam acentuar ainda mais os estereótipos relacionados ao gênero. Nesse caso, as mulheres se tornariam instrumentos ou objetos a serviço das organizações. Essa postura reitera, sem que as mulheres possam fazer as devidas críticas, as condições que parecem ser as causas da opressão feminina, ‘os jeitos’ e os aspectos positivos do modo de gestão das mulheres em benefício da competitividade das organizações.

Para as feministas inspiradas no pensamento marxista, tanto o gênero quanto a identidade de gênero são vistos como elementos de uma estrutura maior, social e historicamente determinada. Essa perspectiva propõe que a análise do gênero deveria se modelar pela análise das classes sociais, caracterizadas por relações de dominação e de opressão. Assim, da mesma forma que o marxismo concebeu uma teoria sobre o desenvolvimento histórico da sociedade fundado na idéia da luta de classe, a teoria feminista

marxista situou a opressão feminina no âmago de suas formulações dando-lhe um *status* teórico similar ao da exploração de classe. As feministas marxistas estão preocupadas com a dupla opressão da mulher: a de classe e a de gênero. De acordo com Costa (1994), a iniciativa de explicar os motivos da condição subalterna da mulher nas sociedades modernas foi feita de maneira sistematizada e afastada dos preceitos da Biologia, primeiramente, por Karl Marx e Frederic Engels. Esses pensadores partiram da premissa de que a condição de dependência da mulher não é fruto de sua natureza, mas é o resultado de todo um processo histórico ligado ao desenvolvimento das forças produtivas e do conseqüente papel de mero instrumento da reprodução que a mulher desenvolve dentro da família. Além de acreditarem que a constituição da natureza humana depende de condições materiais e históricas, na visão de Calás e Smircich (2006), as feministas inspiradas no pensamento marxista acrescentam o gênero às suas preocupações analíticas com o intento de remediar a falta de atenção do marxismo para com essa dinâmica.

O feminismo socialista, por seu turno, nada mais é que uma confluência da perspectiva marxista, radical e psicanalítica. Para as socialistas, a opressão e a exploração resultam de esferas distintas de poder. Isto é, enquanto a opressão está baseada na organização sexual da sociedade (o patriarcado), a exploração está baseada na estrutura classista da sociedade (COSTA, 1994). As duas estruturas (patriarcado e capitalismo), portanto, convivem, na sociedade, através da divisão sexual do trabalho na família e na produção social, em um processo de dependência mútua. Ao dar atenção a questões epistemológicas, preocupando-se não apenas com o conhecimento em si, mas em como o conhecimento é constituído, a abordagem socialista acabou superando limitações de cada uma dessas teorias (CALÁS; SMIRCICH, 2006). Essa visão parece dar uma melhor condição de analisar as intersecções entre gênero, raça, classe social e sexualidade. No entanto, o esmaecimento das organizações socialistas e do socialismo e o declínio da influência exercida pelo marxismo nos anos 1990 relegaram o feminismo socialista, de um modo geral, à esfera acadêmica.

Calás e Smircich (2006) apontam outra abordagem a respeito do feminismo: a ‘terceiro-mundista’ ou ‘pós-colonialista’ que traz a possibilidade de outras configurações de gênero e de relações mais complexas entre homens e mulheres não só do Ocidente. Essas autoras consideram que as teorias feministas mais difundidas basearam-se, exclusivamente, em experiências sociais e nas imagens das mulheres do Primeiro Mundo em detrimento do resto do mundo, que seriam o objeto da corrente ‘terceiro-mundista’.

A abordagem pós-estruturalista ou pós-moderna questiona o próprio conhecimento e sua constituição. Além disso, aqueles que se filiam ao pós-estruturalismo interrogam as

posições ontológicas e epistemológicas das teorias modernas. Se as diversas abordagens parecem possuir limitações, no entanto, na visão de Calás e Smircich (2006), o pós-estruturalismo oferece uma visão mais pluralista e complexa, inclusive se utilizando de uma análise *desconstrutivista* e *genealógica* para demonstrar os limites do discurso organizacional e as estruturas desses limites. Ou seja, a corrente pós-estruturalista apóia-se em Jacques Derrida, ao propor a desconstrução da polaridade entre masculino e feminino, e em Michel Foucault, ao defender uma nova conceitualização das relações de poder. O pós-estruturalismo considera a linguagem como um sistema de diferenças que proporciona o questionamento dos limites impostos ao conhecimento por certos discursos privilegiados (CALÁS; SMIRCICH, 2006; COSTA, 1994). Em síntese, o feminismo pós-estruturalista enfatiza a complexidade das relações sociais. Acrescenta ainda que o ‘pós-feminino’ se pergunta sobre as diferenças e as relações não apenas dos homens com as mulheres, mas também das mulheres com elas mesmas. Isto porque os pós-estruturalistas preocupam-se basicamente com as diferenças culturais que modelam os gêneros e, por isso, não acreditam na existência de um modelo universal.

Como um dos objetivos deste trabalho é estudar as práticas discursivas de mulheres artesãs, entendemos como necessário caracterizar o Artesanato, que contemporaneamente é classificado no setor da Economia Criativa.

2.5 O Artesanato como Setor da Economia Criativa (EC)

A EC como foco de estudo acadêmico é recente e configura um campo de conhecimento pré-paradigmático (MIGUEZ, 2014).

Dadas a novidade e a relevância social, econômica e cultural do tema (MANGEMATIN; SAPSED; SCHÜßLER, 2014; SERRA; FERNANDEZ, 2014; ZHENG, 2011), o significado e o escopo da EC ainda estão em construção.

Contemporaneamente, a expressão EC “compreende setores e processos que têm como insumo a criatividade, em especial a cultura, para gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com valor simbólico e econômico” (REIS, 2008, p. 24).

Por seu turno, Caiado (2011, p. 15) assim conceitua a EC:

É o ciclo que engloba a criação, produção e distribuição de produtos e serviços que usam a criatividade, o ativo intelectual e o conhecimento como principais recursos produtivos. São atividades econômicas que partem da combinação de criatividade com técnicas e/ou tecnologias, agregando valor ao ativo intelectual. Ela associa o

talento a objetivos econômicos. É, ao mesmo tempo, ativo cultural e produto ou serviço comercializável e incorpora elementos tangíveis e intangíveis dotados de valor simbólico.

Da mesma forma que ainda não existe consenso acerca do conceito de EC, também há controvérsias sobre quais setores comporiam tal campo emergente do conhecimento.

Assim, apresentamos a seguir a listagem dos setores que compõem a EC a partir do entendimento de dois estudiosos do tema.

Conforme Newbiggin (2010), são treze os setores que compõem a EC: Artesanato, Arquitetura, Artes Cênicas, Artes e Antiguidades, Cinema, *Design*, Editorial, Moda, Música, Publicidade, *Software*, *Video Game* e Televisão e Rádio. Para Workings (2012), são os seguintes os setores que integram a EC: Propaganda, Arquitetura, Arte, Artesanato, *Design*, Moda, Música, Artes Cênicas, Mercado Editorial, *Software*, Brinquedos e Jogos, Televisão e Rádio, *Games* (grifos nossos).

Dessas classificações, emerge o Artesanato como setor integrante da EC.

O Artesanato é definido pelo Conselho Mundial do Artesanato “como toda atividade produtiva que resulte em objetos e artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais ou rudimentares, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade” (CMA, 2014).

Artesão (ã), de acordo com o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB, 2012), é:

É o(a) trabalhador(a) que de forma individual exerce um ofício manual, transformando a matéria-prima bruta ou manufaturada em produto acabado. Tem o domínio técnico sobre materiais, ferramentas e processos de produção artesanal na sua especialidade, criando ou produzindo trabalhos que tenham dimensão cultural, utilizando técnica predominantemente manual, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças.

A relevância do Artesanato também se dá na medida em que se apresenta como contrapartida à massificação e uniformização de produtos globalizados, promovendo o resgate cultural e o fortalecimento da identidade regional. Com um custo de investimento relativamente baixo, o setor artesanal utiliza, em grande parte das categorias existentes, matéria-prima natural; promove a inserção da mulher e do adolescente em atividades produtivas; estimula a prática do associativismo e fixa o artesão rural no seu local de origem, evitando o crescimento desordenado dos centros urbanos. Além disso, a característica de ocupar mão de obra sem qualificação formal, onde muitas pessoas buscam um meio alternativo de sobrevivência, especialmente em comunidades com baixo Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH), dá ao setor um papel estratégico para a diminuição da desigualdade social no País (MASCÊNE, 2010, grifo nosso).

Como um dos nossos objetivos nesta tese é estudar artesãs empreendedoras, nada mais óbvio do que discorrer sobre a Ação Empreendedora.

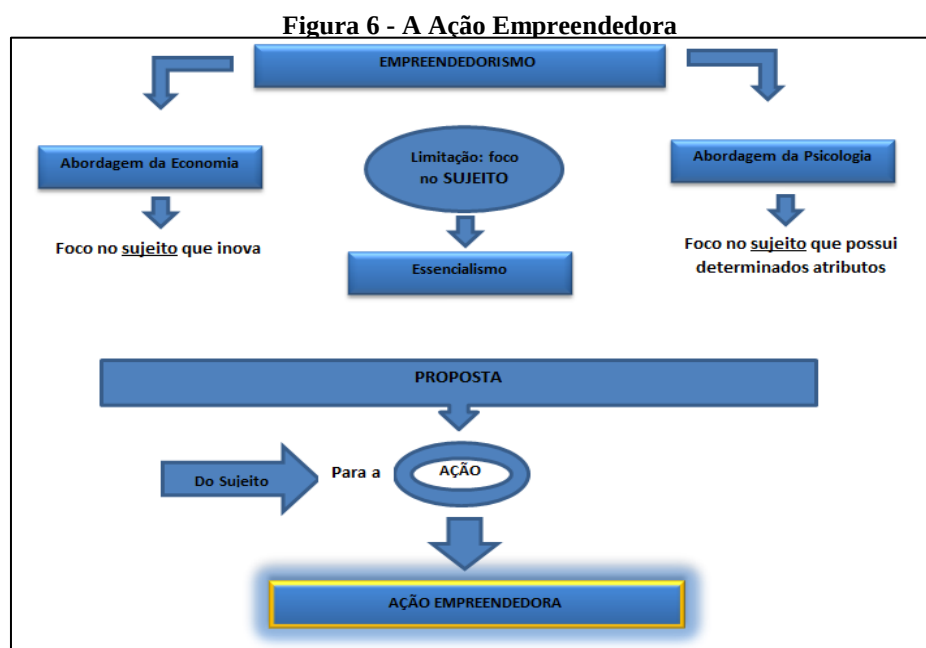
2.6 A Ação Empreendedora

No campo conceitual de estudos sobre o Empreendedorismo, predominam duas perspectivas de pesquisa (BURG; ROMME, 2014; FILION, 1999).

Em primeiro lugar, a dos economistas, para os quais, a partir das formulações teóricas de Schumpeter (1982), o empreendedor é o agente responsável pelo processo de destruição da ordem econômica existente por meio da introdução de novos produtos e serviços, da criação de novas formas de organização ou de exploração de novos recursos materiais.

Em segundo lugar, a dos psicólogos, que privilegiam o estudo de traços comportamentais dos empreendedores, na tentativa de prever que atitudes poderiam explicar o êxito ou o fracasso destes indivíduos.

Diante das limitações das referidas abordagens para o entendimento das questões atinentes ao Empreendedorismo, autores como Gartner (1985), Bruyat (1993), Verstraete (2001), Paiva Júnior (2004), Lima (2010) e Gomes, Lima e Cappelle (2013) argumentam em favor do deslocamento do foco no indivíduo para o foco na ação, conforme se pode visualizar na Figura 6:



Fonte: Adaptado de Gomes, Lima e Cappelle (2013, p. 214).

Da leitura da Figura 6, constatamos que, a partir da combinação das abordagens da Economia e da Psicologia, surgem as teorias sobre o Empreendedorismo com foco no sujeito – o essencialismo –, enfoque que acarreta a limitação dos estudos aos traços comportamentais e as competências de que os empreendedores são portadores.

Com o intuito de ampliar o entendimento sobre o processo empreendedor, Julien (2010, p. 159) argumenta que:

O meio é o lugar e ao mesmo tempo o mecanismo coletivo que pode explicar e facilitar os diferentes laços sociais, permitindo, assim, o desabrochar de um espírito empreendedor coletivo, fornecendo os recursos de base, tais como a informação e os meios de transformá-la em conhecimento a fim de enfrentar os desafios da nova economia.

Como desdobramento do conceito expresso no parágrafo anterior, o referido autor propõe que existem grupos de atores que afetam o dinamismo do meio empreendedor, a saber (Quadro 2):

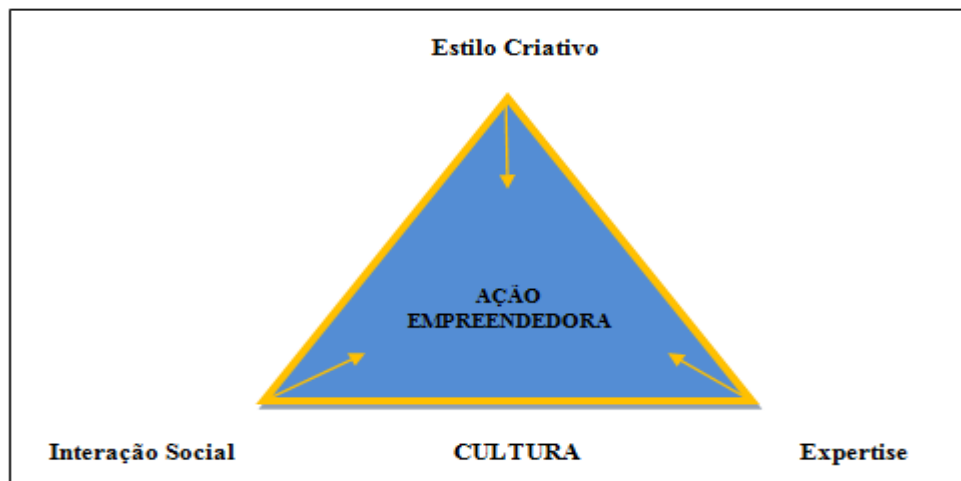
Quadro 2 - Atores que Afetam o Dinamismo do Meio Empreendedor

Atores	Exemplos	Pessoas-Chave	Principal Aporte
Instituições públicas e parapúblicas	Governo local, escolas, organizações de auxílio, normas e convenções	Representante do setor, prefeito, formadores de opinião	Formação e apoio à inovação
Estrutura setorial	Empresas de todos os portes	Líderes de negócios	Empregos, matérias-primas, serviços às empresas
Mão de obra	Engenheiros e técnicos	Líderes sindicais	Participação na diversificação
Organizações de cooperação	Redes	Presidentes dos clubes dinâmicos de negócios	Trocas de saberes e de <i>savoir-faire</i>
Cultura empreendedora	Atitudes e aptidões na criação e na inovação	Modelos de negócios conhecidos	Facilitação da capacidade de enfrentar a incerteza

Fonte: Julien (2010, p. 166).

Sousa e Paiva Júnior (2012, p. 34) propõem um arcabouço conceitual que propicia um melhor entendimento da Ação Empreendedora, conforme pode ser visualizado na Figura 7:

Figura 7 - Dimensões da Ação Empreendedora



Fonte: Sousa e Paiva Júnior (2012, p. 34).

Para os referidos autores, a dimensão imaginação conceitual abrange os seguintes componentes: autonomia, convivência com o risco, desprendimento, disposição pessoal, intuição, visão integral e subjetividade. A dimensão *expertise* envolve os componentes: desenvolvimento de competências, intercâmbio de conhecimento, transformação da linguagem, inversão e inovação. A dimensão interação social contempla: ética dos valores, ação político-social, ação de otimização de oportunidade, ação de adaptação contingencial, diálogo, institucionalização, parceria e o binômio relacionabilidade/confiança. E, por fim, concluem Sousa e Paiva Júnior (2012), essas dimensões da Ação Empreendedora estão imersas num universo cultural no qual o ator que empreende está inserido, de forma que o influencia e é também influenciado por ele.

Em reforço ao que já foi argumentado nos parágrafos anteriores, McMullen e Shepherd (2006) defendem que a saúde de uma economia dependeria da percepção e do bom uso das oportunidades por parte dos empreendedores, sendo importante enfatizar não a figura do agente, mas se a Ação Empreendedora ocorreria efetivamente naquelas circunstâncias.

Ao tratar da questão da identificação de oportunidades em ambientes organizacionais, Alvarez e Barney (2007) realçam que não haveria busca de oportunidades, e que existiriam, ao contrário, Ações Empreendedoras que representam construções sociais que levariam os empreendedores a identificá-las e aproveitá-las conforme seus objetivos.

Berglund (2005) apresenta dois itens úteis ao entendimento da Ação Empreendedora. Primeiro, o conceito de ação, que “é frequentemente definida como um comportamento ou atividade que carrega um sentido subjetivo para o agente, isto é, fazer algo com um grau de intencionalidade ou atenção”. Segundo, esse autor, ao oferecer uma perspectiva de análise que

vê a Ação Empreendedora como uma prática situada, ao mesmo tempo retendo o foco no empreendedor como um sujeito pensante, reflexivo e estrategicamente situado. Nessa perspectiva, ele considera a Ação Empreendedora como oposta ao comportamento, na medida em que seria uma ação reflexiva e sempre tendo lugar em relação a situações específicas e a um contexto social mais amplo.

Retomando os argumentos apresentados ao final da **Introdução** desse estudo, existem controvérsias acerca do discurso dos ofertantes e dos tomadores de crédito de Programas de Microcrédito. E mais: qual o discurso das tomadoras de crédito do Empreender JP? Qual o impacto desse Programa na vida delas? Como elas significam o MPO?

É em vista desses argumentos que se introduz a Análise Crítica do Discurso (ACD) como um dos métodos e teorias capazes de fornecer respostas aos questionamentos elencados no parágrafo anterior.

2.7 Análise Crítica do Discurso

Optamos, neste estudo, pela ACD, sob a perspectiva de Norman Fairclough como método de pesquisa e teoria analítica, pois ela: (i) a partir de uma ótica sociológica, em associação com o olhar lingüístico, permite um entendimento e uma visibilização de questões sócio-discursivas que permeiam a contemporaneidade; (ii) por seu caráter transdisciplinar, ao ensinar a interação entre conceitos advindos da Sociologia, da Lingüística, da História, da Economia e da Administração; (iii) por fazer emergir a subjetividade dos atores envolvidos em atividades de Microcrédito, particularmente das mulheres artesãs tomadoras de crédito do Empreender JP (TILIO, 2010).

Mais amplamente utilizada em áreas do conhecimento como Letras, Educação, Lingüística, Direito, Comunicação, Sociologia, Artes e Psicologia (BANCO DE TESES DA CAPES, 2014), só recentemente a ACD tem sido operacionalizada no âmbito dos Estudos Organizacionais realizados no Brasil nas pesquisas desenvolvidas por: (i) Menezes (2012), cujo objetivo foi analisar como se dá a construção de feminilidades de mulheres que atuam como gestoras em organizações em geral; (ii) Barros (2011), a qual investigou os significados contidos no discurso de consumo consciente; (iii) Costa (2010), que estudou o discurso contemporâneo sobre o empreendedorismo nas empresas juniores e na mídia de negócios; (iv) Dourado (2007), em cuja pesquisa revelou-se a lógica organizacional subjacente ao discurso pela qualidade de vida no trabalho e a postura alienada dos trabalhadores de uma determinada

organização; e (v) Alves (2002), o qual estudou os atores sociais que, à época, dominavam o campo discursivo do Terceiro Setor no Brasil.

Assim, com o intuito de apresentar a ACD, tecemos inicialmente algumas considerações relativas a: (i) Teoria Crítica; (ii) Linguagem e Discurso; e (iii) ACD sob a Ótica de Norman Fairclough.

2.7.1 Considerações sobre a Teoria Crítica

De acordo com Faria (2009), existe uma diferença substantiva entre (a) teoria crítica, segundo a tradição da Escola de Frankfurt, (b) teoria crítica em estudos organizacionais (TCEO), que agrega outras dimensões à teoria crítica frankfurtiana, (c) estudos gerenciais críticos, segundo os parâmetros do *Critical Management Studies* (CMS) – Estudos Críticos em Administração – e (d) análises críticas em estudos organizacionais (ACEO).

A teoria crítica frankfurtiana pode ser conceitualmente estratificada em três gerações: a primeira, original, filiada ao marxismo, formada por Pollock, Bloch, Adorno, Horkheimer, Benjamin, Marcuse e Fromm; a segunda, liderada por Habermas, que se afasta do marxismo; e a terceira, liderada por Axel Honneth, que se dedica ao estudo da luta pelo reconhecimento na perspectiva crítica hegeliana e habermasiana (inclusive, criticando essas perspectivas). Portanto, falar em teoria crítica frankfurtiana implica identificar também sobre qual das três gerações se fala (FARIA, 2009).

Assim, tendo em vista uma necessária coerência ideológica entre referencial teórico e método de pesquisa, é que adotamos, no estudo aqui proposto, a Teoria Crítica na vertente da primeira geração da Escola de Frankfurt, a qual serviu, em parte, como suporte à estruturação da Análise Crítica do Discurso sob a perspectiva de Norman Fairclough.

Originada a partir da análise do sistema capitalista empreendida por Karl Marx, a Teoria Crítica, segundo Nobre (2011), “designa pelo menos três coisas”: (i) um campo teórico; (ii) um grupo específico de intelectuais filiados a esse campo teórico e inicialmente reunidos em torno de uma instituição determinada (o Instituto de Pesquisa Social) e (iii) a Escola de Frankfurt.

A partir do texto seminal de Horkheimer (1991), escrito originalmente em 1937, em contraposição à idéia de Teoria Tradicional, surge a idéia de Teoria Crítica. Nesse texto, o autor aponta que o surgimento do que se entende por Teoria Tradicional ocorreu nos primórdios da filosofia moderna com René Descartes. Esse método ou modelo de teoria

científica trouxe uma série de consequências para a análise da realidade, tais como a cisão entre sujeito e objeto de estudo, a separação entre indivíduo e sociedade, a perspectiva parcial de classe, a simplificação no estudo dos fenômenos, a transposição dos métodos de pesquisa das ciências naturais para as ciências sociais e a eliminação das contradições da *práxis* social.

Discorrendo sobre o tema, Nobre (2011, p. 38) afirma que, “em nome de uma pretensa neutralidade da descrição, a Teoria Tradicional resigna-se à forma histórica presente da dominação. Em uma sociedade dividida em classes, a concepção tradicional acaba por justificar essa divisão como necessária”.

De acordo com Horkheimer (1991), a Teoria Crítica apresenta algumas características distintivas, a saber: (i) os seres humanos não são meros resultados do processo histórico, mas são também agentes desse processo; (ii) envolve diagnóstico do tempo presente, orientação para a emancipação e comportamento crítico em relação às condições sociais em que se vive naquele determinado momento histórico.

Conforme Freitag (2010), praticar teoria e filosofia é, para Horkheimer, algo inseparável da idéia de nortear a reflexão com base em juízos existenciais comprometidos com a liberdade e a autonomia do ser humano. Por seu turno, Melo (2011, p. 249) argumenta que “o que distingue uma Teoria Crítica das demais posturas teóricas no campo das ciências humanas consiste em seu interesse pelas condições emancipatórias socialmente existentes”. Em outras palavras, ela objetiva apresentar princípios que visam ao diagnóstico e à análise “sobre as condições de possibilidades e sobre os obstáculos existentes à emancipação”.

Assim, “acreditamos que essa abordagem [da Teoria Crítica] é um dos caminhos possíveis na busca da emancipação do homem, na direção de uma sociedade melhor e mais justa” (VIEIRA; CALDAS, 2006, p. 67).

A escolha da Teoria Crítica como fundamento epistemológico desse projeto de tese guarda estreita relação com a Análise Crítica do Discurso, na perspectiva de Norman Fairclough, opção metodológica e analítica utilizada na redação do estudo aqui em apreciação.

2.7.2 Considerações sobre Linguagem e Discurso

Intitula-se virada ou giro linguístico (do inglês *linguistic turn*) o movimento filosófico ocorrido primordialmente no trancurso do século XX, cuja principal característica é o entendimento da relação entre a filosofia e a linguagem (OLIVEIRA, 2001; RORTY, 1967; WITTGENSTEIN, 1996).

Foi a partir desse momento, em decorrência das contribuições teóricas de Gottlob Frege (1849-1925) e Bertrand Russell (1872-1970), que o olhar da filosofia, “até então voltado para o mundo interior e privado das entidades mentais, se voltasse para o mundo passível de ser objetivado e público das produções discursivas” (IBAÑÉZ GRACIA, 2005, p. 21).

Nesse contexto, a linguagem emerge como um elemento central para o entendimento da realidade sócio-histórica, pois, para Ibañez Gracia (2005, p. 39), “a linguagem não só nos diz como é o mundo, ela também o institui; e não se limita a refletir as coisas do mundo, também atua sobre elas, participando de sua constituição.”

O discurso “controla mentes, e mentes controlam ação” (VAN DIJK, 2012, p. 18). Daí decorre a luta que se trava na sociedade contemporânea acerca do domínio do discurso, que define, em larga medida, quem irá exercer (ou não) o poder no âmbito social. Arendt (2007, p. 192) defende que “nenhuma outra atividade humana precisa tanto do discurso quanto a ação. Na ação e no discurso os homens mostram o que são e revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano”.

Discurso é um conceito polissêmico (IÑIGUEZ, 2005). Além disso, uma especialista no assunto afirma que existem 57 (cinquenta e sete) variedades de análise do discurso (GILL, 2002)!

Segundo Orlandi (2009, p.15), “a palavra discurso, etimologicamente, tem a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.

Por seu turno, Fairclough (2008, p. 22) argumenta que:

Os discursos são manifestados nos modos particulares de uso da linguagem e de outras formas simbólicas [...] [e] não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’: diferentes discursos constituem entidades-chave [...] de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais [...] [assim] diferentes discursos se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso.

De maneira sintética, discurso é “o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/pelos sujeitos” (ORLANDI, 2009, p. 17). A respeito deste conceito, uma questão importante a destacar se refere ao fato de que cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, situado no tempo e no espaço (WODAK, 2003).

Conforme Maingueneau (1998, p. 13), a análise do discurso é “a disciplina que, em vez de proceder a uma análise lingüística do texto em si ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu ‘contexto’, visa articular sua enunciação sobre um certo lugar social”. Assim existem duas correntes teóricas em Análise do Discurso: a de origem francesa e a de origem anglo-saxã (MUSSALIM, 2009; CABRAL, 2005; MAINGUENEAU, 1998).

O que diferencia a Análise do Discurso francesa da anglo-saxã é que esta última considera a intenção dos sujeitos numa interação verbal como um dos pilares que a sustenta, ao passo que a corrente francesa não considera como determinante esta intenção do sujeito, ou seja, considera que esses sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia que predetermina o que poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais (MUSSALIM, 2009).

Esquemáticamente, o Quadro 2 apresenta uma síntese sobre as duas correntes teóricas da Análise do Discurso (AD):

Quadro 3 - Correntes Teóricas da Análise do Discurso

	AD Francesa	AD Anglo-Saxã
Tipo de Discurso	Escrito (quadro institucional doutrinário)	Oral (conversação cotidiana comum)
Objetivos Determinados	Propósitos textuais (explicação x forma) (construção do objeto)	Propósitos comunicacionais (descrição x uso) (imanência do objeto)
Método	Estruturalismo (Lingüística e História)	Interacionismo (Psicologia e Sociologia)
Origem	Lingüística	Antropologia

Fonte: Maingueneau (1998, p. 16).

Adicionalmente, importa considerar também que toda palavra possui seu próprio significado, porém traz consigo um certo número de silêncios e de conotações obscuras, as quais são passíveis de investigações que revelem intenções ocultas, pressuposições veladas e ambiguidades implícitas (ORLANDI, 2007).

Com o intuito de se compreender a lógica e a operacionalização da Análise do Discurso como método de pesquisa e arcabouço teórico, há que se entender o conceito de ordem do discurso, a saber, “a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 29).

Ao adentrarmos o âmbito organizacional, constatamos que é através do discurso que os atores organizacionais constroem suas visões de mundo, suas significações, suas representações sobre a gestão da organização, ordenam seus valores, coordenam comportamentos, reforçam seus papéis e vínculos com a organização (CARRIERI; PIMENTEL; CABRAL, 2005).

A análise do discurso, enquanto método de pesquisa, fornece subsídios analíticos que permitem contemplar as organizações como arenas onde se digladiam múltiplos discursos que tentam mudar, controlar e, em alguns casos, homogeneizar culturas, as significações e ‘pasteurizar’ as identidades organizacionais (REED, 1998). Logo, são escassos os estudos que investigaram o discurso dos diferentes atores sociais envolvidos no processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação Empreendedora.

2.7.3 Análise Crítica do Discurso (ACD) sob a Ótica de Norman Fairclough

Como campo disciplinar, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída e legitimada através do uso da linguagem – ou no discurso (WODAK, 2003). Em complemento, a ACD é um importante instrumental teórico-metodológico para análises de discursos, “uma vez que ela contempla não apenas a análise linguística, mas também a crítica social e o momento sócio-histórico da contemporaneidade” (TILIO, 2010, p. 86).

A fim de se compreender a abordagem da ACD, há que ser ter em mente algumas de suas concepções básicas (KRESS, 1989):

- A linguagem é um fenômeno social.
- Não apenas indivíduos, mas também as instituições e os grupos sociais possuem significados e valores específicos, que são expressos de forma sistemática por meio da linguagem.
- Os textos são as unidades relevantes da linguagem na comunicação.
- Os leitores/ouvintes não são recipientes passivos quando se relacionam com os textos.

Outra característica relevante da ACD é assim expressa:

Uma característica determinante da ACD é seu caráter emancipatório. Por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, busca-se desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, a fim de favorecer a desarticulação de tais estruturas. Com esse objetivo, a ACD vem se desenvolvendo, estreitando seus laços com teorias sociais e com metodologias várias (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 186).

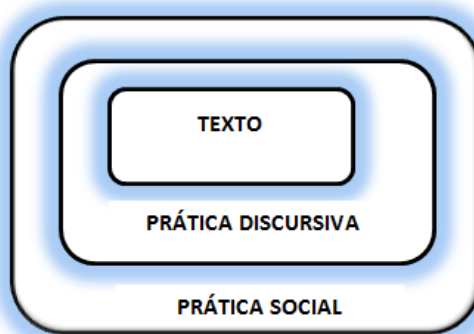
Três conceitos são essenciais para a compreensão da ACD. Primeiro, o de crítica, a qual significa distanciar-se dos dados, situar os dados no social, adotar uma posição política

de forma explícita e focalizar a auto-reflexão (WODAK, 2003). Segundo, o de ideologia, que, para Fiorin (2012), é um conjunto de idéias dominantes numa dada formação social que explicam e justificam a realidade. Terceiro, o de poder, assim explicado por Wodak (2003, p. 236): “para a ACD, a linguagem não é poderosa em si mesma – ela adquire poder pelo uso que os agentes que detêm poder fazem dela”.

Segundo Tilio (2010), o conceito de ACD, nos termos propostos por Fairclough (2008), é produto de três influências teóricas principais: (i) o Marxismo Ocidental, que enfatiza aspectos culturais da vida social ao entender que as relações de dominação e exploração são determinadas e perpetuadas cultural e ideologicamente; (ii) Michel Foucault, que definiu discurso, não apenas a linguagem, como um sistema de conhecimento que tem como objetivo controlar a sociedade através da regulação do saber e do exercício do poder; e (iii) Mikhail Bakhtin, para quem a linguagem é sempre utilizada de forma ideológica.

A Figura 8 apresenta a concepção tridimensional do discurso conforme proposta por Fairclough (2008, p. 101):

Figura 8 - Concepção Tridimensional do Discurso



Fonte: Fairclough (2008, p. 101).

Dessa concepção decorre que os textos, quer escritos, quer verbais, são práticas discursivas que estão inseridas em contextos sociais mais amplos. Conforme argumenta Fairclough (2008, p. 90), “o discurso é considerado forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexa de atividades situacionais”.

Para cada dimensão indicada no modelo da Figura 8, Fairclough (2008) propõe as categorias analíticas apresentadas de forma sintética no Quadro 4:

Quadro 4 - Categorias Analíticas Propostas no Modelo Tridimensional do Discurso

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário Gramática Coesão Estrutura Textual	- Produção - Distribuição - Consumo - Contexto - Força - Coerência - Intertextualidade	Ideologia
		Sentidos Pressuposições Metáforas
		Hegemonia
		Orientações: Econômicas Políticas Culturais Ideológicas

Fonte: Fairclough (2008).

Para as categorias analíticas do Quadro 3 são atribuídos os seguintes significados:

2.7.3.1 Dimensão Texto

Dimensão baseada na tradição de análise textual e lingüística, que tem como objetivo descrever as características organizacionais gerais, o funcionamento e o controle das interações. Os itens relevantes nesta análise são: tomada de turnos, estruturas de trocas, controle de tópicos, determinação e policiamento de agendas, formulação, modalidades, polidez, *ethos*, conectivos e argumentação, transitividade e tema, significado das palavras, criação de palavras e metáforas. A análise textual envolve quatro itens, apresentados em escalas ascendentes: a) vocabulário (lexicalização); b) gramática; c) coesão e d) estrutura textual (PEDROSA, 2010).

a) Vocabulário

“Os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis social e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 230).

b) Gramática

Toda oração é resultado da combinação de significados ideacionais, interpessoais (identitários e relacionais) e textuais. Quando as pessoas escolhem suas orações em termos de modelo e estrutura, selecionam, também, o significado e a construção de

identidades sociais, de relações sociais, de crenças e conhecimentos (PEDROSA, 2005).

c) Coesão

Na coesão, pode-se considerar como as orações são ligadas em frases e como essas são ligadas para formar unidades maiores nos textos (PEDROSA, 2005).

Os marcadores coesivos não podem ser vistos apenas como propriedades objetivas dos textos, mas “têm de ser interpretados pelos intérpretes de textos como parte do processo de construção de leituras coerentes do texto” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 220).

A coesão pode tornar-se um modo significativo de trabalho ideológico que ocorre em um texto (PEDROSA, 2005).

d) Estrutura Textual

A estrutura textual também diz respeito à arquitetura do texto, principalmente no que se refere a aspectos superiores do planejamento de diferentes tipos de texto. A forma como o texto se organiza pode expandir a percepção dos sistemas de crenças e conhecimentos e alargar, também, a percepção dos pressupostos sobre as relações sociais dos tipos de texto mais diversos (PEDROSA, 2005).

Essas categorias analíticas serão úteis, no contexto do presente estudo, para desvelar os sentidos do discurso dos diversos sujeitos envolvidos no processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação Empreendedora das mulheres artesãs tomadoras de crédito do Empreender JP.

2.7.3.2 Dimensão Prática Discursiva

A dimensão prática discursiva está baseada na tradição interpretativa ou microsociológica de levar em conta a prática social como algo que as pessoas, ativamente, produzem e apreendem com embasamento em procedimentos compartilhados consensualmente. Trata-se, portanto, de uma análise chamada de ‘interpretativa’, pois é uma dimensão que trabalha com a natureza da produção e interpretação textual. Alguns aspectos podem ser observados nessa análise, envolvendo as três dimensões da prática discursiva: produção do

texto – interdiscursividade e intertextualidade manifesta; distribuição do texto – cadeias intertextuais; consumo do texto – coerência (PEDROSA, 2010).

a) Produção

Como ocorre a representação discursiva: direta ou indireta? O discurso representado está demarcado claramente? O que está representado: contexto, estilo ou significado ideacional? Como as pressuposições estão sugeridas no texto? O que particulariza o texto em termos históricos?(PEDROSA, 2005).

b) Distribuição

“Assim, os diferentes tipos de textos variam radicalmente quanto ao tipo de redes de distribuição e cadeias intertextuais em que eles entram, e, portanto, quanto aos tipos de transformação que eles sofrem” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 167).

c) Consumo

Considerar as implicações interpretativas das particularidades intertextuais e interdiscursivas da amostra. Como os textos são interpretados e quanto de trabalho inferencial é requerido (PEDROSA, 2005).

d) Contexto

A fim de compreender as condições de práticas discursivas, é necessário perceber que os textos são produzidos de maneira particular e em contextos sociais particulares (PEDROSA, 2005).

e) Força

Dependendo de quem é o autor do texto, do poder que ele detém na estrutura social ou do contexto em que o discurso foi produzido, podemos nos deparar com diferentes graus de força na mensagem enunciada através do texto.

f) Coerência

“Os textos postulam sujeitos intérpretes e implicitamente estabelecem posições interpretativas para eles que são ‘capazes’ de usar suposições de sua experiência anterior, para fazer conexões entre os diversos elementos intertextuais de um texto e gerar interpretações coerentes. Não se deve entender com isso que os intérpretes

sempre resolvam plenamente as contradições de textos” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 171).

g) Intertextualidade

A intertextualidade pressupõe a inclusão da história em um texto e, portanto, desse texto na história. Em outras palavras, os textos absorvem e são construídos de textos do passado, assimilando-os, respondendo-lhes, reacentuando-os e retrabalhando-os. Assim, cada texto ajuda a fazer história, contribuindo para que ocorram processos de mudança mais amplos, já que também antecipa e molda textos subsequentes (PEDROSA, 2005).

As categorias analíticas dessa dimensão oferecem subsídios conceituais para que se compreenda como as pessoas, ativamente, produzem e apreendem discursos com embasamento em procedimentos compartilhados consensualmente.

2.7.3.3 Dimensão Prática Social

Essa dimensão tem como objetivo especificar “a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 289), porque “a prática social (política, ideológica, etc.) é uma dimensão do evento comunicativo, da mesma forma que o texto” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 99).

a) Ideologia

Nas palavras de Fairclough (2008, p. 119), ideologia “é uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos”.

Ideologias são construções ou significações da realidade (mundo físico, relações sociais, identidades sociais) que se fundamentam em diferentes dimensões das formas e dos sentidos das práticas discursivas e que colaboram para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de poder (FAIRCLOUGH, 2008).

b) Hegemonia

- “É tanto liderança como exercício do poder em vários domínios de uma sociedade (econômico, político, cultural e ideológico).
- É, também, a manifestação do poder de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais sobre a sociedade como um todo, porém nunca alcançando, senão parcial e temporariamente, um ‘equilíbrio instável’.
- É, ainda, a construção de alianças e integração através de concessões (mais do que a dominação de classes subalternas).
- É, finalmente, um foco de luta constante sobre aspectos de maior volubilidade entre classes (e blocos), a fim de construir, manter ou, mesmo, a fim de romper alianças e relações de dominação e subordinação que assumem configurações econômicas, políticas e ideológicas” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 122).

Conforme explicitamos nas subseções acima, neste segundo capítulo apresentamos o referencial teórico que fundamenta a pesquisa aqui exposta. No próximo capítulo, iremos apresentar a trilha metodológica que indica os caminhos seguidos para a realização do estudo aqui proposto.

3 Trilha Metodológica

“A verdadeira viagem não consiste em sair à procura de novas paisagens, mas em possuir novos olhos.”

(Marcel Proust, escritor francês, 1871-1922)

Neste capítulo, explicitamos a trilha metodológica proposta para a consecução dos objetivos desse estudo.

3.1 Ontologia da Pesquisa

A Ontologia diz respeito, entre outras coisas, à nossa compreensão sobre as coisas como elas são (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

Assim, no estudo aqui delineado, adotamos uma Ontologia que considera a interação entre o sujeito e o objeto estudados.

Neste sentido, para Berger e Luckmann (2009), a realidade social é permanentemente ‘negociada’ e ‘construída’ na interação entre os indivíduos.

Em termos mais específicos:

pode-se considerar que a realidade social é produto da negociação e compartilhamento de significados entre as pessoas, isto é, ela resulta de uma construção social (essa é a ontologia adotada pelo paradigma interpretativista, como veremos na sequência). Assim, a realidade não é considerada nem como algo totalmente externo e independente da mente humana (objetiva), nem como fruto somente da percepção individual de cada indivíduo isoladamente (idealista, subjetiva), porém, a realidade é percebida e ‘criada’ numa instância coletiva – as percepções do mundo que compartilhamos em sociedade –, portanto, a realidade é *intersubjetiva* (SACCOL, 2009, p. 252).

Assim, conforme já explicitado, o que objetivamos com esta pesquisa é entender quais são as práticas discursivas dos sujeitos envolvidos no processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação empreendedora de mulheres artesãs. Em outros termos, buscamos identificar quais as práticas discursivas que diferentes sujeitos enunciam ao interagirem com o objeto de estudo Empreender JP, num lugar, tempo e circunstâncias históricas, culturais e sociais determinados.

3.2 Epistemologia da Pesquisa

A Epistemologia diz respeito à forma como o conhecimento é produzido (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

Assim, considerando a natureza e os objetivos do presente estudo, adotaremos uma perspectiva epistemológica denominada de Construcionismo Social (GERGEN, 1985), que se orienta pelos seguintes pressupostos (BRITO; SILVA; MUNIZ, 2010):

a) Nenhum objeto existe independente do processo de produção do sentido; portanto, sujeito e objeto são construções sociais que incluem formas de objetivação e subjetivação humanas;

b) A adoção desta postura implica aceitar que ocorre um movimento pendular que desloca a origem do conhecimento, ora para o mundo externo, ora para o interno, ou seja, há uma disparidade entre interno-subjetivo-mente e externo-objetivo-mundo;

c) Neste particular, a formação discursiva não pode ser abordada como uma entidade separada da prática e da vida social; a linguagem não se limita à função denotativa dos objetos, situações ou estados, mas, ao contrário, ela possui uma função performática na formação discursiva que deve ser considerada, dentro dessa perspectiva, uma prática social em si, com características próprias e consequências reais;

d) Necessariamente, o Construcionismo não pode ser tomado como sinônimo de relativismo, mas, sim, um convite ao exame e ao entendimento das convenções e normas, como algo socialmente situado e passível de reconstrução. Esta abordagem procura contribuir para a desmistificação da prática científica, somando-se às perspectivas mais politizadas de desconstrução da diferença e das formas de opressão (física ou simbólica) que perpassam a vida social e organizacional;

e) Ao considerar o conhecimento da realidade como algo socialmente construído, naturalmente pressupõe-se que os métodos produzem, antes de tudo, versões sobre o mundo que, dependendo do contexto de sua produção, do momento sócio-histórico, podem ter maior ou menor poder de persuasão;

f) Ao conceber o conhecimento como uma construção social que se estrutura na interface de contextos sócio-históricos de curto, médio e longo tempo, o Construcionismo Social procura desvendar os sentidos atribuídos às experiências que derivam de contextos marcados por diferentes temporalidades.

Do exposto, salta aos olhos a evidência de que existe uma articulação coerente entre: (i) uma Ontologia em que a realidade social é permanentemente ‘negociada’ e ‘construída’ na interação entre os indivíduos e o objeto de estudo; (ii) o Construcionismo Social, em que se busca uma forma de construção do conhecimento a partir da interação entre diferentes atores sociais, que, cada um à sua maneira, apresentam um ponto de vista sobre a realidade social.

É da combinação articulada entre a Ontologia e a Epistemologia que surge a noção de Paradigma subjacente à pesquisa, assunto que será explicado na próxima subseção.

3.3 Paradigma Subjacente à Pesquisa

“O termo paradigma é, portanto, utilizado aqui em seu sentido metateórico ou filosófico para denotar uma visão implícita ou explícita da realidade” (MORGAN, 1980, p. 607).

No âmbito dos Estudos Organizacionais, é clássica a proposição conceitual de Burrell e Morgan (1979), a qual apresenta quatro quadrantes como arcabouços teóricos para a compreensão dos fenômenos organizacionais. São eles:

Figura 9 - Paradigmas Sociológicos e a Análise Organizacional



Fonte: Burrell e Morgan (1979).

Por conseguinte, dada a natureza do problema de pesquisa aqui estudado, optamos pelo Paradigma Interpretativista (ou Interpretacionista), pelo fato de ele apresentar as seguintes características (BURRELL; MORGAN, 1979):

- O Paradigma Interpretativista é informado por um interesse em entender o mundo como ele é, de entender a natureza fundamental do mundo social ao nível da experiência subjetiva;

- Ele busca explanação dentro do reino da consciência individual e da subjetividade, dentro do quadro de referência do participante, em oposição ao do observador da ação;

- É nominalista, antipositivista, voluntarista e ideográfico. Através dele se vê o mundo social como um processo social emergente que foi criado pelos indivíduos envolvidos;

- A realidade social não tem existência fora da consciência de qualquer indivíduo em particular; é visto como sendo pouco mais do que uma rede de pressupostos e de significados compartilhados inter-subjetivamente.

Adicionalmente, Vergara e Caldas (2005) defendem que, para os interpretacionistas, as organizações, ou os fenômenos que nelas ocorrem, sejam intra, sejam interorganizacionalmente, são processos que surgem das ações intencionais das pessoas, individualmente ou em (des)harmonia com outras. Elas interagem entre si na tentativa de interpretar e dar sentido ao seu mundo. A realidade social é, então, uma rede de representações complexas e subjetivas.

Em suma, objetivando evidenciar a compatibilidade da ACD com o paradigma interpretativista, Heracleous (2004) apresenta os seguintes argumentos em favor da ACD, isto é, que esta, nesse contexto: (i) assume uma ontologia construtivista do fenômeno social; (ii) atribui um papel central ao discurso no processo de construção social da realidade; (iii) considera o discurso como dependente de seu contexto, tanto como uma forma de ação (onde as comunicações textuais possuem a intenção de conseguir as coisas em seu contexto social) quanto de uma forma simbólica (não somente em um sentido semântico mas em um sentido mais substantivo de indicar pressupostos, valores e crenças dos sujeitos invocando quadros de referência para interpretar questões); e (iv) não permanece no nível abstrato, mas podem prover direções mais específicas para a condução de análises de discurso as quais podem esclarecer diferentes ângulos da construção discursiva da realidade social e seus efeitos nas ações dos agentes, nas práticas sociais, nas organizações e na sociedade.

3.4 Tipologia da Pesquisa

Por um lado, a pesquisa aqui proposta se enquadra na tipologia de pesquisa qualitativa. Para Godoy (1995a, p. 63):

Os pesquisadores qualitativos tentam compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes. Considerando todos os pontos de vista como importantes, este tipo de pesquisa ‘ilumina’, esclarece o dinamismo interno das situações, freqüentemente invisível para observadores externos.

Detalhando um pouco mais o enfoque apresentado no parágrafo anterior, Denzin e Lincoln (2006, p. 17) assim definem a pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Em complemento, Goulart e Carvalho (2005) defendem os seguintes pressupostos para a realização de uma pesquisa qualitativa, modalidade de investigação em que: (1) a realidade é compreendida como subjetiva e múltipla; (2) ocorre interação entre pesquisador e objeto de pesquisa; (3) os valores são entendidos como parte inerente do processo de pesquisa; (4) a coleta e a análise dos dados ocorrem simultaneamente e as definições emergem do processo de pesquisa por meio de um processo indutivo, contextualizado e com forte argumentação teórica.

Por outro lado, a pesquisa aqui proposta se enquadra na categoria de pesquisa explicativa, que, para Vergara (2014, p. 47), “tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno”.

3.5 Método de Abordagem

Nas investigações conduzidas no âmbito das Ciências Sociais, é freqüente se fazer uso do estudo de caso como abordagem metodológica, visto que, segundo Howarth (2005), esta é uma estratégia de pesquisa que fornece os meios que permitem condensar uma série de elementos teóricos e empíricos, com o objetivo de se elucidar uma prática ou fenômeno singular.

Assim, na presente pesquisa, lançaremos mão do estudo de caso instrumental, pois, segundo Stake (2005), neste tipo de estudo o interesse no caso deve-se à crença de que ele poderá facilitar a compreensão de algo mais amplo, uma vez que pode servir para fornecer

insights sobre um assunto ou para contestar uma generalização amplamente aceita, apresentando um caso que nela não se encaixa.

Concretamente, estudaremos as práticas discursivas dos sujeitos participantes do processo de concessão e uso de MPO como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs, no contexto particular do Empreender JP, objetivando identificar se existem convergências e divergências entre os discursos dos sujeitos envolvidos nesse processo.

3.6 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da presente pesquisa se enquadraram em duas categorias:

- (i) A dos sujeitos ‘ofertantes’ do crédito, representantes institucionais do Empreender JP. Tendo em vista a sua importância, colhemos informações relevantes para nossa análise de figuras estratégicas do programa: Secretário Municipal, Diretora, Gerente e Agente de Crédito.
- (ii) A dos sujeitos individuais: as tomadoras do crédito [de acordo com os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP (2014) – no período de 2005 a 2014, 177 (cento e setenta e sete) mulheres artesãs contraíram empréstimos através do Empreender JP].

No tocante a essa segunda categoria, as tomadoras de crédito foram entrevistadas gradativamente, até o momento em que houve a saturação dos dados necessários ao atendimento dos objetivos da presente pesquisa (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008; THIRY-CHERQUES, 2009).

Concretamente, a partir do universo inicial da lista das 177 artesãs, arbitramos que iríamos entrevistá-las, gradativamente, em blocos de dez. Ao entrevistarmos as dez primeiras, constatamos a saturação dos dados na sexta entrevista. A partir da sétima entrevista, as respostas começaram a se repetir. É por essa razão que a nossa amostra, em termos de mulheres artesãs, totalizou o número de seis entrevistadas.

3.7 A ACD como Método de Pesquisa

De acordo com Blommaert e Bulcaen (2000), a ACD surgiu no final dos anos 1980, na Europa, como um dos desdobramentos da Lingüística Crítica a partir das pesquisas de Norman Fairclough, Ruth Wodak e Teun van Dijk. Desde então, transformou-se em uma das

mais visíveis e influentes linhas de Análise do Discurso, podendo ser compreendida, atualmente, como uma abordagem já bem estabelecida de estudo do mundo social e um dos mais populares métodos utilizados para a análise de textos e de linguagem, com aplicações em pesquisas tanto do campo da Administração quanto dos Estudos Organizacionais (LEITCH; PALMER, 2010).

Uma importante afirmação sobre o entendimento de que a ACD pode ser utilizada como método de pesquisa pode ser visualizada a seguir:

Entendemos a Análise Crítica do Discurso tanto como teoria quanto método: como um método de análise de práticas sociais com interesse específico nos momentos discursivos que unem preocupações teóricas e práticas às esferas públicas, onde as formas de análise operacionalizam” – tornam práticas – teorizações sobre o discurso na vida social (da modernidade tardia), e a análise contribui para o desenvolvimento e elaboração dessas teorias (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 16).

Adicionalmente, outra estudiosa do assunto corrobora com o argumento do parágrafo anterior: “apresenta-se também a ACD tanto como teoria quanto método de análise das práticas sociais” (MAGALHÃES, 2001, p. 27).

Embora haja algumas variações no enfoque adotado por cada autor para a operacionalização da ACD como método de pesquisa, essas convergem para as seguintes idéias centrais: (i) a crítica com foco nos problemas sociais e nas dinâmicas de poder, incluindo sistemas de dominação e os focos de resistência; (ii) insere-se na Virada Lingüística em Ciências Sociais como um subconjunto do campo da Análise do Discurso; (iii) os pesquisadores de ACD estudam discurso por meio de uma análise de texto em contextos mais do que como objetos isolados e é essa ênfase no contexto que claramente distingue a ACD da Lingüística Tradicional; (iv) a crítica concentra-se nas formas como os sujeitos do conhecimento e as relações de poder são produzidas, reproduzidas, operacionalizadas e transformadas nos discursos (LEITCH; PALMER, 2010).

Com a intenção de resumir as principais idéias da ACD, Fairclough e Wodak (1997) enumeram oito itens que julgam como basilares para a compreensão desse método de pesquisa: (i) aborda problemas sociais; (ii) as relações de poder são discursivas; (iii) os discursos constituem a sociedade e a cultura; (iv) o discurso faz um trabalho ideológico; (v) o discurso é histórico; (vi) a relação entre o texto e a sociedade é passível de mediação; (vii) a análise do discurso é interpretativa e explicativa; (viii) o discurso é uma forma de ação social.

3.7.1 Coleta dos Dados

Esta etapa da pesquisa contemplou duas fases:

3.7.1.1 As Fontes Escritas/Documentais

Segundo Godoy (1995b, p. 21), a idéia de documento “deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas [...] e os elementos iconográficos [...]”.

Em linha similar de raciocínio, Elliott (1996) defende que os textos usados em AD podem ser reportagens de jornais, artigos acadêmicos, transcrições de interações sociais como conversações, grupos de foco e entrevistas individuais, programas de TV, propagandas na mídia, revistas e novelas.

Assim, analisaremos em nosso estudo o marco regulatório do Microcrédito, ou seja, o conjunto de Princípios das Microfinanças (emanados do CGAP), a Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, que rege a política do Governo Brasileiro sobre os Programas públicos de MPO e a Lei Municipal Nº 10.431, de 11 de abril de 2005, que instituiu o Empreender JP.

Em síntese, a partir dessas fontes documentais, extrairemos o discurso dessas instituições sobre o papel do MPO como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs tomadoras de crédito do Empreender JP.

3.7.1.2 As Fontes Orais

Atualmente, as fontes orais são amplamente utilizadas nas pesquisas em Ciências Sociais (ALBERTI, 2012; GASKELL, 2002).

Tendo em vista o objetivo de identificar e analisar o discurso das mulheres artesãs acerca do suporte do MPO do Empreender JP à Ação Empreendedora delas, lançaremos mão, na pesquisa de campo, da técnica da entrevista, pois, segundo Gaskell (2002, p. 73):

Toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca [...]. É uma interação, uma troca de idéias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Com respeito a isso, tanto o(s) entrevistado(s) como o entrevistador estão, de maneiras diferentes, envolvidos na produção do conhecimento.

Do cotejo dos discursos que emergiram das fontes escritas e orais acima expostas, em termos de convergências e de divergências, é que identificaremos quais são as práticas discursivas dos sujeitos participantes do processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs tomadoras de crédito do Empreender JP.

Como instrumento para a realização das entrevistas propriamente ditas com as mulheres artesãs, foi utilizado o protocolo de entrevista apresentado no Apêndice A.

3.7.2 A Construção do *Corpus* da Pesquisa

Bauer e Aarts (2002, p.44) definem *corpus* como “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual irá trabalhar”.

Assim, o *corpus* da presente pesquisa será formado: (i) pelos documentos emanados das instituições CGAP, PNMPO, PMJP referentes aos conceitos de Microfinanças e Microcrédito; (ii) pelas entrevistas realizadas com os representantes do Empreender JP; (iii) pelas entrevistas levadas a cabo com as mulheres artesãs tomadoras de crédito desse programa.

3.8 O Percurso da Pesquisa

Conforme já explicitamos, a coleta dos dados necessários ao alcance dos objetivos da pesquisa aqui relatada se dividiu em duas fases: (i) uma documental, que consistiu na análise do marco regulatório que orienta a estrutura e o funcionamento do Empreender JP; (ii) outra oral, em que foram entrevistadas figuras-chave da estrutura administrativa desse programa e mulheres artesãs, tomadoras de crédito do mesmo programa.

Essa coleta de dados ocorreu, de forma gradual, no período de fevereiro a dezembro de 2014.

A obtenção desses documentos se deu a partir do *website* de cada instituição estudada.

As entrevistas com os representantes administrativos do Empreender JP ocorreram nas dependências do edifício sede da Secretaria Municipal da Produção, Trabalho e Renda. Cada entrevista dessas durou aproximadamente uma hora. Em seguida, desenvolveu-se a fase de audição das falas. Por fim, empreendemos a transcrição de cada entrevista, com duração média de quatro horas cada uma.

As entrevistas com as artesãs foram realizadas em suas residências, cujos endereços nos foram fornecidos pela Diretoria de Crédito Individual. Em termos operacionais, essas entrevistas foram previamente agendadas com as artesãs pela Gerência da Linha de Créditos Especiais, que nos transportou até essas residências em veículo oficial da Secretaria nos horários previamente combinados com as artesãs.

Com duração média de trinta minutos, as entrevistas com as artesãs, após audição, foram transcritas, cada uma demandando um tempo médio de duas horas para serem transpostas para o papel.

Conforme exposto nos parágrafos precedentes, este capítulo apresentou a trilha metodológica necessária e suficiente para a realização do estudo ora proposto. O próximo abordará a análise e a interpretação dos resultados da pesquisa por nós empreendida.

4 Análise e Interpretação dos Resultados

“No esforço para compreender a realidade, somos como um homem tentando entender o mecanismo de um relógio fechado. Ele vê o mostrador e os ponteiros, ouve o seu tique-taque, mas não tem meios para abrir a caixa. Se ele for perspicaz, poderá imaginar uma explicação para o mecanismo de funcionamento do relógio. Mas nunca estará completamente seguro de que sua explicação seja verdadeira, até porque, certamente, não seja a única”.

(Albert Einstein, físico alemão, 1879-1955)

O presente capítulo apresenta as singularidades do Empreender JP e o perfil dos sujeitos da pesquisa. Em seguida, expõe e interpreta os resultados do estudo aqui em tela.

4.1 As Singularidades do Empreender JP

Criado em 2005, o Programa Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios de João Pessoa, inicialmente denominado Empreender JP, cujo nome mudou para Banco Cidadão a partir da promulgação da Lei 12.682 de 19 de novembro de 2013, antes restrito às atividades de MPO. Com a alteração do nome, passou a ter um escopo mais abrangente, incorporando ao seu portfólio as atividades de crédito consignado e abertura de contas correntes simplificadas. Vale ressaltar que estas duas atividades estão em fase de regulamentação por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Pela razão exposta e considerando o foco do presente estudo, optamos por um recorte conceitual circunscrito à linha de MPO do Banco Cidadão da Prefeitura Municipal de João Pessoa – o Empreender JP –, que incentiva a criação e o desenvolvimento dos pequenos negócios da cidade por meio de microcrédito, capacitação e acompanhamento técnico. Quem quer investir no seu negócio pode se inscrever no Empreender JP para obter empréstimos de até dez salários mínimos.

O interessado deve ter idade mínima de 18 anos e ser residente em João Pessoa há, no mínimo, seis meses. O pleiteante não pode estar inadimplente nos cadastros de proteção ao crédito. Não é necessário estar formalizado para ter acesso ao empréstimo.

Para ser inscrever, o interessado deve se dirigir à Secretaria do Trabalho, Produção e Renda, localizada na Avenida Cardoso Vieira, 85, no Bairro do Varadouro, de segunda à sexta-feira, das 8h às 16h30min, portando xérox e original de RG, CPF e comprovante de residência atual (mês atual e seis meses anteriores).

Ao contrair individualmente um empréstimo no Empreender JP, o tomador de crédito paga um percentual único de 2% sobre o valor contraído e de 0,9% ao mês, incidente sobre as parcelas a serem pagas mensalmente com carência de até três meses para o início do pagamento do investimento em ativos fixos. Os empréstimos podem ser quitados em até 24 meses. Como forma de incentivo, o tomador de crédito, ao pagar todas as parcelas do empréstimo até a penúltima em dia, a título de bonificação, é dispensado de pagar a última parcela do empréstimo.

Segundo a Diretora do Departamento de Crédito Individual do Empreender JP, atualmente a taxa de inadimplência das mulheres artesãs tomadoras de crédito nesse Programa é de 13%. Apesar desse fato, a equipe do Empreender JP se mantém aberta a renegociações de prazos quantos aos pagamentos em atraso.

Um curso de gestão empresarial básica de 16 horas é o ponto inicial do processo para obtenção dos recursos. Por meio de um jogo em grupo, o *Best Game*, o pleiteante ao crédito é qualificado em ferramentas básicas de gestão no que se refere a custo de produção, formação do preço de venda do produto, crédito necessário para investimento e formas de atendimento aos clientes, entre outros.

Desenvolvido pelo Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor, sediado na cidade de Belo Horizonte, o *Best Game* é uma metodologia de um jogo de negócios com o objetivo de levar o gestor à tomada de decisões estratégicas, que visam ao sucesso das empresas no mercado.

Os módulos que compõem o *Best Game* são os seguintes:

Módulo I

Ciclo Comercial Básico.

A Importância do Planejamento.

Gestão Equilibrada.

Desafios de um Empresário Iniciante.

Módulo II

Importância da Avaliação da Dinâmica da Oferta e da Procura.

Definição de Produção e Vendas.

Negociação de Preços.*Marketing*.

Módulo III

Melhoria da Gestão da Empresa.

Os 5 Os.

Trabalhar para Mercados Consumidores Diferentes.

O pleiteante ao crédito deve elaborar um plano de negócios em conjunto com os técnicos do Empreender JP, que vão verificar *in loco* – geralmente na residência do candidato ao empréstimo – as necessidades de crédito deste, especificando as formas de investimento dos recursos que quer receber e o prazo de pagamento. O pleiteante deve programar suas atividades e seguir o que foi determinado no plano de negócios. A aprovação do crédito pelo Comitê Gestor do Empreender JP depende da viabilidade técnico-financeira da proposta. Segundo a Diretora do Departamento de Crédito Individual do Empreender JP, 80% das propostas de solicitação de empréstimos são aprovadas pelo Empreender JP.

Um procedimento em uso no Empreender JP diz respeito ao fato de que os empréstimos são concedidos de forma individual, ao contrário de outros programas de MPO (por exemplo, o Crediamigo do BNB) em que os empréstimos são proporcionados em grupos – conhecidos como grupos de aval solidário –, situação em que, se um dos membros não pagar, os demais membros são responsáveis, de forma solidária, pelo ressarcimento do valor devido.

Após a liberação dos empréstimos, vem a fase do pós-crédito. Os tomadores de crédito são acompanhados pelos agentes de crédito do Empreender JP, para corrigir possíveis desvios das metas estabelecidas no plano de negócios. Os técnicos do Empreender JP ajudam os contratantes no encaminhamento de soluções, com o intuito de evitar o fechamento precoce de seus empreendimentos.

Na próxima seção, apresentaremos o perfil dos sujeitos do presente estudo.

4.2 O Perfil dos Sujeitos da Pesquisa

Com o intuito de aclarar o perfil dos sujeitos do nosso estudo, apresentamos nesta seção algumas informações relevantes sobre os concedentes e as tomadoras de crédito do Empreender JP, detalhados nas subseções a seguir.

4.2.1 Perfil dos Concedentes do Crédito

Eis o perfil dos concedentes de crédito do Empreender JP, traçado a partir dos parâmetros Função, Idade, Formação Acadêmica e Tempo de Experiência no Empreender JP:

Quadro 5 - Perfil dos Concedentes de Crédito do Empreender JP

Função	Idade	Formação Acadêmica	Experiência no Empreender JP
<u>Secretário</u> Municipal	32	Bacharel em Direito.	2
<u>Diretora</u> do Departamento de Crédito Individual	34	Licenciada e Mestra em Letras; Bacharela em Administração.	9
<u>Gerente</u> das Linhas de Crédito Especiais	31	Licenciado em Filosofia.	3
<u>Agente de Crédito</u>	27	Bacharelada em Administração.	1

Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

4.2.2 Perfil das Mulheres Artesãs Tomadoras de Crédito do Empreender JP

Eis o perfil das mulheres artesãs tomadoras de crédito do Empreender JP, traçado a partir dos parâmetros Idade, Grau de Escolaridade, Experiência no Artesanato, Número de Empréstimos Contraídos no Empreender JP e Tipo de Produto Fabricado:

Quadro 6 - Perfil das Mulheres Artesãs Tomadoras de Crédito do Empreender JP

Idade	Grau de Escolaridade	Experiência no Artesanato	Número de Empréstimos no Empreender JP	Tipo de Produto
61	Fundamental	15	5	Bonecas e Travesseiros Decorativos.
33	Médio	10	1	Tiaras e Laços de Cabelo.
56	Fundamental	20	3	Roupas de Crochê.
50	Fundamental	12	1	Roupas de Crochê.
63	Fundamental	40	3	Fuxico e Bordados.
50	Fundamental	40	8	Roupas de Crochê.

Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

Uma característica distintiva das artesãs entrevistadas está no fato de que todas elas “sempre trabalharam em casa” (entrevistada 3). Indagadas sobre o significado dessa afirmação, foi-nos esclarecidos que dessa forma elas conciliam a atividade produtiva do Artesanato com os afazeres domésticos, ou seja, cozinhar, cuidar da casa, dos filhos, do marido.

Em termos de gestão, em função do microporte do empreendimento, elas centralizam todas as atividades produtivas do negócio: elas compram a matéria-prima, fabricam o produto, embalam-no, vendem-no e fazem a entrega ao consumidor final do produto. A justificativa para este estilo, segundo a entrevistada 4, reside no fato de que, no Artesanato, “o artesão é a máquina que produz”.

Conforme exposto nos parágrafos anteriores, as seções 4.1 e 4.2 se ocuparam, respectivamente, das singularidades do Empreender JP e do perfil dos sujeitos da presente pesquisa. Nas próximas seções, tendo em vista um melhor encadeamento lógico e uma apresentação didática dos resultados do estudo, estes foram apresentados na sua relação com as questões secundárias de pesquisa, expostas no capítulo introdutório deste trabalho.

Uma observação importante a ser destacada neste momento é a de que os resultados apresentados nas próximas seções deste capítulo foram analisados e interpretados, ora em parte, ora no todo, à luz das categorias analíticas expressas no modelo tridimensional do discurso de Fairclough (2008), apresentado e explicado no referencial teórico desta pesquisa e a seguir sintetizado:

Quadro 7 - Categorias Analíticas Propostas no Modelo Tridimensional do Discurso

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário Gramática Coesão Estrutura Textual	- Produção - Distribuição - Consumo - Contexto - Força - Coerência - Intertextualidade	Ideologia
		Sentidos Pressuposições Metáforas
		Hegemonia
		Orientações: Econômicas Políticas Culturais Ideológicas

Fonte: Fairclough (2008).

Outra observação importante a ser enfatizada aqui é que, ao discorrermos sobre os resultados do presente estudo, usaremos um destaque especial, o negrito, a fim de realçar que estamos utilizando as categorias analíticas do modelo tridimensional de Fairclough (2008) como suporte conceitual para as nossas análises e interpretações. Por exemplo: ao tratarmos da categoria analítica ‘Vocabulário’, grafaremos o termo dessa maneira **Vocabulário**, e assim sucessivamente.

4.3 Resultados Relativos à Primeira Questão Secundária da Pesquisa

No tocante à primeira questão secundária desta pesquisa, a saber, “O que revelam as especificidades discursivas do marco regulatório que rege o Empreender JP”?, foram encontrados os resultados apresentados e discutidos nos parágrafos a seguir.

Inicialmente, nos debruçamos sobre três documentos que foram úteis para compreendermos as especificidades discursivas do marco regulatório das Microfinanças, de forma geral, e do Microcrédito, de forma particular, no tocante ao Empreender JP: os Princípios das Microfinanças, emanados do CGAP (2014) e apresentados no Anexo A; a Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO (Anexo B); e a Lei Municipal Nº 10.431, de 11 de abril de 2005, que Cria o Programa de Apoio aos Pequenos Negócios – Empreender JP (Anexo C).

Por que optamos por estudar documentos oficiais neste estudo? Pelo fato de que estes “são relevantes tanto porque fornecem pistas sobre como as instituições explicam a realidade e buscam legitimar suas atividades”, [...] quanto pelos mecanismos utilizados, implícita ou explicitamente, para popularizar um conjunto de informações e justificativas que tornem as medidas propostas legítimas e almejadas (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 429). Outro argumento sobre a importância de estudar o marco regulatório decorre da premissa de que, por ser uma política pública, o Empreender JP, em termos de estrutura, funcionamento e dotação orçamentária, só existe porque existe lei anterior que o preveja e o autorize a funcionar.

As subseções a seguir analisam e interpretam o marco regulatório do Empreender JP à luz de todas as categorias analíticas do modelo tridimensional de Fairclough (2008).

4.3.1 Categorias Analíticas da Dimensão Texto

Um primeiro aspecto que nos chamou a atenção na leitura dos Princípios das Microfinanças foi o **Vocabulário** utilizado na redação do documento, o qual evidencia o grau de autoritarismo da proposta do CGAP para os países localizados na periferia do sistema capitalista: “É imperativo criar um sistema padronizado e exato de informação para medir o desempenho, não só em termos de informação financeira [...] mas também de indicadores sociais [...]”; “Os governos devem estabelecer políticas que estimulem a oferta de serviços

financeiros aos pobres, ao mesmo tempo em que protegem os depósitos do público [...]”; “As Microfinanças podem e devem ser auto-suficientes para atingir um grande número de pessoas pobres” (grifo nosso).

Os fragmentos acima transcritos evidenciam quão contraditória é a intenção do referido consórcio em ‘ajudar os pobres’ (presente já na denominação do consórcio: ‘Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres’). Querem ‘ajudar os pobres’ sem ao menos ouvir as demandas destes, impondo a ‘voz’ do colonizador sobre o colonizado? Como é possível um equilíbrio de forças numa situação como essa?

Igualmente, tanto na esfera federal, a saber, no Artigo 1º da Lei 11.110, onde se lê: “fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Renda, o PNMPO, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares”; quanto na esfera municipal, por exemplo, no Artigo 1º da Lei 10.431, onde se lê: “fica instituído o Empreender JP, como instrumento de promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável”, constatamos, mais uma vez, o uso de um **Vocabulário** impositivo, em mais um indício de que as referidas políticas públicas atendem mais aos ditames do(s) formulador(es) do que aos usuários dessas políticas.

Quanto à categoria **Gramática**, um aspecto que despertou nossa curiosidade na leitura dos Princípios das Microfinanças foi constatar, já no frontispício do documento, um ícone



, em cor de destaque, cujo título em inglês é uma frase *Endorsed by the G8*, ou seja, aprovado por, endossado pelo G8. O que os redatores do documento aqui em apreciação quiserem ‘dizer’ com a colocação desse ícone na abertura dos Princípios? Que a chancela do G8 é relevante para o apoio financeiro a ser concedido pelo FMI, pelo Banco Mundial ou outra entidade similar àqueles que querem adotar em seu país atividades microfinanceiras? Que o ícone é um selo de ‘qualidade’ sobre os serviços prestados pelo CGAP?

Ainda em relação à categoria **Gramática**, constatamos o uso de um estilo redacional com a intenção de tornar unívoca a mensagem a respeito da finalidade desse marco regulatório como política pública focalizada para o MPO. É o que se pode constatar nos trechos: Lei Federal a Lei Nº 11.110, Artigo 1º, § 2º, onde se lê: “o PNMPO tem por finalidade específica disponibilizar recursos para o MPO”; Lei Municipal Nº 10.431, em seu Artigo 1º, cujo intuito, pelos menos em tese, seria servir “como instrumento de promoção da

inclusão social e do desenvolvimento sustentável, através de programas especiais de capacitação empreendedora e financiamento”.

Em termos de **Coesão**, tanto a Lei Federal a Lei Nº11.110, de 25 de abril de 2005, quanto a Lei Municipal Nº 10.431, de 11 de abril de 2005, apresentam uma **Estrutura Textual** bem articulada, com começo, meio e fim ordenados, visto que atendem aos ditames do processo legislativo – comum às esferas federal, estaduais e municipais – que consiste em:

A elaboração de leis é fruto de um conjunto de procedimentos previamente estabelecidos de que se servem os Parlamentares em sua função de legislar e fiscalizar. Esse trâmite de ações é denominado processo legislativo.

A norma que orienta o processo legislativo na Câmara dos Deputados é o Regimento Interno.

O processo legislativo tem início por meio da apresentação das seguintes proposições: projeto de lei, projeto de resolução, projeto de decreto legislativo, medida provisória e proposta de emenda à Constituição.

A iniciativa das leis pode ser dos Parlamentares, do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Procurador Geral da República e de grupos organizados da sociedade.

Em ambas as Casas do Congresso Nacional, as proposições passam por diversas etapas de análise e votação. A análise da constitucionalidade, da admissibilidade e do mérito é feita nas Comissões. Já no Plenário, órgão máximo das decisões da Câmara dos Deputados, são deliberadas as matérias que não tenham sido decididas conclusivamente nas Comissões. Nesse caso, discutido e votado o projeto de lei nas Comissões, é dispensada a sua votação pelo Plenário, excetuados os casos em que houver recurso de um décimo dos membros da Casa.

Após a votação do Congresso Nacional, há ainda a deliberação executiva. Isto é, o Presidente da República pode sancionar (aprovar) ou vetar (recusar) a proposição. No primeiro caso, o projeto torna-se lei. Em caso de veto, as razões que o fundamentam são encaminhadas ao Congresso Nacional, que mantém ou rejeita o veto.

Se o projeto for sancionado, o Presidente da República tem o prazo de 48 horas para ordenar a publicação da lei no Diário Oficial da União (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

O processo legislativo do parágrafo anterior foi exemplificado com as especificidades da elaboração de leis na esfera federal. Não obstante, os mesmos princípios são aplicáveis ao processo legislativo das esferas legislativas estaduais e municipais.

4.3.2 Categorias Analíticas da Dimensão Prática Discursiva

A **Produção** indica que o marco regulatório sobre as Microfinanças e, por consequência, do MPO, origina-se das determinações legislativas das respectivas esferas de Governo. É o caso da Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, sancionada pela Presidência da República do Brasil, e que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO – e a Lei Municipal Nº 10.431, de 11 de abril de 2005, sancionada pelo Prefeito

Municipal da Cidade de João Pessoa, e que Cria o Programa de Apoio aos Pequenos Negócios – Empreender JP.

Em função do exposto, podemos argumentar que, como política pública, a forma como os Programas Públicos de MPO são estruturados e operacionalizados depende de determinações legais, que por sua vez decorrem do processo legislativo proposto, por um lado, por vereadores, deputados estaduais ou deputados federais, respectivamente, das esferas municipais, estaduais e federal de ação parlamentar. Por outro lado, tal ação sofre influência da ideologia do gestor naquele(s) mandato(s). No caso do Empreender JP, instituído em 2005 no primeiro mandato (2005-2008) do então Prefeito Ricardo Vieira Coutinho, houve, com a reeleição deste, continuidade no segundo mandato (2009-2012) do citado prefeito. Igualmente, houve continuidade do Empreender JP no mandato (2013-2016) do atual prefeito, Luciano Cartaxo. Contudo, levando em consideração a história da Administração Pública no Brasil, não há garantia de que haja continuidade do Empreender JP em futuros governos municipais.

Em outras palavras, o desenho e o funcionamento dos Programas de MPO são produtos da ideologia daqueles que os concebem, propõem e operacionalizam numa determinada unidade federativa (Município, Estado ou País), num determinado contexto e período de tempo.

Embora não explicitado na citada legislação, outro aspecto a ser aqui destacado diz respeito ao fato de que a **Produção** do marco regulatório aqui em apreço obedece a uma certa hierarquia, isto é, os Princípios das Microfinanças do CGAP (propostos em 2004) serviram como diretrizes para a redação do PNMPO (instituído em 2005), que por sua vez balizou a estruturação do Empreender JP (criado em 2005).

A **Distribuição**, em se tratando de textos relativos a programas públicos de MPO, ocorre de maneira formal, a partir das instâncias proponentes. Inicialmente apresentados como Lei, tanto o PNMPO quanto o Empreender JP, desde o ano de sua instituição/criação, possuem um estrutura estática, sendo distribuídos, a quem possa interessar, a partir dos respectivos *websites* apresentados nas referências bibliográficas ao final deste trabalho.

O **Consumo**, isto é, como os documentos citados no parágrafo anterior são interpretados, depende do uso que se faz desses: se são utilizados como diretriz para a estruturação de programas públicos de MPO (é o caso do PNMPO) ou se usados como *modus operandi* por aqueles que trabalham no desenvolvimento das atividades diárias do Empreender JP.

O **Contexto** do marco regulatório dos programas públicos de MPO, no Brasil, apresenta certas especificidades sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais. Primeiro, conforme já evidenciamos, esses Programas são estruturados sob a égide dos Princípios das Microfinanças emanados do CGAP (2014). Segundo, eles são concebidos, em tese, como políticas públicas que objetivam contribuir para a inserção de cidadãos de baixa renda no setor produtivo da Economia. Terceiro, no atual momento histórico de reestruturação produtiva e diminuição do papel do Estado nas atividades econômicas, os Programas de MPO são claramente propostas neoliberais na tentativa de combater os índices de desemprego e de desigualdade de renda existentes na nossa sociedade. Quarto, conforme será detalhado mais adiante, a implementação do Empreender JP não leva em consideração, de forma efetiva, as especificidades do seu público-alvo: seu grau de escolaridade, seu gênero, sua necessidade não apenas de crédito, mas também de capacitação gerencial.

Em programas públicos de MPO, a **Força** é uma categoria evidente, visto que a estruturação e o funcionamento de tais programas dependem de uma legislação que os criem. Ou seja, é o ente público que detém o poder de criar, mudar e até mesmo extinguir um programa dessa natureza. A produção dos princípios das Microfinanças foi liderada pelo FMI e pelo Banco Mundial, com o endosso do Grupo dos Oito (G8). E o ‘consumo’, isto é, o uso dos princípios ocorrerá prioritariamente em países subdesenvolvidos. Em vista do exposto, levantamos alguns questionamentos: por que a permanência dessa lógica centro (doador) x periferia (receptora)?

A **Coerência** diz respeito ao esforço de harmonizar interesses e de minimizar contradições em torno de um determinado texto. De um ponto de vista formal, a Lei instituidora do PNMPO e Lei de criação do Empreender JP tentam minimizar essas incongruências, seja respeitando os ditames do processo legislativo, seja buscando uma clareza em seus objetivos. Contudo, conforme veremos ao longo deste estudo, há uma série de convergências, divergências e até mesmo silêncios entre os sujeitos envolvidos no processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação Empreendedora.

A **Intertextualidade** pressupõe a inclusão de um texto no outro, numa relação de continuidade. Assim, constatamos claramente a presença dessa categoria analítica no marco regulatório das Microfinanças, em que os Princípios de Microfinanças do CGAP influenciaram na redação do PNMPO, que por sua vez é utilizado como balizador para a concepção de programas públicos de MPO no Brasil.

4.3.3 Categorias Analíticas da Dimensão Prática Social

Uma das possíveis conceituações de **Ideologia** afirma que ela é um conjunto de idéias dominantes numa dada formação social que explicam e justificam a realidade (FIORIN, 2012). Adicionalmente, nas palavras de Fairclough (2008, p. 119), ideologia “é uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos”.

Diante do exposto, uma leitura lúcida do marco regulatório das Microfinanças nos permite constatar que a **Ideologia** subjacente aos programas públicos de MPO é de cunho neoliberal, conforme já havia alertado Kraychete (2005, p. 9):

Nesse percurso, revela-se que o mercado microfinanceiro é construção partilhada, entre Organizações da Cooperação Internacional, articulada a partir dos Estados dos países centrais e Organizações Internacionais Privadas e que a oferta de serviços microfinanceiros cresce baseada nas orientações caracterizadas por procedimentos tipicamente comerciais.

Aqui entendemos o Neoliberalismo como doutrina política, social e econômica que se caracteriza por apoio a uma maior liberalização econômica, privatização de empresas públicas, estímulo ao livre comércio, abertura do mercado nacional à concorrência internacional, desregulamentação do mercado de trabalho e da seguridade social e reduções nos gastos sociais do governo a fim de reforçar o papel do setor privado na Economia (CHOMSKY, 2006; HARVEY, 2012; MALAGUTI, 1998).

Neste contexto, como traço característico do modelo neoliberal, há uma **Hegemonia** da dimensão econômica sobre as outras esferas da vida social. Vejamos, a fim de ilustrar essa afirmação, um trecho de um dos Princípios das Microfinanças do CGAP: “As Microfinanças funcionam melhor quando têm seu desempenho [econômico] medido [...]” (Acréscimo nosso). Por que o predomínio da dimensão econômica na formulação desses princípios, em detrimento das dimensões sociais, políticas e culturais? Por que o predomínio da ‘voz’ dos formuladores das políticas de Microfinanças na redação desses princípios? Por que o silenciamento das ‘vozes’ dos demais atores sociais envolvidos na formulação e implementação de tais programas?

4.4 Resultados Relativos à Segunda Questão Secundária da Pesquisa

A respeito da segunda questão secundária de pesquisa deste estudo, ou seja, “Quais os fatores de convergência entre as práticas discursivas dos sujeitos envolvidos no processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs, no contexto do Empreender JP?”, encontramos os seguintes resultados, que foram divididos em dois blocos: por um lado, as práticas discursivas dos concedentes; por outro, as práticas discursivas das tomadoras de crédito do Empreender JP. Por fim, fazemos um cotejo entre esses dois blocos, indicando os pontos de convergência entre tais práticas discursivas.

4.4.1 As Práticas Discursivas dos Concedentes de Crédito do Empreender JP sobre este como Suporte para a Ação Empreendedora de Mulheres Artesãs

Em uma reportagem veiculada num portal de notícias de João Pessoa, o Secretário Municipal de Trabalho, Produção e Renda afirmou que: “estamos levando desenvolvimento a toda João Pessoa a partir do microcrédito. Nós capacitamos o cidadão que quer abrir ou ampliar um negócio, emprestamos o dinheiro para o investimento e orientamos sobre a melhor forma de aplicação”(grifo nosso).

Adicionalmente, a Diretora do Departamento de Crédito Individual afirmou que o propósito central do Empreender JP é “dar crédito a quem não tinha acesso à rede bancária tradicional”.

Em igual medida, uma Agente de Crédito entrevistada afirmou que: “o Programa [o Empreender JP] oferece crédito de forma simplificada, pedindo CPF, RG e comprovante de residência, do interessado”.

A análise destes três depoimentos evidencia que existe um alinhamento entre o discurso desses sujeitos acerca da importância do Empreender JP como Programa que oferece dois eixos principais como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs: o crédito e a capacitação gerencial de como utilizar os recursos financeiros obtidos neste empréstimo para fins produtivos.

Segundo a Diretora do Departamento de Crédito Individual, atuante no Empreender JP deste a sua criação em junho de 2005, ocasião em que era estagiária do Programa, no início um dos grandes problemas enfrentados era o fato de a inadimplência ser muito alta, chegando a 40% dos empréstimos concedidos. Para ela, naquela época, as pessoas pleiteavam o crédito de forma equivocada. O propósito do Programa, segundo ela, “não era dar dinheiro à população, mas sim emprestá-lo a juros baixos”. De maneira similar, a Agente de Crédito entrevistada afirmou que “a princípio, eu acreditava que o Programa era populista/eleitoreiro. Com o tempo, eu mudei minha visão. Hoje eu vejo que ele contribui para melhorar a vida das pessoas”.

No tocante ao crédito como suporte para a Ação Empreendedora, os concedentes do crédito do Empreender JP foram unânimes em afirmar que ele é fundamental para viabilizar o empreendimento das mulheres artesãs, especialmente por causa da taxa de juros cobrada (0,9% ao mês), o percentual mais baixo cobrado entre os ofertantes de crédito disponíveis no mercado local. A Agente de Crédito argumentou que “eles [os tomadores] necessitam muito do crédito”.

Um dado interessante que nos chamou a atenção na entrevista da Diretora do Departamento de Crédito Individual foi a afirmação de que “em nossa sociedade [de João Pessoa], as pessoas valorizam mais o emprestado do que o que é dado”.

Outro aspecto digno de nota na fala do Secretário Municipal e da Diretora do Departamento de Crédito Individual é que eles entendem que o prazo de liberação do recurso (em média, dois meses) do Empreender JP é rápido.

Em relação às tomadoras de crédito, a Diretora do Departamento de Crédito Individual do Empreender JP acredita, pela análise dos dados financeiros dessas mulheres ao longo do tempo, que elas têm melhorado a sua situação financeira. É o que afirma textualmente a Agente de Crédito: “o microcrédito contribui mais para quem é trabalhador e organizado. Conheço pessoas que já contraíram 6 empréstimos sequenciais e já compraram, a partir da expansão do negócio, até casa própria”.

Sobre o incremento de renda obtido pelas artesãs tomadoras de crédito do Empreender JP, a Diretora entende que, com essa melhoria, as mulheres investem “mais no cuidado com os filhos: melhor alimentação, saúde, matrícula em escola particular, etc.”.

Não obstante anteveja uma melhoria na renda das artesãs tomadoras de crédito do Empreender JP, a Diretora enxerga que o marido/companheiro “ainda é o provedor financeiro da família”. Igual opinião é compartilhada pelo Gerente, que, ao lidar no dia a dia com as mulheres artesãs, “percebe que a renda destas é apenas complementar ao ganho do marido”.

Outro dado revelador da questão financeira atinente a essas mulheres diz respeito à seguinte observação da Diretora: “quando elas vêm tomar o empréstimo ou pagar as parcelas correspondentes a ele, elas sempre trazem o marido/companheiro”. E completa a Diretora: “isso é insegurança ou o sinal de que quem manda no dinheiro em casa é o homem?” Ela crê na segunda hipótese. Opinião que é compartilhada pelo Gerente, que afirma existir um ‘machismo velado’ sobre a questão da administração do ganho financeiro obtido por essas mulheres. Por fim, a Diretora acredita que tal prática ocorra “porque em nossa cidade [João Pessoa] a cultura machista está impregnada em nós”.

No que diz respeito à capacitação gerencial oferecida aos tomadores de crédito do Empreender JP, a Diretora do Departamento de Crédito Individual concorda que o tempo do Curso de Gestão Empresarial Básica – com duração de 16 horas – é curto, porém que a intenção deste é “despertar no participante o interesse pela atualização”. Em adendo, a Agente de Crédito entrevistada emite a seguinte opinião sobre o tema: “acho que o Programa deveria oferecer cursos mais longos, mais consistentes, com horários mais adequados à conveniência de horários dos clientes. Eles geralmente trabalham o dia todo”.

Na visão da Agente de Crédito: “o microcrédito não é uma solução para todos os problemas. Ainda precisa melhorar a capacitação, pois a clientela é formada por pessoas de baixo grau de escolaridade”. Mais: “nas capacitações, é importante usar uma linguagem adequada ao perfil do tomador de crédito”. E finaliza: “os clientes são pessoas simples, de baixo grau de escolaridade, mas que entendem do negócio deles.

Segundo o Secretário e a Diretora, o Empreender JP “se encontra no limite do crescimento, não podendo ampliar ainda mais suas atividades, com um corpo técnico pequeno para a demanda e sob tema de ter que concorrer com os já estabelecidos bancos públicos e privados”. De acordo com a Diretora, essa mudança de patamar também “desvirtuaria a natureza do Programa, que tem um cunho mais social do que econômico”.

Outra questão essencial em nossa pesquisa de campo foi indagar aos sujeitos concedentes de crédito se eles enxergavam que a obtenção do empréstimo do Empreender JP contribuía para a emancipação das mulheres artesãs. A Diretora afirmou que, na visão dela, as mulheres artesãs, ao obterem o empréstimo, “se sentem realizadas e que obtêm independência financeira, sim”. A Agente de Crédito argumentou que: “na minha opinião, o Programa contribui para a emancipação dos clientes, com destaque para as mulheres, que são mães, donas de casa”.

Sobre a perspectiva de emancipação das mulheres artesãs, ao obterem crédito do Empreender JP, tendo em vista a sua Ação Empreendedora, duas afirmações nos foram

reveladoras. A primeira afirmação é da Diretora, que asseverou o seguinte: “elas obtêm uma certa emancipação psicológica (pois ganham o próprio dinheiro). Porém, “elas não obtêm emancipação de gênero”, pois o marido/companheiro ainda é o (principal) provedor financeiro da casa. Elas cuidam da casa, dos filhos, do marido. Mas este não deixa que ela trabalhe fora”. De forma similar, o Gerente concorda com as observações da Diretora, enfatizando que nesta relação de gênero entre marido e mulher, no contexto do Empreender JP, particularmente das artesãs, existe um ‘machismo velado’.

4.4.2 As Práticas Discursivas das Mulheres Artesãs, Tomadoras de Crédito do Empreender JP, sobre este como Suporte para a sua Ação Empreendedora

Sobre a importância dos empréstimos do Empreender JP como suporte para a Ação Empreendedora, algumas entrevistadas assim se posicionaram. A entrevistada 1 afirmou que: “o dinheiro do Empreender JP é muito importante [com ênfase] para o meu negócio. Eu não posso me soltar dele” [rindo]. Para a entrevistada 2, o empréstimo do Empreender JP é “importante para a existência do meu negócio, complementando o recurso que recebo do Bolsa Família”. Por seu turno, a entrevistada 6 afirmou que o “dinheiro do Empreender JP é uma oportunidade para quem é informal conseguir empréstimo”. Por fim, destacamos a fala da entrevistada 1: “o Empreender JP cria oportunidade para mulheres trabalharem em casa”.

Sobre a capacitação oferecida pelo Empreender JP aos seus clientes, eis alguns depoimentos. A entrevistada 3 achou que o tempo de duração – 16 horas – do Curso de Gestão Empresarial Básica “foi pouca”. A entrevistada 4 faz a mesma afirmação: “o tempo de duração do curso foi pouco”. A entrevistada 6 apontou que um fator para a melhoria do Empreender JP é “reforçar a capacitação”. A entrevistada 1 afirmou que: “eu não consigo fazer aquelas contas [cálculo de receitas, custos e lucros] na ponta do lápis”. A entrevistada 2 defendeu a idéia de que o Empreender JP deveria oferecer mais cursos, “nos ensinando como lidar melhor com o dinheiro”.

Uma afirmação da Agente de Crédito entrevistada ajuda a elucidar as limitações do enfoque adotado pelo Empreender JP no tocante à capacitação das tomadoras de crédito: “elas têm dificuldade de entender os conceitos de receita, custo e despesa. Confundem lucro com apurado”.

Uma particularidade que nos chamou a atenção na entrevista com as tomadoras de crédito do Empreender JP foi o fato de elas desenvolverem suas atividades de fabricação dos seus produtos artesanais dentro de casa, buscando superar o desafio de “equilibrar o trabalho mais os cuidados com a casa” (entrevistada 1). Um fato pitoresco que aconteceu na casa dessa senhora, durante a entrevista, foi: “licença, meu filho, eu tenho que correr pra cozinha, pra desligar a panela de feijão que está no fogo”. Ao voltar, rindo, ela disse “apague essa parte da gravação”.

No que diz respeito à independência financeira, após o ingresso como tomadoras de crédito do Empreender JP, as mulheres assim se pronunciaram. A entrevistada 1 afirmou: “hoje eu tenho mais autonomia financeira. Sou eu que pago o plano de saúde meu e do meu marido: R\$1.400,00 por mês no total”. A entrevistada 2 disse que hoje até “empresta dinheiro ao meu companheiro”. A entrevistada 4 afirmou que hoje “se sente mais autônoma financeiramente”.

Um dos reflexos dessa maior autonomia financeira leva as artesãs a ajudar mais a família. A entrevistada 1 disse: “eu ajudo financeiramente a minha filha. Ela é professora e ganha pouco. Também eu crio uma neta minha”.

Questionadas sobre se os ganhos financeiros auferidos por elas como artesãs interferiam na relação como o marido/companheiro, as respostas tiveram o seguinte teor: a entrevistada 1 afirmou que “não interfere na relação com o marido”, porém, em outra passagem da entrevista, ela comentou que o marido “mexe no meu dinheiro”; a entrevistada 2 atestou que “empresta dinheiro ao parceiro”; a entrevistada 4 sustentou que “não atrapalhou o relacionamento com o marido”.

Na próxima subseção, fazemos um cotejo entre as práticas discursivas dos concedentes e das usuárias do MPO no contexto aqui em apreciação.

4.4.3 Os Fatores de Convergência entre as Práticas Discursivas dos Concedentes e das Usuárias do MPO como Suporte para a Ação Empreendedora de Mulheres Artesãs, no Contexto do Empreender JP

A partir dos resultados apontados nas subseções 4.4.1 e 4.4.2, podemos identificar os seguintes fatores de convergência entre os discursos dos sujeitos estudados:

- Que o MPO é uma política pública importante para o fomento da Ação Empreendedora;
- Que o juro cobrado pelo Empreender JP (0,9% ao mês) é um fator de estímulo às atividades produtivas das artesãs;
- Que a capacitação é uma dimensão limitada do Empreender JP;
- Que o engajamento das artesãs no Empreender JP proporciona-lhes uma certa independência financeira;
- Que as artesãs se sentem realizadas com os resultados da participação como tomadoras de crédito do Empreender JP;
- Que o Artesanato é uma atividade sazonal, isto é, as vendas têm uma incidência maior nas férias, especialmente realizadas aos turistas que vêm passear em João Pessoa e Campina Grande.
- Que hoje o Artesanato é uma atividade mais valorizada, pois, segundo a entrevistada 3, “as peças artesanais aparecem hoje em novelas da Globo e em desfiles de moda”.

Em decorrência dos fatores listados no parágrafo anterior, podemos concluir que, segundo a ótica dos sujeitos entrevistados, o MPO proporciona benefícios psicológicos (sensação de microautonomia, independência), sociais (atividades de compra e venda, de convivência em grupo) e econômicos (melhoria do nível de renda) para as artesãs estudadas.

Na próxima seção, em complemento à abordagem desse tópico, abordaremos os fatores de divergência das práticas discursivas dos sujeitos participantes do processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação Empreendedora.

4.5 Resultados Relativos à Terceira Questão Secundária da Pesquisa

No que tange à terceira questão secundária de pesquisa deste estudo, a saber, “Quais os fatores de divergência entre as práticas discursivas dos sujeitos envolvidos no processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs, no contexto do Empreender JP?”, encontramos os seguintes resultados, expostos a partir do confronto entre as práticas discursivas dos sujeitos estudados.

Há uma tendência rotineira do formulador da política pública de acreditar que sua proposta irá atender às necessidades do seu público-alvo. Porém, a realidade de implementação de políticas públicas no Brasil em muitos casos evidencia um certo

desencontro entre o planejado e o executado. Tal assertiva se faz presente no cotidiano do Empreender JP.

As práticas discursivas dos sujeitos componentes da equipe administrativa desse programa apontam na direção de um alinhamento, como uma verdade estabelecida entre eles, no que diz respeito ao discurso dos benefícios do programa para os tomadores de crédito. Contudo, como verificar essa adequação (ou não) sem ouvir sistematicamente a opinião dessas pessoas? Não haveria especificidades na tomada de crédito por homens x mulheres, jovens x idosos, brancos x pretos, homo x heterossexuais, para ficarmos em alguns binários de estereótipos tão frequentes em nossa sociedade?

No caso particular do nosso estudo, percebemos uma tensão entre o que dizem os representantes do Empreender JP e as mulheres artesãs tomadoras de crédito desse programa sobre a capacitação. Estas afirmam que o Curso de Gestão Empresarial Básica é curto e que elas sentem dificuldade em entender o conteúdo abordado neste treinamento.

Eu mesmo fui testemunha ocular desse problema como aluno do Curso (conforme certificado constante do Anexo E desta tese), pois nessa capacitação utilizava-se uma metodologia baseada num jogo de negócios, o *Best Game*, a meu ver mais apropriada para treinar universitários, e não mulheres de baixo grau de escolaridade. Só lembrando: das seis artesãs entrevistadas, cinco possuíam, em termos de formação escolar, o Ensino Fundamental, enquanto uma havia concluído o Ensino Médio.

Por ter percebido essa lacuna, a Diretora já nos relevou que a partir do ano de 2015 o Empreender JP deixará de usar tal metodologia em seu curso de iniciação empresarial, oferecido aos tomadores de crédito do programa. E que está em negociação com o Sebrae a adoção de uma nova metodologia de ensino, mais adequada ao perfil do público-alvo do Empreender JP.

Outro ponto que emerge das divergências entre as práticas discursivas dos sujeitos estudados é o embate político entre as artesãs e o Curador do Programa de Artesanato da Paraíba, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, sobre que produtos fabricados pelas artesãs se enquadram (ou não) no que esse Programa julga como verdade estabelecida sobre o que vem a ser artesanato. Essa Curadoria, por determinação legal – Decreto Governamental nº 24.839 de 06 de fevereiro de 2004 –, “tem como objetivo principal analisar, classificar e registrar a artesanato e o artesão paraibano, bem como orientá-lo para que seu produto tenha elementos da identidade cultural regional, e assim possa levar ao mercado um produto genuíno e de qualidade”. A esse respeito, assim se posiciona a entrevistada 1: “o

Curador diz que as nossas bonecas são feitas a partir da Internet. Mentira. Nós observamos, sim, alguns modelos, mas a idéia é nossa. A gente não copia, cria”.

Embora aconteçam duas feiras anuais apoiadas pelo Governo do Estado – uma entre os meses de junho/julho no Maior São João do Mundo em Campina Grande, e a outra entre dezembro/janeiro em João Pessoa no período de Férias Escolares – um fator apontado pelas artesãs como problema do Empreender JP diz respeito à falta de uma ‘Central de Vendas’ dos produtos fabricados por elas. Segundo o Gerente, “há três anos foi feita uma tentativa de criação dessa Central, porém, por ‘entraves administrativos da máquina pública’[com aspas], a idéia não foi adiante.

Ao promover o 21º Salão do Artesanato da Paraíba, no período de 19 de dezembro de 2014 a 25 de janeiro de 2015, com a intenção de divulgar e estimular as vendas dos produtos dos artesãos paraibanos, ficou patente a falta de diálogo dos agentes públicos que organizaram o evento com as artesãs. Resultado: a escolha do local não foi criteriosa, alijando essas mulheres dessa importante decisão. Segundo a entrevistada 5, “essa Feira não foi negociada com as artesãs. Foi imposta goela abaixo. Por isso as vendas foram poucas”.

Mais um fator de divergência sobre as práticas discursivas das mulheres estudadas e dos concedentes de crédito diz respeito à emancipação das artesãs, a qual é aqui assumida como “afirmação de relações radicalmente diferentes das condições anteriores e presentes de opressão e dominação, de uma situação vivida negativamente, onde se forjam as forças e identidades capazes de pretender outra vida” (MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p. 200). Sobre essa questão, as práticas discursivas dessas mulheres fizeram emergir afirmações como a da entrevistada 2: “com o meu trabalho, eu me sinto mais autônoma”; “eu empresto dinheiro ao meu parceiro”; entrevistada 4, ao afirmar que o ganho financeiro decorrente do engajamento no Empreender JP “não atrapalha o relacionamento com o meu marido”. Em contrapartida, segundo relato da Diretora, as mulheres, ao irem contrair o empréstimo ou pagar as parcelas deste, sempre levam o marido/companheiro “a tiracolo”. Em concordância com essa visão, o Gerente entende que existe um ‘machismo velado’ nesta relação das tomadoras de crédito estudadas com seus maridos/companheiros em se tratando da dimensão financeira.

Indagados mais detidamente sobre essa questão, tanto a Diretora quanto o Gerente afirmaram que concordam com a assertiva de que as artesãs conseguem um certo grau de emancipação psicológica e financeira em sua atividade produtiva. Entretanto, não enxergam nelas uma emancipação de gênero, pois a “cultura machista está impregnada em nós” (palavras da Diretora).

De acordo com os argumentos apresentados nos parágrafos precedentes, o presente capítulo destacou as singularidades do Empreender JP e o perfil dos sujeitos da pesquisa. Em seguida, expôs e interpretou os resultados da pesquisa aqui em consideração. No próximo capítulo, realçaremos as considerações finais do nosso estudo.

5 Considerações Finais

“É preciso bem conhecer, para bem agir.”
(Sócrates, filósofo grego, 470-399 a. C.)

Este capítulo apresenta as considerações finais, enfatizando as contribuições acadêmicas, as contribuições gerenciais, as limitações do estudo e as sugestões para a realização de futuras pesquisas sobre o tema aqui abordado.

5.1 Retornando ao Ponto de Partida

A principal inquietação que desencadeou a elaboração deste trabalho acadêmico foi lançar luzes sobre o seguinte problema de pesquisa:

Quais são as Práticas Discursivas dos Sujeitos Participantes do Processo de Concessão e Uso do Microcrédito Produtivo Orientado como Suporte para a Ação Empreendedora de Mulheres Artesãs, no Contexto do Empreender JP?

Realizada a pesquisa, conforme os procedimentos apresentados nos capítulos anteriores, foram obtidos os seguintes resultados elencados nos parágrafos a seguir.

Quanto à primeira questão secundária de pesquisa – *O que revelam as especificidades discursivas do marco regulatório que rege o Empreender JP?* – destacamos alguns dos principais achados da pesquisa:

- O **Vocabulário** utilizado na redação dos Princípios das Microfinanças, que baliza a estruturação de Programas de Microfinanças/Microcrédito em todo o mundo, evidencia o grau de autoritarismo da proposta do CGAP para os países localizados na periferia do sistema capitalista. Igualmente, tanto na esfera federal, a saber, no Artigo 1º da Lei 11.110, onde se lê: “fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Renda, o PNMPO, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares”; quanto na esfera municipal, por exemplo, no Artigo 1º da Lei 10.431, onde se lê: “fica instituído o Empreender JP, como instrumento de promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável”, constatamos, mais uma vez, o uso de um **Vocabulário** impositivo, em mais um indício de que as referidas

políticas públicas atendem mais aos ditames do(s) formulador(es) do que aos usuários dessas políticas.

- Em relação à categoria **Gramática**, constatamos o uso de um estilo redacional com a intenção de tornar unívoca a mensagem a respeito da finalidade desse marco regulatório como política pública focalizada para o MPO. É o que se pode constatar nos trechos: Lei Federal a Lei Nº 11.110, Artigo 1º, § 2º, onde se lê: “o PNMPO tem por finalidade específica disponibilizar recursos para o MPO”; Lei Municipal Nº 10.431, em seu Artigo 1º, cujo intuito, pelos menos em tese, seria servir “como instrumento de promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável, através de programas especiais de capacitação empreendedora e financiamento”.
- A categoria analítica **Produção** indica que o marco regulatório sobre as Microfinanças e, por consequência, do MPO, origina-se das determinações legislativas das respectivas esferas de Governo. É o caso da Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, sancionada pela Presidência da República do Brasil, e que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO – e a Lei Municipal Nº 10.431, de 11 de abril de 2005, sancionada pelo Prefeito Municipal da Cidade de João Pessoa, e que Cria o Programa de Apoio aos Pequenos Negócios – Empreender JP.
- O **Contexto** do marco regulatório dos programas públicos de MPO, no Brasil, apresenta certas especificidades sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais. Primeiro, conforme já evidenciamos, esses Programas são estruturados sob a égide dos Princípios das Microfinanças emanados do CGAP (2014). Segundo, eles são concebidos, em tese, como políticas públicas que objetivam contribuir para a inserção de cidadãos de baixa renda no setor produtivo da Economia. Terceiro, no atual momento histórico de reestruturação produtiva e diminuição do papel do Estado nas atividades econômicas, os Programas de MPO são claramente propostas neoliberais na tentativa de combater os índices de desemprego e de desigualdade de renda existentes na nossa sociedade.
- Embora não explicitado na citada legislação, outro aspecto a ser aqui destacado diz respeito ao fato de que a **Produção** do marco regulatório aqui em apreço obedece a uma certa hierarquia, isto é, os Princípios das Microfinanças do CGAP (propostos em 2004) serviram como diretrizes para a redação do PNMPO (instituído em 2005), que por sua vez balizou a estruturação do Empreender JP (criado em 2005).

- Diante do exposto, uma leitura lúcida do marco regulatório das Microfinanças nos permite constatar que a **Ideologia** subjacente aos programas públicos de MPO é de cunho neoliberal.
 - Neste contexto, como traço característico do modelo neoliberal, há uma **Hegemonia** da dimensão econômica sobre as outras esferas da vida social. Vejamos, a fim de ilustrar essa afirmação, um trecho de um dos Princípios das Microfinanças do CGAP: “As Microfinanças funcionam melhor quando têm seu desempenho [econômico] medido [...]”(Acréscimo nosso). Por que o predomínio da dimensão econômica na formulação desses princípios, em detrimento das dimensões sociais, políticas e culturais? Por que o predomínio da ‘voz’ dos formuladores das políticas de Microfinanças na redação desses princípios? Por que o silenciamento das ‘vozes’ dos demais atores sociais envolvidos na formulação e implementação de tais programas?

No tocante à segunda pergunta secundária de pesquisa – *Quais os fatores de convergência entre as práticas discursivas dos sujeitos envolvidos no processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs, no contexto do Empreender JP?* – concluímos que:

- O MPO é uma política pública importante para o fomento da Ação Empreendedora.
- O juro cobrado pelo Empreender JP (0,9% ao mês) é um fator de estímulo às atividades produtivas das artesãs.
- O processo de capacitação, como atualmente é conduzido, é uma dimensão limitada do Empreender JP.
- O engajamento das artesãs no Empreender JP proporciona-lhes uma certa independência financeira.
- As artesãs se sentem realizadas com os resultados da participação como tomadoras de crédito do Empreender JP.
- O Artesanato é uma atividade sazonal, isto é, as vendas têm uma incidência maior nas férias, especialmente realizadas aos turistas que vêm passear em João Pessoa e Campina Grande.
- Atualmente o Artesanato é uma atividade mais valorizada, pois, segundo a entrevistada 3, “as peças artesanais aparecem hoje em novelas da Globo e em desfiles de moda”.

Em relação à terceira pergunta secundária de pesquisa – *Quais os fatores de divergência entre as práticas discursivas dos sujeitos envolvidos no processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs, no contexto do Empreender JP?* – encontramos os seguintes resultados:

- As práticas discursivas dos sujeitos componentes da equipe administrativa desse programa apontam na direção de um alinhamento, como uma verdade estabelecida entre eles, no que diz respeito ao discurso dos benefícios do programa para os tomadores de crédito. Contudo, como verificar essa adequação (ou não) sem ouvir sistematicamente a opinião dessas pessoas? Não haveria especificidades na tomada de crédito por homens x mulheres, jovens x idosos, brancos x pretos, homo x heterossexuais, para ficarmos em alguns binários de estereótipos tão frequentes em nossa sociedade?
- No caso particular do nosso estudo, percebemos uma tensão entre o que dizem os representantes do Empreender JP e as mulheres artesãs tomadoras de crédito desse programa sobre a capacitação. Estas afirmam que o Curso de Gestão Empresarial Básica é curto e que elas sentem dificuldade em entender o conteúdo abordado neste treinamento.
- Outro ponto que emerge das divergências entre as práticas discursivas dos sujeitos estudados é o embate político entre as artesãs e o Curador do Programa de Artesanato da Paraíba, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, sobre que produtos fabricados pelas artesãs se enquadram (ou não) no que esse Programa julga como verdade estabelecida sobre o que vem a ser artesanato. Essa Curadoria, por determinação legal – Decreto Governamental nº 24.839 de 06 de fevereiro de 2004 –, “tem como objetivo principal analisar, classificar e registrar a artesanato e o artesanato paraibano, bem como orientá-lo para que seu produto tenha elementos da identidade cultural regional, e assim possa levar ao mercado um produto genuíno e de qualidade”. A esse respeito, assim se posiciona a entrevistada 1: “o Curador diz que as nossas bonecas são feitas a partir da Internet. Mentira. Nós observamos, sim, alguns modelos, mas a idéia é nossa. A gente não copia, cria”.
- Embora aconteçam duas feiras anuais apoiadas pelo Governo do Estado – uma entre os meses de junho/julho no Maior São João do Mundo em Campina Grande, e a outra entre dezembro/janeiro em João Pessoa no período de Férias Escolares – um fator apontado pelas artesãs como problema do Empreender JP diz respeito à falta de uma ‘Central de

Vendas’ dos produtos fabricados por elas. Segundo o Gerente, “há três anos foi feita uma tentativa de criação dessa Central, porém, por ‘entraves administrativos da máquina pública’[com aspas], a idéia não foi adiante.

- Ao promover o 21º Salão do Artesanato da Paraíba, no período de 19 de dezembro de 2014 a 25 de janeiro de 2015, com a intenção de divulgar e estimular as vendas dos produtos dos artesãos paraibanos, ficou patente a falta de diálogo dos agentes públicos que organizaram o evento com as artesãs. Resultado: a escolha do local não foi criteriosa, alijando essas mulheres dessa importante decisão. Segundo a entrevistada 5, “essa Feira não foi negociada com as artesãs. Foi imposta goela abaixo. Por isso as vendas foram poucas”.
- Mais um fator de divergência sobre as práticas discursivas das mulheres estudadas e dos concedentes de crédito diz respeito à emancipação das artesãs, a qual é aqui assumida como “afirmação de relações radicalmente diferentes das condições anteriores e presentes de opressão e dominação, de uma situação vivida negativamente, onde se forjam as forças e identidades capazes de pretender outra vida” (MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p. 200). Sobre essa questão, as práticas discursivas dessas mulheres fizeram emergir afirmações como a da entrevistada 2: “com o meu trabalho, eu me sinto mais autônoma”; “eu empresto dinheiro ao meu parceiro”; entrevistada 4, ao afirmar que o ganho financeiro decorrente do engajamento no Empreender JP “não atrapalha o relacionamento com o meu marido”. Em contrapartida, segundo relato da Diretora, as mulheres, ao irem contrair o empréstimo ou pagar as parcelas deste, sempre levam o marido/companheiro “a tiracolo”. Em concordância com essa visão, o Gerente entende que existe um ‘machismo velado’ nesta relação das tomadoras de crédito estudadas com seus maridos/companheiros em se tratando da dimensão financeira.

Com as respostas às três questões secundárias acima elencadas, cremos ter dado uma resposta geral ao nosso problema de pesquisa.

No tocante à nossa **hipótese de trabalho** inicial, a saber, que o MPO tem impacto limitado como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs, no contexto do Empreender JP, a nossa pesquisa empírica comprovou o que intuíamos. Isto é, que o eixo de crédito do programa tem cumprido seu papel. Porém, o eixo da capacitação tem sido falho em seu papel de capacitar as artesãs para as atividades empreendedoras.

5.2 As Contribuições Acadêmicas do Estudo

Conforme já argumentamos, uma possível contribuição acadêmica da pesquisa aqui relatada é propiciar a articulação conceitual entre os estudos sobre políticas públicas de MPO na relação direta com aqueles pertinentes à Ação Empreendedora. Em outros termos, o que propomos, visando a aperfeiçoar as abordagens teóricas já disponíveis sobre a Ação Empreendedora, é incorporar a esta uma **perspectiva sócio-discursiva**.

Ao optarmos, nesse estudo, pelas mulheres artesãs como sujeitos da pesquisa, acreditamos ter contribuído, mesmo que modestamente, para a estruturação de uma Epistemologia Feminista (PERROT, 1984; RAGO, 1998) pelo fato de que, ao longo do século XX, e nesse início do século XXI, embora a mulher seja maioria numérica na população brasileira (IBGE, 2013), a ‘voz’ dela tem sido pouco ouvida, estudada, analisada e considerada nos Estudos Organizacionais (CALÁS; SMIRCICH, 2006; CERCHIARO; AYROSA; ZOUAIN, 2009).

5.3 As Contribuições Gerenciais do Estudo

Por propiciar uma análise do processo de concessão e uso do MPO como suporte para a Ação Empreendedora de mulheres artesãs por diferentes pontos de vista, o presente estudo propiciou a identificação de algumas lacunas na gestão do Empreender JP:

- Que há disputas políticas entre as artesãs e o Curador estadual sobre que objetos se enquadram (ou não) na definição oficial do que é Artesanato.
- Que certas ‘verdades estabelecidas’, por exemplo, o entendimento dos gestores do Empreender JP sobre o ‘nível adequado de capacitação’ oferecido pelo programa não tem correspondido às reais necessidades de treinamento das artesãs.
- Essa lacuna já havia sido detectada pela Diretora, e foi reforçada por nosso estudo. Segundo ela, a partir da capacitação das novas turmas (com início previsto para março de 2015), nova metodologia de ensino-aprendizagem sobre ‘Educação Empreendedora’ será oferecida em parceria com a equipe do Sebrae.
- Que o programa deveria ser mais efetivo no auxílio às artesãs no diz respeito ao escoamento da produção. Uma artesã entrevistada, inclusive, sugeriu a criação de uma ‘Central de Vendas’ para os produtos fabricados por elas.

A nosso ver, o equacionamento dessas questões por parte da gestão pode contribuir para tornar as ações do Empreender JP mais efetivas, contribuindo para minimizar os pontos fracos e maximizar os pontos fortes do programa.

5.4 As Limitações do Estudo

Imbuídos de um espírito de auto-crítica, acreditamos que este trabalho apresenta algumas limitações, a seguir apontadas:

- A primeira, já patente desde o início do título da tese – “Uma análise das práticas discursivas... – diz respeito ao fato de o que fizemos foi uma versão (dentre muitas possíveis) da análise do discurso. O que pode ser uma virtude para aclarar num primeiro momento o assunto em pauta, num outro instante pode ser uma limitação, que pode ser superada com a utilização de outras abordagens discursivas, as quais seriam possíveis e desejáveis para um desvelamento mais abrangente do fenômeno por nós estudado.
- Por captar as práticas discursivas dos sujeitos entrevistados num determinado momento, o nosso enfoque metodológico-analítico pode não ter captado certas nuances que poderiam emergir, por exemplo, de um estudo etnográfico, que permitiria mapear práticas sociais presentes na teia cultural que preside a relação entre os concedentes e as usuárias do Empreender JP como suporte para a sua Ação Empreendedora.

5.5 Sugestões para Futuras Pesquisas

Ao longo da realização deste estudo, ocorreram-nos diversos *insights* que podem servir como norte para a realização de novas pesquisas sobre a temática aqui abordada. Ei-los:

- Estudar as relações de gênero entre as artesãs e seus maridos/parceiros, objetivando entender melhor as dimensões da emancipação, entendida de forma divergente pelos sujeitos da presente pesquisa.
- Estudar como as artesãs conciliam atividades profissionais e atividades domésticas no seu labor diário.
- Investigar etnograficamente os desafios de gestão enfrentados pelas artesãs no seu dia a dia.

Conforme exposto, este último capítulo apresentou as considerações finais do nosso estudo, desdobradas em contribuições acadêmicas, contribuições gerenciais, limitações do estudo e as sugestões apresentadas para a realização de futuras pesquisas sobre a temática desenvolvida ao longo desta tese.

Referências

- ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- AFRIN, Sharmina; ISLAM, Nazrul; AHMED, Shahid Uddin. Microcredit and rural women entrepreneurship development in Bangladesh: a multivariate model. *Journal of Business and Management*, v. 16, n. 1, p. 9-36, 2010.
- AKTOUF, Omar. *Pós-Globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz*. São Paulo: Atlas, 2004.
- ALBINO, Andréia Aparecida *et al.* Análise sobre ação empreendedora e políticas públicas no APL moveleiro de Ubá – MG. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 3, n. 2, p. 230-244, maio./ago. 2010.
- AL-MAMUN, Abdullah; MAZUNDER, Mohammad Nurul Huda; MALARVIZHI, C.A. Measuring the effect of AmanahIkhtiar Malaysia's microcredit programme on economic vulnerability among hardcore poor households. *Progress in Development Studies*. v. 14, n.1 p. 49–59, 2014.
- ALVAREZ, Sharon A.; BARNEY, Jay B. Discovery and creation: alternative theories of entrepreneurial action, *Organizações em Contexto*, São Paulo, ano 3, n. 6, p. 123-152, dez. 2007.
- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria Crítica e Abordagens Pós-Modernas para Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C. & W. NORD, W. (Orgs.). *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998. v. 2, p.227-266.
- ANDREASSI, Tales. Impactos do microcrédito junto ao empreendedor de pequenos negócios: o caso do Bancri/SC. *Administração em Diálogo*, São Paulo, n. 6, p. 75-85, 2004.
- ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. A desconstrução do trabalho ea explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. 2007. Disponível em:<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100517090935/08antu.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.
- ARAÚJO, Elaine Aparecida. *Análise do Desempenho Financeiro e Social das Instituições de Microcrédito Brasileiras*. 2012. 338f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal Lavras, Lavras, 2012.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BANDEIRA, Carlos Idelfo Araújo. *Microcrédito Emancipatório no Nordeste do Brasil?* Estudo de Caso do Crediamigo Comunidade do Banco do Nordeste. 2008. 113f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

BARONA, Bernardo. Microcrédito em Colombia. Cali (Colômbia). *Estudios Gerenciales*, p. 79-102, enero-marzo, 2004.

BARONE, Francisco Marcelo *et al.* *Introdução ao microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BARROS, Denise Franca. *Consumo Consciente como Resistência: Possibilidade ou Oxímoro?* 2011. 227f. Tese (Doutorado em Administração) – Curso de Doutorado em Administração, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

BATEMAN, Milford; CHANG, Ha-Joon. Microfinance and the Illusion of Development: From Hubristic Nemesis in Thirty Years. *World Economic Review* , Vol 1: 13-36, 2012.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 2, p.37-63.

BAUMAN, Zygmunt. *Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

BELLO FILHO, Wilson de Barros. *Gênese e reprodução da crença na eficácia da política de microcrédito no combate à pobreza*. 2010. 148f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) -- Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2010.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BERGLUND, Karl Henrik. *Toward a Theory of Entrepreneurial Action - Exploring Risk, Opportunity and Self in Technology Entrepreneurship*. 2005. PhD Thesis (Department of Technology Management and Economics) – Chalmers University of Technology, Gothenburg, Suécia, 2005. Disponível em: <<http://www.henrikberglund.com/thesis/>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

BHATT, Nitin; TANG, Shui-Yan. Determinants of repayments in microcredit: evidence from programs in the United States. *International Journal of Urban Regional Research*, v. 26, n. 2, p. 360-76, June 2002.

BIJOS, Leila Maria da Juda. *Mulher e desenvolvimento: o programa de microcrédito regional para as mulheres no setor informal - um estudo de caso: Brasil-Bolívia*. 2005. 324f. Tese (Doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas) -- Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

BLOMMAERT, J; BULCAEN, C. Critical Discourse Analysis. *Annual Review of Anthropology*, v.29, p.447-466, 2000.

BOJE, David M.; OSWICK, Cliff; FORD, Jeffrey D. Language and Organization: the doing of discourse. *Academy of Management Review*, v.29, n.4, p.571-577, 2004.

BORBA, Paulo da Rocha Ferreira. *Relação entre Desempenho Financeiro e Desempenho Social de Instituições de Microfinanças na América Latina*. 2012. 101f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRAGA, Thaiz Silveira. *Programas Públicos de Microcrédito Produtivo Orientado: Uma Avaliação da Eficácia do Crediamigo para a Inserção da População de Baixa Renda do Setor Informal no Mercado de Crédito*. 2011. 167f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

BRASIL. Lei 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. In: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm>. Acesso em: 15 set. 2011.

BRITO, Mozar José de; SILVA, Sabrina Soares da; MUNIZ, Mayara Maria. The Meanings of the Death of the Founder: the Constructionist Approach. *BAR, Braz. Adm. Rev*, Curitiba, v. 7, n. 3, art. 1, pp. 227-241, July/Sept. 2010.

BRUYAT, Chirstian. *Création D'Entreprise: Contributions Épistémologiques Et Modélisation*. Thèse pour le doctorat Sciences de Gestion, Grenoble, Université Pierre Mendès France, 1993.

_____. ; JULIEN, Pierre-André. Defining The Field of Research Entrepreneurship. *Journal of Business Venturing*, v. 16, p. 165–180, 2001.

BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BUCHHOLZ, Kai. *Compreender Wittgenstein*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BUNSI, Thanawit. *Do microfinance programme senhace happiness and wellbeing? Empirical evidence from rural Thailand*. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/cede/IPEA.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2011.

BURG, Elco van; ROMME, A. Georges L. Creating the Future Together: Toward a Framework for Research Synthesis in Entrepreneurship. *Entrepreneurship: Theory and Practice*, March, p. 369-397, 2014.

BURRELL, Gibson.; MORGAN, Gareth. *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann Educational Books, 1979.

_____. Ciência Normal, Paradigmas, Metáforas, Discursos e Genealogia de Análise. In: CLEGG, Stuart.; HARDY, Cynthia.; NORDY, Walter.; CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia(Eds.). *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, v.1, p. 61-98, 1998.

CABRAL, Augusto César de Aquino. A Análise do Discurso como Estratégia de Pesquisa no Campo da Administração: Uma Visão Global. *Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 59-68, jan./jun. 2005.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa (Coord.). *Economia Criativa na cidade de São Paulo: Diagnóstico e Potencialidade*. São Paulo: FUNDAP, 2011.

CALÁS, Marta. B.; SMIRCICH, Linda. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, R. S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs) *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2006.

CALDAS, Sielen Barreto. Microcrédito: Trabalho com Autonomia. 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Como nascem as Leis*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/como-nascem-as-leis>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M. ;MARQUES, E. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.p. 87-122.

CARDERO, María Elena. Programas de microfinanciamiento: incidência em lãs mujeres más pobres. Cidade do México, *Perfiles Latinoamericanos*, n. 32, p. 151-182, Julio–diciembre 2008.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; PIMENTEL, Thiago Duarte; CABRAL, Augusto César de Aquino.O Discurso e Sua Análise no Enfoque Foucaultiano da Formação Discursiva: Um Método de Pesquisa nos Estudos Organizacionais. *Gestão.Org*, Recife, v. 3, n. 2, maio/ago. 2005.

_____. et al. (Orgs.). *Análise do Discurso em Estudos Organizacionais*. Curitiba: Juruá, 2009.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de; KREGEL, Jan Allen. *Quem controla o sistema financeiro?* Rio de Janeiro: Ibase, 2007.

CARVALHO, Daniela Moreira et al. *Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza?* 47. Encontro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 2009.

CARVALHO, Fernanda Francisca Veras. *Expansão Territorial de um Programa de Microcrédito por Meio de Parceria Estado-Terceiro Setor: O Caso Viva Cred/Crediamigo*. 2010. 146f. Dissertação (Mestrado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

CASTAÑÓN, Aníbal Américo Beltrán. *O microcrédito como instrumento de redução da pobreza: estudo de caso na região de Puno – Peru*. 2004. 216f. Dissertação (Mestrado em Administração) -- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2012. v. I.

ÇELİK, Şaban. Micro Credit Risk Metrics: A Comprehensive Review. *Intelligent Systems in Accounting Finance and Management*, n.20, p.233–272, 2013.

CERCHIARO, Isabel; AYROSA, Eduardo André Teixeira; ZOUAIN, Deborah Moraes. A aplicação de abordagens feministas na pesquisa em Administração. *CADERNOS EBAPE. BR*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, artigo 9, dez. 2009.

CONSULTATIVE GROUP TO ASSIST THE POOR (CGAP). *Key Principles of Microfinance*. Disponível em: <<http://www.cgap.org/sites/default/files/CGAP-Consensus-Guidelines-Key-Principles-of-Microfinance-Jan-2004-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

CHANLAT, Jean-François. Quais carreiras e para qual sociedade? *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 67-75, nov./dez. 1995.

CHIAPELLO, Eve; FARICLOUGH, Norman. Understanding the new management ideology: a transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. *Discourse & Society*, v.13, n.2, p.185-208, 2002.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

_____.; _____. Critical Discourse Analysis in Organizational Studies: Towards an Integrationist Methodology. *Journal of Management Studies*, v.47, n.8, p.1213-1218, September, 2010.

CONSELHO MUNDIAL DO ARTESANATO (CMA). Definição de Artesanato. Disponível em: <<http://www.worldcraftscouncil.org/>>. Acesso: 10 set. 2014.

COLODETI, Vicente de Paulo. *Microcrédito: uma política social de redução da pobreza?* 2011. 173f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

CONCEIÇÃO, Jorge Henrique Muniz da. *Microcrédito como ferramenta de geração de renda e emprego: uma análise de experiências públicas municipais*. 2005. 79f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

COOKE, Philip; URANGA, Mikel Gomez; EXTEBARRIA, Goio. Regional innovation systems: institutional and organizational dimensions. *Research Policy*, Number 26, p. 475-491, 1997.

CORDEIRO, Adriana Tenório; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. *Crise de sentido no capitalismo avançado: uma abordagem discursiva*. Recife: Edupe, 2013.

COSTA, Jannen Arnold. Gender issues: gender as a cultural construct. *Advances in Consumer Research*, v.21, n. 1, p.372-373, 1994.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; BARROS, Denise Franca; MARTINS, Paulo Emilio Matos. Linguagem, relações de poder e o mundo do trabalho: a construção discursiva do conceito de empreendedorismo. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 995-1018, set./out. 2008.

_____.; _____.; _____. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 288-299, jul./set. 2010.

_____. *Convergências, divergências e silêncios: o discurso contemporâneo sobre o empreendedorismo nas empresas juniores e na mídia de negócios*. 2010. 286f. Tese (Doutorado em Administração) – Curso de Doutorado em Administração, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

_____.; _____.; CARVALHO, José Luis Felício. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 179-197, mar./abr. 2011.

_____.; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Hegemonic discourses on entrepreneurship as an ideological mechanism for the reproduction of capital. *Organization*, Sep, v.19, Issue5, p. 587-614, 2012.

COSTA, Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, jan./abr. 2010.

COSTA, Delaine Martins; AZEVEDO, Patrícia; SOUZA, Rosimere de (Orgs). *Políticas Públicas, Empreendedorismo e Mulheres: Olhares que se Encontram*. Rio de Janeiro : IBAM, 2012.

CHRISTEN, Robert Peck.; LYMAN, Timothy; ROSENBERG, Richard. *A Guide to Regulation and Supervision of Microfinance: Consensus Guidelines*. Washington: Consultative Group to Assist the Poor/The World Bank Group, 2012.

CULL, Robert; EHRBECK, Tilman; HOLLE, Nina. 2014. *Financial Inclusion and Development: Recent Impact Evidence*. Focus Note 92. Washington, D.C.: CGAP.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvona .S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman .K.; LINCOLN, Yvona S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. *Mulheres no Mercado de Trabalho: Alguns Avanços e Velhos Problemas*. Disponível em:<<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/trabalho/2011/03/mulheres-no-mercado-de-trabalho-alguns-avancos-e-velhos-problemas>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

D’ESPALLIER, Bert; GUE’RIN, Isabelle; MERSLAND, Roy. Women and Repayment in Microfinance: A Global Analysis. *World Development*, v. 39, n. 5, p. 758–772, 2011.

DE SOTO, Hernando. *O mistério do capital*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DOING BUSINESS 2014. Disponível em:<<http://www.doingbusiness.org/>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

DOURADO, Débora Coutinho Pascoal. Qualidade de Vida no Trabalho: Propósitos Organizacionais e Mecanismos de Alienação do Homem. 2007. 228f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

DRAGO, Pedro Anibal. Teoria crítica e teoria das organizações. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 58-64, abr./jun.1992.

DROLET, Julie. Feminist Perspectives in Development: Implications for Women and Microcredit. *Affilia: Journal of Women and Social Work*, v.25, n.3, p.212-223, 2010.

ELLIOTT, Richard. Discourse analysis: exploring action, function and conflict in social texts. *Marketing Intelligence and Planning*, v. 26, n. 4, p. 65-68, 1996.

ESTAPÉ-DUBREUIL, Glòria; TORREGUITART-MIRADA, Consol. Microfinance and gender considerations in developed countries: the case of Catalonia. *Management Research Review*, v. 33, n. 12, p. 1140-1157, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. New York: Longman, 1989.

_____. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

_____. Discourse, social theory, and social research: the discourse of welfare reform. *Journal of Sociolinguistics*, v. 4, p. 163–195, 2000.

_____. Language in new capitalism, *Discourse & Society*, v. 13: 163-166, March 2002.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. da UnB, 2008.

_____. A dialética do discurso. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 225-234, maio/ago. 2010.

_____.; WODAK, Ruth. Critical Discourse Analysis. In: VAN DIJK, T.A. (Ed). *Discourse as Social Interaction*, London: Sage, 1997. p.258-284.

_____.; MULDERRIG, Jane; WODAK, Ruth. Critical Discourse Analysis. In: VAN DIJK, Teun A. (Ed.). *Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction*. 2. ed. London: Sage, 2011. p. 357-378.

DROLET, Julie. Feminist Perspectives in Development: Implications for Women and Microcredit. *Affilia: Journal of Women and Social Work*, v.25, n.3, p.212-223, 2010.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FARIA, José Henrique de. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. *CADERNOS EBAPE. BR*, v. 7, nº 3, artigo 8, Rio de Janeiro, set. 2009.

FARIAS, Wanderleya dos Santos. *O Microcrédito como um Instrumento de Política Pública de Combate à Pobreza: O Empreendedor JP*. 2012. 344f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FARIDI, Rushad. Determinants of women's success in microcredit programs. *The Journal of Developing Areas*, (Fall 2011): p. 167-189.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERNANDES, Joaquim Alarico Araújo. *A importância do gênero no desenvolvimento das actividades do microcrédito: caso português*. 2010. 68f. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo, empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração da USP*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8.ed. São Paulo: Ática, 2012.

FLORY, Henrique; ANDREASSI, Tales; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Políticas Públicas de Empreendedorismo para a População de Baixa Renda: Transformando Necessidades em Oportunidade. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 19, n. 62, jan./jun. 2013.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan./ 2008.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.

FORTE, Claudia Marcia de Jesus. *Estudo de caso comparativo entre programas de microcrédito na América Latina: o impacto socioeconômico nas mulheres das cidades de Bogotá e Recife*. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FREITAG, Barbara. *A teoria crítica: ontem e hoje*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

FREITAS, Alair Ferreira de. Organizações de microfinanças: inovações e desafios para a inclusão financeira. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 39-54, jan./mar. 2013.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-59, 2000.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GALBRAITH, Jonh Kenneth. *A sociedade justa: uma perspectiva humana*. 7. ed. Rio de Janeiro: 2002.

GARTNER, William B. A conceptual framework for describing the phenomenon of new venture creation. *Academy of Management Review*, v. 10, n. 4, p. 696-706, 1985.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz; SEIBEL, Erni José. Formulação de Políticas Públicas: Questões Metodológicas Relevantes. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, abr./out. de 2008.

GERGEN, Kenneth J. The Social Constructionist Movement in Modern Psychology. *American Psychologist*. v. 40. n. 3, p. 266-275, March, 1985.

GHOSH, Jayati. Microfinance and the challenge offinancial inclusion for development. *Cambridge Journal of Economics*, 2013, 1 of 17.

GIFFIN, Karen Mary. Produção do conhecimento em um mundo problemático: contribuições de um feminismo dialético e relacional. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 635-653, set./dez. 2006.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-270.

GIMENEZ, Fernando; FERREIRA, Jane Mendes; RAMOS, Simone Cristina (Orgs). *Empreendedorismo e Estratégia de Empresas de Pequeno Porte*. Curitiba: Champagnat, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995a.

_____. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995b.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e *welfarestate*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p.201-234, mar./abr. 2006.

GOMES, Nelson António Mendonça. *Impacto dos programas de microcrédito em Angola: aplicação nas Províncias de Benguela e Huambo*. 2011. 66f. Dissertação (Mestrado em Matemática Financeira) -- Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

GOMES, Marcus Vinícius Peinado; ALVES, Mário Aquino; FERNANDES, Renê José Rodrigues (Orgs). *Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP-FGV, 2013.

GOMES, Almiralva Ferraz; LIMA, Juvêncio Braga de; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Do Empreendedorismo à Noção de Ações Empreendedoras: Reflexões Teóricas. *Revista Alcance - Eletrônica*, v.20, n. 02, p. 203-220, abr./jun. 2013.

GOMEZ, Alida M. Microcredit Lending to Female Entrepreneurs: A Middle East Case Study. *Journal of International Women's Studies*, v. 14, n. 2, March, 2013.

GONÇALVES, Elza Fagundes. *Efeitos e contradições do microcrédito: um estudo da Visão Mundial/ANDE*. 2010. 329f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. Enpublicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9. Disponible en:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C06Goncalves.pdf>>. Acesso em: fev. 2014.

_____. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOULART, Sueli; CARVALHO, Cristina. O pesquisador e o *design* da pesquisa qualitativa em administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Débora Moraes. *Pesquisa qualitativa em Administração: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.119-140.

GOUVEIA, Carlos A. M. Análise Crítica do Discurso: Enquadramento Histórico. In: Saberes no Tempo – Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 335-351.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness, *The American Journal of Sociology* , v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GREEN, Duncan. *Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e Estados efetivos podem mudar o mundo*. São Paulo: Cortez, 2009.

GRIN, Eduardo José *et al.* Desenvolvimento de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo em Estados e Municípios. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, EAESP-FGV, 2012.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Modelos de homem e teoria administrativa. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 1984.

GURSES, Didem. Microfinance and Poverty Reduction in Turkey. *Perspectives on Global Development & Technology*, v.8 Issue 1, p. 90-110, 2009.

GUTIÉRREZ NIETO, Begoña. Antecedentes del microcrédito: lecciones del pasado para las experiencias actuales. Valencia, *Revista de Economía Publica, Social y Cooperativa*, n. 051, p. 25-50, abr. 2005.

HACKING, I. *The social construction of what?* Boston:Harvard University Press, 1999.

HAMAGUCHI, Nobuaki. Políticas Públicas para Pequenas e Médias Empresas no Japão. In: LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lucia (Orgs). *Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARDY, Cynthia. Researching Organizational Discourse. *International Studies of Management & Organization*.v.31, n.3, p. 25-47, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HATCH, Mary Jo; YANOW, Dvora. Organization theory as an interpretive science. In:TSOUKAS, Haridimos; KNUDSEN, Christian (Orgs.). *The Oxford Handbook of Organization Theory: meta-theoretical perspectives*. 2. ed. Nova York: Oxford, 2005.

HERACLEOUS, L. T. Interpretivist Approaches to Organizational Discourse. In: GRANT, D. *et al.* *The Sage Handbook of Organizational Discourse*. London: SAGE, 2004.

HORKHEIMER, Max. *Teoria tradicional e teoria crítica*. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor.*Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1991.p.31-68 (Coleção Os Pensadores).

_____. *Teoria crítica: uma documentação*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

HOWARTH, David. Applying Discourse Theory: the Method of Articulation. In: HOWARTH, D.; TORFING, J. (Ed.). *Discourse Theory in European Politics: Identity, Policy and Governance*. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 613-349.

HOWKINS, Jonh. *Economia criativa: como ganhar dinheiro com idéias criativas*. São Paulo: M. Books, 2012.

HULME, David. Impact Assessment Methodologies for Microfinance: Theory, Experience and Better Practice. *World Development*, v. 28, n. 1, p. 79-98, 2000.

IBÁÑEZ GRACIA, Tomás. O giro linguístico. In: IÑIGUEZ, Lupicinio (Org.). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p.19-49.

IÑIGUEZ, Lupicinio. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In: IÑIGUEZ, Lupicinio (Org.). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p.105-116.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Mulher no Mercado de Trabalho: Perguntas e Respostas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. *Censo Demográfico de 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1>. Acesso em: 03 dez. 2013.

_____. *Síntese dos indicadores sociais 2013*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2013/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. Uma legião de microempreendedores no Nordeste. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2228:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 25 out. 2012.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006.

JULIEN, Pierre-André. *Empreendedorismo regional e economia do conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2010.

KARNANI, Aneel. *Employment, not Microcredit, is the Solution*. Michigan Ross School of Business Working Paper Series Working Paper No. 1065 January 2007. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=962941>. Acesso em: 15 jul. 2011.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Políticas Sociais: Focalização ou Universalização? *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 4, p. 564-574, out./dez. 2006.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. *O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista*. 2005. 221f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

KRESS, Gunther. History and language: towards a social account of linguistic change. *Journal of Pragmatics*, v. 13, n. 3, p. 445-466, 1989.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza; MELLO, Sérgio Benício Carvalho de; VIEIRA, Ricardo Sérgio Gomes. O Papel da Teoria no Método de Pesquisa em Administração. *Organizações em Contexto*, São Bernardo do Campo, ano 5, n. 10, p. 1-16, jul./dez. 2009.

LEDGERWOOD, Joanna; GIBSON, Alan. The Evolving Financial Landscape. In: LEDGERWOOD, Joanna (Ed.). *The New Microfinance Handbook: A Financial Market System Perspective*. Washington: The World Bank, 2013. p. 15-48.

LEI MUNICIPAL 10.431. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2005/1043/10431/lei-ordinaria-n-10431-2005-cria-o-programa-municipal-de-apoio-aos-pequenos-negocios-empreender-jp-e-estabelece-outras-providencias-2005-04-11.html>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

LEITCH, S.; PALMER, I. Analysing Texts in Context: Current Practices and New Protocols for Critical Discourse Analysis in Organization Studies. *Journal of Management Studies*. v.47, n.8, p. 1194-1212, September, 2010.

LEITE, Elaine da Silveira; MELO, Natália Maximo e. Uma Nova Noção de Empresário: A Naturalização do “Empreendedor”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 35-47, nov. 2008.

LEMOS, Paulo Antonio Borges. *As Universidades de Pesquisa e a Gestão Estratégica do Empreendedorismo – Uma Proposta de Metodologia de Análise de Ecossistemas*. 2011. 263f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

LI, Xia. An empirical analysis of microcredit on China rural household. 2010. 262f. Thesis (PhD). Lincoln University, Christchurch, New Zealand, 2010.

LIMA, Juvêncio Braga. Ações Empreendedoras e Práticas da Pesquisa em Empreendedorismo. In: GIMENEZ, Fernando; FERREIRA, Jane Mendes; RAMOS, Simone Cristina (Orgs). *Empreendedorismo e Estratégia de Empresas de Pequeno Porte*. Curitiba: Champagnat, 2010. p. 25-39.

LIMA, Fábio Fernando. Fundamentos, Desafios e Especificidades da Análise Crítica do Discurso. *Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, Cadernos do CNLF, v. 15, n. 5, t. 2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011.

LOPES, Bruno Mota. *Análise da evolução do microcrédito na Bahia (1973-2005)*. Fortaleza: BNB, 2011.

LOWI, Theodore J. Four Systems of Policy, Politics and Choice. *Public Administration Review*, v.32, n. 4, p. 298-310, 1972.

LUCENA, Rosivaldo de Lima; CENTURION, Wanusa Campos. Convergências, Divergências e Silêncios: Análise do Discurso Críticasobre a Formação de Empreendedores, em Face do Desenvolvimento Sustentável, no Âmbito de Programas de Microcrédito. *Anais do VII EGEPE*, Florianópolis, 2012.

MADICHIE, Nnamdi O.; NKAMNEBE, Anayo D. Micro-credit for microenterprises? A study of women “petty” traders in Eastern Nigeria. *Gender in Management: An International Journal*, v. 25, n. 4, p. 301-319, 2010.

MACHADO, Hilka Vier. *Identidade de mulheres empreendedoras*. Maringá: EdUEM, 2009.

MACULAN, Anne-Marie. Ambiente empreendedor e aprendizado das pequenas e médias empresas de base tecnológica. In: LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lucia (Orgs). *Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo retorna: formas elementares da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MAGALHÃES, Vera Maria. A Análise Crítica do Discurso enquanto Teoria e Método de Estudo. In: MAGALHÃES, Vera Maria (Org.). *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 14-30.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MALAGUTI, Manoel Luiz (Org.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 1998.

MALAPIT, Hazel Jean L. Are Women More Likely To Be Credit Constrained? Evidence From Lowincome Urban Households in The Philippines. *Feminist Economics*, v. 18, n.3, p.81–108, July, 2012.

MANGEMATIN, Vincent; SAPSED, Jonathan; SCHÜßLER, Elke. Disassembly and reassembly: an introduction to the special issue on digital technology and creative industries. *Technol. Forecast. Soc. Change* (2014). Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1016/j.techfore.2014.01.002>>. Acesso em: fev. 2014.

MARQUES, Juliana Nogueira. *Regulação das Microfinanças no Brasil: arcabouço institucional e articulação a políticas públicas de superação da pobreza*. 2009. 100f. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico Financeiro) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARRA, Adriana Ventola; BRITO, Valéria da Glória Pereira. Construcionismo Social e Análise do Discurso: Uma Possibilidade Teórico-Metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 35, 2011, Rio de Janeiro, [Anais eletrônicos...] Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. 1 CD-ROM.

MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter: A Ação Econômica do Empreendedor. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 254-270, abr./jun. 2010.

MARTINELLI, Alberto. O Contexto do Empreendedorismo. In: MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). *Redes e Sociologia Econômica*. São Carlos: UFSCar, 2009.

MARTINS, Paulo Haus. *Diagnóstico do marco legal das Microfinanças no Brasil*. Brasília: MTE/BNDES/BID, 2008.

MASCÊNE, Durcelice et al. *Termo de referência: atuação do Sistema Sebrae no Artesanato*. Brasília: Sebrae, 2010.

MATOS, José Carlos de. *A Construção do Sentido do Desenvolvimento em Anúncios Publicitários do Banco do Nordeste: uma Abordagem Semiótica*. 2004. 96f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

MATTOS, Alice Helena Girdwood. A ocupação feminina no mercado de trabalho: desafios para a gestão contemporânea das organizações. *Gestão Contemporânea*, Porto Alegre, ano 6, n. 6, p. 23-43, jan./dez. 2009.

MAYRINK, Rayssa Danielle Dantas. *O impacto do microcrédito sobre a renda e o emprego em Belo Horizonte*. 2009. 112f. Dissertação (Mestrado em Administração) -- Faculdade Pedro Leopoldo, Belo Horizonte, 2009.

MAZZUCATO, Mariana. *O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público versus o setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MAZZUTTI, Caio Cícero. *Microfinanças no Brasil: afinal, existe um trade-off entre o foco na pobreza e a sustentabilidade financeira?* 2005. 193f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

McMULLEN, Jeffery S.; SHEPHERD, Dean A. Entrepreneurial action and the role of uncertainty in the theory of the entrepreneur. *Academy of Management Review*, v. 31, n. 1, p. 132-152, 2006.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: Desdobramentos e Intersecções. *Letra Magna – Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, ano 05, n.11, 2º Semestre de 2009, ISSN 1807-5193.

MELO, Rúrion. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 62, p. 249-262, maio/ago. 2011.

MELLO, Sérgio Carvalho Benício de; CORDEIRO, Adriana Tenório. Investigando Novas Articulações e Possibilidades no Discurso Empreendedor: Contexto, Sujeito e Ação. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v.17, n.53, p. 279-295, abr./jun. 2010.

MENEZES, Raquel Santos Soares. *Feminilidades em Primeira Pessoa: Narrativas Plurais, Vivências Singulares de Mulheres nos Negócios*. 2012. 264 f. Tese (Doutorado em

Administração) – Centro de Estudos e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MIGUEZ, Paulo. *Repertório de fontes sobre a Economia Criativa*. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/>>. Acesso em: 28 set. 2014.

MIRELES, Rosalva D. Vásquez; LEÓN, Yolanda Mejía de; VILLANUEVA, Baltazar Rodríguez. Implicaciones económico-sociales del microfinanciamiento para los micro y pequeños negocios del sector terciário del Estado de Coahuila. *Revista Internacional Administracion&Finanzas*. Volume 7, Numero 3, 2014.

MISOCZKY, Maria Ceci. Análise Crítica do Discurso: Uma Apresentação. *Gestão.Org*, Recife, v. 3, n. 1, jan./abr. 2005.

_____.; AMANTINO-DE-ANDRADE, Jackeline. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 9, n. 1, mar. 2005.

MONZONI NETO, Mario Prestes. *Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia)*, no Município de São Paulo. 2006. 194f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

MORGAN, Gareth. Paradigms, metaphors, and puzzle solving in organization theory. *Administrative Science Quarterly*, v. 25, n. 4, p. 605-622, 1980.

MUKHERJEE, Sucharita Sinha. Women's Empowerment And Gender Bias in The Birth And Survival Of Girls In Urban India. *Feminist Economics*, v. 19, n. 1, p.1–28, 2013.

MURTA, Tarcísio Santos. *Geração de Emprego, Renda e Inserção Social, a Partir de Programas de Microfinanças*. 2003. 112f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

NATIVIDADE, Daise Rosas da. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 231-56, jan./fev. 2009.

NAWAI, Norhaziah; SHARIFF, Mohd Noor Mohd. Determinants of repayment performance in microcredit programs: a review of literature. *International Journal of Business and Social Science*, v. 1, n. 2, November 2010.

NERI, Marcelo. *Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro*. Rio do Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

NEWBIGIN, Jonh. *A economia criativa: um guia introdutório*. São Paulo: British Council, 2010.

NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). 2013. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/relatorio-territorial-da-ocde-brasil_9789264189058-pt> . Acesso em: 10 fev. 2014.

OGBOR, Jonh. Mythcizing and reification in entrepreneurial discourse: ideology-critique of entrepreneurial studies. *Journal of Management Studies*, v. 37, n. 5, p. 605-635, jul. 2000.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

OSWICK, Cliff.; GRANT, David.; MARSHAK, Robert J.; COX, Julie W. Organizational Discourse and Change: Positions, Perspectives, Progress, and Prospects. *Journal of Applied Behavioral Science*, v.46, n.1, p.8-15, 2010.

PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de. *O empreendedorismo na ação de empreender: uma análise sob o enfoque da fenomenologia sociológica de Alfred Schütz*. 2004. 381f. Tese (Doutorado em Administração)– Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

_____.; ALMEIDA, Simone de Lira; GUERRA, José Roberto Ferreira. O Empreendedor Humanizado como Uma Alternativa ao Empresário Bem--Sucedido: Um Novo Conceito em Empreendedorismo, Inspirado no Filme Beleza Americana. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 9, n. 8, Edição Especial, p. 112-134, nov./dez. 2008.

_____. ; LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza Leão; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de Mello. Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v. 13, n. 31, p. 190-209, set/dez 2011.

PARKINSON, Caroline; HOWORTH, Carole. The language of social entrepreneurs, *Entrepreneurship & Regional Development*, n.20, p.285–309, May 2008.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Teoria crítica nas organizações*. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise crítica do discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 9. Tomo 2: *Filologia, linguística e ensino*. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2005, p. 43-70.

_____.; OLIVEIRA, Derli Machado de; DAMACENO, Taysa Mércia dos Santos Souza. Caminhos teóricos e práticos em análise crítica do discurso. *Círculo Fluminense de Estudos*

Filológicos e Linguísticos, Rio de Janeiro: *Cadernos do CNLF*, v. XIV, n. 3CiFEFiL, p. 7-48, 2010.

PEREIRA, Otaviano. *O que é teoria*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PEREIRA, Fernando Batista; CROCCO, Marco. Metas sociais de programas de microcrédito financeiramente viáveis. Porto Alegre, *Análise Econômica*, v. 22, n. 42, p. 149-183, mar. 2004.

PERROT, Michelle. *Une Histoire des Femmes Est-Elle Possible?* Paris: Rivage, 1984.

PRESTES MOTTA, Fernando Cláudio. As empresas e a transmissão da ideologia. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p.19-24, jul./set. 1984.

PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO – PAB. *Base conceitual do artesanato brasileiro*. Brasília: MDIC, 2010. Disponível em:<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf> . Acesso: 10 out. 2014.

PUGA, Fernando Pimentel. *O apoio financeiro às micro, pequenas e médias empresas na Espanha, no Japão e no México*. Textos para Discussão 96. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em:<http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/td/td-96.pdf> . Acesso em: 10 dez. 2013.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 25-37.

RAHMAN, Sayma; RAFIQ, Rafiqul Bhuyan; VAZIRI, Mo. Microcredit Programs and Consumption Behaviour of the Borrower: Evidence from Bangladesh. *The Journal of American Academy of Business*, Cambridge, v. 14, n. 2, p. 83-92, March 2009.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

RANKIN, Katharine N. Social Capital, Microfinance and The Politics of Development. *Feminist Economics*, v.8, n.1, p.1–24, 2002.

REED, Michael. Organizational analysis as discourse analysis: a critique. In: GRANT, D.; KEENOY, T; OSWICK, C. (Eds.). *Discourse and Organization*. London: Sage, 1998a. p. 193-213.

_____. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, Stuart.; HARDY, Cynthia.; NORDY, Walter.; CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia.(Eds.) *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, v.1, p. 61-98, 1998b.

REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

_____. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. São Paulo: Manole, 2007.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso- LemD*, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

_____. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2009.

REYMAÃO, Ana Elizabeth Neirão. O capital social dos pobres garante acesso ao crédito? Um estudo comparado de experiências de microcrédito no Brasil e no Chile. 2010. 237f. Tese (Doutorado em Estudos Comparados das Américas) -- Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados das Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

RIBEIRO, Cristina Tauaf; CARVALHO, Carlos Eduardo. *Do microcrédito às microfinanças: desempenho financeiro, dependência de subsídios e fontes de financiamento*. São Paulo: EDUC, 2006.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2010.

RODRIGUES-JÚNIOR, Adail Sebastião. Análise crítica do discurso: modismo, teoria ou método? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 99-132, 2009.

ROLFO, Secondo; NOVERO, Serena. Le soutien publicaux projets innovants des PME : une évaluation de deux territoires, em Italie et en France, *Revue Internationale P.M.E*, Presses de l'Université Du Québec, Volume 24, numéro 2, 2011, p. 11-48.

ROODMAN, David; MORDUCH, Jonathan. The impact of microcredit on the poor in Bangladesh: revisiting the evidence. Working Paper Number 174, June 2009. *Center Global Development*. Disponível em: <www.cgdev.org>. Acesso em: 02 out. 2011.

ROOYEN, C. Van; STEWART, R.; WET, T. de. The Impact of Microfinance in Sub-Saharan Africa: A Systematic Review of the Evidence. *World Development*, v. 40, n. 11, p. 2249–2262, 2012.

RORTY, Richard. *The linguistic turn*. Chicago: UCP, 1967.

SACCOL, Amarolinda Zanela. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa em Administração. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria (RS), v. 2, n. 2, p. 250-269, maio/ago. 2009.

SACHS, Ignacy. *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SALLES, Ana Beatriz Tomás. *Capitalismo no Brasil: o ambiente institucional para o empreendedorismo no início do Século XXI*. 2008. 269f. Tese (Doutorado em Ciências

Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANDBERG, Joakim. Mega-interest on microcredit: are lenders exploiting the poor? *Journal of Applied Philosophy*, v. 29, n. 3, 2012.

SANYAL, Paromita. From Credit to Collective Action: The Role of Microfinance in Promoting Women's Social Capital and Normative Influence. *American Sociological Review*, v. 74, n. 4, p. 529-550, August 2009.

SANTANA, Ana Claudia Farranha. *Olhares sobre a pobreza: entre o global e o local - a experiência de microcrédito no município de Vitória (ES)*. 2006. 271f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SANTIAGO, Eduardo Girão. *Empreender para sobreviver: estudo sobre ação econômica dos empreendedores de pequeno porte*. 2007. 350f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

_____. Microcrédito para “empreendedores”: a im(pertinência) da política de geração de ocupação e renda e combate à pobreza no mundo do trabalho contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 16, 2011. Uberlândia (MG). *Anais...* Uberlândia (MG), 2011. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/6_congresso/2386_76993da305789f0713531f632601e1c8.pdf>. Acesso em: 11 out. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 54, jun. 1999.

_____. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. São Paulo: Graal, 2010.

SANTOS, Ivson Luís dos. *A Ação Indutora da Política Pública para o Desenvolvimento de Competências Empreendedoras: Uma Experiência do Banco do Povo do Recife*. 2006. 154f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SANTOS, Vilma da Silva. *O microcrédito como mecanismo de fomento para o desenvolvimento socioeconômico*. 2006. 169f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e desenvolvimento Regional, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2006.

SANTOS, Carlos Alberto (org.). *Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnóstico e perspectivas*. Brasília: Sebrae, 2004.

_____. Análise de impactos socioeconômicos do microcrédito: dificuldades metodológicas e analíticas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 41, v. 1, p. 147-160, jan./fev. 2007.

SANTOS, Claire Gomes dos; CARRION, Rosinha da Silva Machado. Microcrédito e pobreza: um diálogo possível? *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 13, Edição Especial, art. 4, p. 53-67, jun. 2009.

SARFATI, Gilberto. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 25-48, jan./fev. 2013.

SAUKKO, Paula. *Doing Research in Cultural Studies: An Introduction to Classical and New Methodological Approaches*. London: Sage, 2003.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, jan./abr. 2008.

SCHREIBER, José Gentil. *O papel do microcrédito no combate à pobreza: avaliação do impacto do microcrédito sobre a renda dos microempreendedores, clientes do Banco do Empreendedor*. 2009. 175f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Economic theory and entrepreneurial history. *Revista Brasileira de Inovação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 203-224, jul./dez. 2002.

SCHUMACHER, Ernest Friedrich. *O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SERRA, Neusa; FERNANDEZ, Rafael Saad. Economia criativa: da discussão do conceito à formulação de políticas públicas. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 11, n.4, p.355-372, out./dez. 2014.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SELA, Vilma Meurer; SELA, Francis Ernesto Ramos; COSTA, Saulo Cesar da. A importância do microcrédito para o desenvolvimento econômico e social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de microcrédito. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30, 2006, Salvador, [Anais eletrônicos...] Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, out./dez. 2007.

SIGALLA, Rachel Jactan; CARNEY, Stephen. Poverty reduction through entrepreneurship: microcredit, learning and ambivalence amongst women in urban Tanzania. *International Journal of Educational Development*, n.32, p. 546–554, 2012.

SILVA, Maurílio da; GUIMARÃES, Liliane de Oliveira; SIQUEIRA, Moema Miranda de. Instituições de Apoio ao Empreendedorismo e sua Relação com as MPME's do Município de Betim (MG): Proposição para uma Maior Articulação, São Paulo, *Anais do V EGEPE*, 2008.

SILVA, Roberto Vilela de Moura. Disseminação de Programas Públicos de Microcrédito: O Caso da Região Metropolitana de São Paulo. 2007. 186f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007.

SILVEIRA, Rogério Braga *et al.* Um modelo de políticas públicas gerador de renda: uma experiência promovida pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Biguaçu (SC), *Revista Alcance*, v. 17, n. 4, p. 336-349, out./dez. 2010.

SIQUEIRA, Moema Miranda de; GUIMARÃES, Liliane de Oliveira. Singularidades do empreendedorismo brasileiro: subsídios para política públicas de apoio aos novos negócios. *Revista Gestão & Tecnologia*. Pedro Leopoldo, v.7, n. 2, p.103-118, jul./dez. 2006.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. *Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito*. 2. ed. Brasília: Banco Central, 2008.

SOARES, Rodrigo Maurício Freire; FISCHER, Tânia Maria Diederichs. “Aqui aprendeu da mãe que aprendeu da mãe”: memórias e significados do artesanato no território do Sisal/Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 34, 2010, Rio de Janeiro, [Anais eletrônicos...] Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

SOUSA, Jefferson Lindbergh de; PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de. *Empreendendo no Setor Público: A Dinâmica da Fundação Joaquim Nabuco*. Recife: Massangana, 2012.

SOUSA, Darcon. *Políticas Públicas de Apoio ao Empreendedorismo no Brasil: Uma Análise da Implementação do PRIME pelo Parque Tecnológico da Paraíba*. 2013. 323f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Campina Grande, Campina Grande, 2013.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.p. 65-86.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, nº. 54, p. 79-97, fev. 2004.

_____. Para compreender a desigualdade brasileira. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, jul/dez. 2006.

_____. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

_____. Em defesa da Sociologia: O economicismo e a invisibilidade das classes sociais. *Revista Brasileira de Sociologia*, p. 129-158, v. 1, n. 1, jan./jul. 2013.

SOUZA, Maria Célia Garcia Ferreira de. *O Programa Crediamigo do Banco do Nordeste: Inclusão Social e Mercado*. 2008. 135f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 41-61.

SPINK, Peter Kevin. A Articulação de Ações Públicas em Situações Complexas. In: GOMES, Marcus Vinícius Peinado; ALVES, Mário Aquino; FERNANDES, Renê José Rodrigues (Orgs). *Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP-FGV, 2013. p.43-59.

STAKE, Robert E. Case studies. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvona S. (Eds.) *Handbook of qualitative research*. London: Sage, 2005. p. 435-454.

STIGLITZ, Joseph Eugene. Towards a New Paradigm for Development: Strategies, Policies and Processes. 2002. Disponível em:<<http://academiccommons.columbia.edu/catalog/ac:158702>>. Acesso em: 03 set. 2013.

_____. Participation and Development: Perspectives from the Comprehensive Development Paradigm. *Review of Development Economics*, v. 6, n. 2, p. 163-182, June, 2002.

_____. *Globalização: como dar certo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TAVARES, Bruno *et al.* Configuração institucional nas aglomerações produtivas: interações entre os elementos estruturais de apoio público e privado. In: FERREIRA, Marco Aurélio

Marques; ABRANTES, Luiz Antônio (Orgs.). *Políticas públicas, gestão e sociedade*. Viçosa: Triunfal, 2013.

TEIXEIRA, Nuno Miguel; RODRIGUES, Elves. Microfinanças: sustentabilidade financeira versus alcance social na África Subsaariana. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 30-56, set./dez., 2013.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. *Revista Brasileira de Pesquisa de Marketing, Opinião e Mídia*, n. 3, set. 2009. Disponível em: <http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2014.

TILIO, Rogério. Revisitando a Análise Crítica do Discurso: Um Instrumental Teórico- Metodológico. *e-escrita, Revista do Curso de Letras da UNIABEU*, Nilópolis, v. 1, n. 2, maio/ago. 2010.

TRAGTENBERG, Maurício. A Teoria Geral da Administração é uma ideologia? *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 7-21, out./dez. 1971.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha. *Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à Psicologia Social*. *Estudos de Psicologia*, v. 4, n. 1, p. 39-59, 1999.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant; CALDAS, Miguel Pinto. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 66-72, out./dez. 2005.

_____. *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VERSTRAETE, Thierry. Entrepreneuriat: modélisation du phénomène. *Revue de l'Entrepreneuriat*, v. 1, n. 1, p. 5-24, 2001.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CALDAS, Miguel Pinto. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 59-70, jan./mar. 2006.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

WODAK, Ruth. What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In: WODAK, Ruth.; MEYER, Michel. (Orgs.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, 2003.

WORKINGS, Jonh. *Economia criativa*. São Paulo: M. Books, 2012.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

YUSUPOV, Nurmukhammad. Microcredit and development in an occupational choice model.*EconomicsLetters*, n.117, p. 820–823, 2012.

ZHENG, Jane. Creative Industry Clusters and the ‘Entrepreneurial City’ of Shanghai.*UrbanStudies*, v.48, n.16, p. 3561–3582, December, 2011.

Apêndice A - Protocolo de Entrevista da Mulher Artesã

DADOS PESSOAIS

1. Data de nascimento.
2. Naturalidade.
3. Ocupação dos pais.
4. Condição em que se encontrava quando abriu o negócio (solteira/casada com filhos pequenos/viúva/outros).
5. Grau de escolaridade quando começou o negócio e atualmente.
6. Tempo de atuação neste negócio.
7. Trabalhava antes de abrir a empresa? Em que área?

DADOS DA EMPRESA

1. Natureza jurídica do negócio: () Formal () Informal
2. Ano de fundação.
3. Tem sócios? Em caso positivo, quantos?
4. Origem do capital inicial (empréstimo de familiares, economias pessoais, recursos do Empreender JP, outra fonte).
5. Tem funcionários? Em caso afirmativo, quantos?
6. Que tipo de produto você fabrica?
7. Quantas horas, em média, você trabalha por dia?
8. Fale como é seu dia a dia na empresa.
9. Como você concilia seu trabalho com as atividades domésticas, cuidados pessoais, educação dos filhos, etc.?
10. Como é organizado o cuidado com seus filhos enquanto você trabalha?
11. Como você aprendeu o ofício de ser artesã?

O EMPREENDER JP EM SUA VIDA

1. Como você conheceu o Empreender JP?
2. Quantas vezes você tomou empréstimo(s) do Empreender JP?
3. Qual a importância do Empreender JP para o funcionamento da sua empresa?
4. A capacitação inicial (Curso de Gestão Empresarial Básica, com duração de 16h) oferecida pelo Empreender JP foi suficiente para a gestão de sua empresa?
5. Você tem recebido assistência gerencial do Empreender JP no seu dia a dia?
6. Em sua opinião, quais os pontos fortes do Empreender JP?
7. Em que aspectos o Empreender precisa melhorar?
8. O Empreender JP contribuiu para a sua independência financeira?
9. Depois de contrair o(s) empréstimo(s) do Empreender JP, você se sente uma mulher mais autônoma? Como?
10. Essa sua autonomia interferiu no relacionamento com o seu marido/parceiro/companheiro?
11. A sua participação no Empreender JP trouxe ganhos para a sua família?

TRAJETÓRIA DA TOMADORA DE CRÉDITO

1. Conte sua história de vida desde a infância até os dias atuais.
2. Fale como se deu o início de sua carreira como empresária. Houve influência de algum homem ou mulher? Se houve, como essa aconteceu?
3. O que a levou a entrar neste ramo de negócio?
4. Quais as dificuldades encontradas no dia a dia da empresa e como as enfrenta? Alguém a apóia? Se sim, quem e como?
5. Você diria que o fato de ser mulher interfere na gestão da sua empresa?
6. Se sim, como se dá essa interferência?
7. Você acha que ser mulher facilita na gestão da empresa?
8. Você se sente realizada como empresária? Por quê?

AÇÃO EMPREENDEDORA

1. O que mudou na empresa desde o momento da fundação até hoje?
2. Que fatores externos e internos foram determinantes para as mudanças acima mencionadas?
3. Como se dá o processo de tomada de decisão na empresa?
4. Como se dá as relações com funcionários, clientes, fornecedores e concorrentes?
5. Quais as competências você julga como fundamentais para gerir este tipo de negócio? Você considera que as tem?
6. O que você considera a sua principal competência e que tem sido determinante para o sucesso do seu negócio?
7. Que fatores internos e externos foram importantes para que essas competências se tornassem realidade?
8. Você diria que seu negócio cresceu nos últimos 3 anos? Como?
9. Descreva como você vê a sua empresa no futuro.

Anexo A - Variedade do Artesanato Paraibano



Anexo B - Princípios das Microfinanças



Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres

OS PRINCÍPIOS-CHAVE DAS MICROFINANÇAS

OCGAP é um consórcio de 33 agências de desenvolvimento públicas e privadas que trabalham conjuntamente com o objetivo de expandir o acesso dos pobres a serviços financeiros, normalmente referido como microfinanças. Estes princípios foram desenvolvidos e endossados pelo CGAP e pelos seus 28 membros doadores e subsequentemente endossados pelos líderes do Grupo dos Oito (G8) em conferência no dia 10 de Junho de 2004.

1. **Os pobres não necessitam apenas de empréstimos, mas de uma variedade de serviços financeiros.** Como quaisquer pessoas, os pobres necessitam de serviços financeiros que sejam convenientes, flexíveis e acessíveis. Dependendo das circunstâncias, os pobres não desejam apenas empréstimos, mas também poupança, seguro e acesso a transferências de valores.
2. **As microfinanças são um instrumento poderoso na luta contra a pobreza.** Quando os pobres têm acesso a serviços financeiros, os seus rendimentos aumentam, aumentam os seus ativos, assim como a sua proteção diante de choques externos. Famílias pobres usam as microfinanças para mover-se além da subsistência diária, fazendo provisões para o futuro: investem em melhor nutrição, em habitação, saúde, e educação.
3. **As microfinanças significam a construção de sistemas financeiros que sirvam aos pobres.** Na maioria dos países em desenvolvimento, a maior parte da população é pobre, entretanto, esta maioria é a menos provável de se beneficiar de serviços bancários. As microfinanças são frequentemente vistas como um setor marginal – uma atividade de desenvolvimento que diz respeito a doadores, governos, ou investidores com consciência social, mas não como parte integral do sistema financeiro de um país. As microfinanças, entretanto, só atingirão o máximo número de pobres quando forem incorporadas ao sistema financeiro.
4. **As microfinanças podem e devem ser auto-suficientes para atingir um grande número de pessoas pobres.** A maioria dos pobres não tem acesso aos serviços financeiros que atendam suas necessidades porque não existem instituições fortes que forneçam esses serviços. Instituições fortes têm de cobrar o suficiente para cobrir seus custos. A recuperação dos custos não é uma finalidade absoluta, mas é necessária para que se atinja a escala e o impacto para além do que os doadores podem financiar. Uma instituição auto-suficiente em termos financeiros pode continuar e expandir a sua oferta de serviços no longo prazo. Para atingir a auto-suficiência financeira é necessário diminuir custos de transação, oferecendo serviços mais úteis aos clientes e encontrando novas formas de alcançar os pobres, sem acesso ao sistema bancário.
5. **As microfinanças tratam da construção de instituições financeiras locais de caráter permanente.** O financiamento dos pobres requer instituições financeiras sólidas que forneçam serviços financeiros numa base permanente. Estas instituições precisam mobilizar poupança doméstica, reciclando-a em empréstimos e no fornecimento de outros serviços. À medida que as instituições e os mercados de capitais locais amadurecerem, vão diminuindo a dependência de doadores e governos, inclusive de bancos governamentais e de desenvolvimento.
6. **O microcrédito não é a resposta para tudo. O microcrédito não é o melhor instrumento para todos em todas as circunstâncias.** Pessoas com fome e destituídas, sem renda ou outros meios de desbolsa necessitam de outras formas de assistência antes de poderem fazer bom

uso de empréstimos. Em muitos casos, tais instrumentos podem ser mais eficazes no alívio da pobreza – como, por exemplo, pequenos subsídios, programas de treinamento e emprego, ou a melhoria de infraestrutura. Quando possível, estes serviços devem ser acompanhados de iniciativas que fomentem a poupança.

7. O estabelecimento de “tetos” às taxas de juro afeta negativamente os pobres, tornando o acesso a crédito mais difícil. É muito mais dispendioso fazer vários empréstimos pequenos que apenas alguns empréstimos grandes. A não ser que os fornecedores de microfinanças possam cobrar taxas de juro bem acima das taxas de juro normalmente praticadas pelos bancos, eles não poderão cobrir seus custos. Assim, o seu crescimento será limitado pela escassa e incerta oferta de financiamento concessional de governos e doadores. Quando os governos regulam as taxas de juro, normalmente estas são estabelecidas em níveis tão baixos que não permitem ao fornecedor de microcrédito cobrir seus custos e logo tais regulações deveriam ser evitadas. De outro modo, uma oferta de microfinanças não deveria fazer com que seus clientes pagassem pela sua ineficiência, embutindo-a em suas taxas de juros.

8. O papel do governo é o de permitir a transação de serviços financeiros, não o de fornecê-los diretamente. Os governos devem estabelecer políticas que estimulem a oferta de serviços financeiros aos pobres, ao mesmo tempo em que protegem os depósitos do público. Os governos necessitam manter a estabilidade macroeconômica, evitar tetos às taxas de juro e abster-se de distorcer mercados com programas de empréstimos subsidiados insustentáveis com alta inadimplência. Os governos devem também lutar contra corrupção e melhorar o ambiente para os pequenos negócios, incluindo o acesso aos mercados e no melhoramento da infraestrutura. Em casos especiais, onde fundos não sejam disponíveis, o financiamento governamental pode ser concedido a instituições de microfinanças sólidas e independentes.

9.

Os fundos dos doadores devem complementar o capital privado e não competir com ele. Os doadores fornecem subsídios, empréstimos, e seu próprio patrimônio para as microfinanças. Esta assistência deve ser temporária. E deve ser usada para aumentar a capacitação técnica dos fornecedores de microfinanças; para desenvolver instituições de apoio como agências de avaliação de risco, serviços de análise de crédito e firmas de auditoria além de apoiar a realização de novas experiências no setor. Em alguns casos, servir populações dispersas e distantes requer assistência dos doadores no longo prazo. Os doadores devem tentar integrar as microfinanças a todos os sistemas financeiros. Os doadores devem contratar especialistas com experiência comprovada em desenho e implementação de projetos. Devem estabelecer indicadores claros de desempenho, que devem servir de referência para que a assistência financeira possa ser renovada. Cada projeto deve incorporar um plano realista para que, em determinado momento, a assistência dos doadores não mais seja necessária.

10. O maior gargalo na indústria de microfinanças é a ausência de instituições e executivos fortes. As microfinanças são um campo muito especializado que combina serviços bancários com objetivos sociais. Técnicas e sistemas de gestão serão desenvolvidos em diversos níveis: entre os executivos, em termos de sistemas de informação, em bancos centrais que regulam as microfinanças entre outras agências governamentais e entre os doadores. Investimentos privados e públicos em microfinanças devem concentrar-se em aumentar tais técnicas e sistemas de gestão e não só em mobilizar e movimentar capital.

10. As microfinanças funcionam melhor quando têm seu desempenho medido e divulgado. É imperativo criar um sistema padronizado e exato de informação para medir o desempenho, não só em termos de informação financeira (por exemplo, taxas de juro, reembolso de empréstimos, e recuperação dos custos), mas também de indicador social (número de clientes atendidos e seus correspondentes níveis de rendimento/pobreza). Doadores, investidores, supervisores dos sistemas bancário e clientes necessitam desta informação para avaliar seus custos, risco e retorno.

Anexo C - BRASIL. Lei 11.110, de 25 de abril de 2005.

Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005.

Conversão da MPv nº 226, de 2004

Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.

§ 1º São beneficiárias do PNMPO as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, a serem definidas em regulamento, especificamente para fins do PNMPO.

§ 2º O PNMPO tem por finalidade específica disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

I - o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III - o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei.

~~§ 4º São recursos destinados ao PNMPO os provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e da parcela dos recursos de depósitos à vista destinados ao microcrédito, de que trata o [art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003](#).~~

§ 4º São recursos destinados ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO os provenientes: [\(Redação dada pela Lei nº 12.249, de 2010\)](#)

I - do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; [\(Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010\)](#)

II - da parcela dos recursos de depósitos à vista destinados ao microcrédito, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003; [\(Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010\)](#)

III - do orçamento geral da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, somente quando forem alocados para operações de microcrédito produtivo rural efetuadas com agricultores familiares no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; [\(Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010\)](#)

IV - de outras fontes alocadas para o PNMPO pelas instituições financeiras ou instituições de microcrédito produtivo orientado, de que tratam os §§ 5º e 6º deste artigo, respectivamente. [\(Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010\)](#)

§ 5º São instituições financeiras autorizadas a operar no PNMPO:

I - com os recursos do FAT, as instituições financeiras oficiais, de que trata a [Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990](#); e

II - com a parcela dos recursos de depósitos bancários à vista, as instituições relacionadas no [art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003](#), na redação dada pelo art. 11 desta Lei.

III - com fontes alocadas para as operações de microcrédito produtivo rural efetuadas com agricultores familiares no âmbito do Pronaf, para as instituições autorizadas a operar com esta modalidade de crédito. [\(Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010\)](#)

§ 6º Para os efeitos desta Lei, são instituições de microcrédito produtivo orientado:

I - as cooperativas singulares de crédito;

II - as agências de fomento, de que trata a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001;

III - as sociedades de crédito ao microempreendedor, de que trata a [Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001](#); e

IV - as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, de que trata a [Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999](#).

§ 7º Os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento de que trata o inciso II do § 6º deste artigo, os bancos cooperativos e as centrais de cooperativas de crédito também poderão atuar como repassadores de recursos das instituições financeiras definidas no § 5º deste artigo para as instituições de microcrédito produtivo orientado definidas no § 6º deste artigo.

Art. 2º As instituições financeiras de que trata o § 5º do art. 1º desta Lei atuarão no PNMPO por intermédio das instituições de microcrédito produtivo orientado nominadas no § 6º do art. 1º por meio de repasse de recursos, mandato ou aquisição de operações de crédito que se enquadrarem nos critérios exigidos pelo PNMPO e em conformidade com as Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

§ 1º Para atuar diretamente no PNMPO, as instituições financeiras de que trata o § 5º do art. 1º desta Lei deverão constituir estrutura própria para o desenvolvimento desta atividade, devendo habilitar-se no Ministério do Trabalho e Emprego demonstrando que suas operações de microcrédito produtivo orientado serão realizadas em conformidade com o § 3º do art. 1º desta Lei. [\(Renumerado pela Lei nº 12.249, de 2010\)](#)

~~§ 2º As operações de microcrédito produtivo rural efetuadas no âmbito do Pronaf com agricultores familiares enquadrados na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, desde que obedeçam à metodologia definida no § 3º do art. 1º desta Lei, podem ser consideradas como microcrédito produtivo orientado, integrante do PNMPO. [\(Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010\)](#)~~

~~§ 3º Na operacionalização do microcrédito produtivo rural de que trata o § 2º deste artigo, as instituições de microcrédito produtivo orientado, de que trata o § 6º do art. 1º desta Lei, poderão, sob responsabilidade da instituição financeira mandante, prestar os seguintes serviços: [\(Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010\)](#)~~

~~I - recepção e encaminhamento à instituição financeira de propostas de abertura de contas de depósitos à vista e de poupança; [\(Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010\)](#)~~

~~II - recepção e encaminhamento à instituição financeira de pedidos de empréstimos e de financiamentos; [\(Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010\)](#)~~

~~III - análise da proposta de crédito e preenchimento de ficha cadastral; [\(Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010\)](#)~~

~~IV - execução de serviços de cobrança não judicial. [\(Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010\)](#)~~

§ 2º As instituições financeiras públicas federais que se enquadrem nas disposições do § 5º do art. 1º desta Lei poderão atuar no PNMPPO por intermédio de sociedade na qual participe direta ou indiretamente, desde que tal sociedade tenha por objeto prestar serviços necessários à contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e que esses serviços não representem atividades privativas de instituições financeiras, devendo essa sociedade habilitar-se no Ministério do Trabalho e Emprego. [\(Redação dada pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

§ 3º Para o atendimento do disposto no § 2º deste artigo, as instituições financeiras públicas federais, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão constituir sociedade ou adquirir participação em sociedade sediada no Brasil, sendo vedada a aquisição das instituições de microcrédito produtivo orientado relacionadas no § 6º do art. 1º desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

I - (revogado); [\(Redação dada pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

II - (revogado); [\(Redação dada pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

III - (revogado); [\(Redação dada pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

IV - (revogado). [\(Redação dada pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

§ 4º As operações de microcrédito produtivo rural efetuadas no âmbito do Pronaf com agricultores familiares enquadrados na [Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006](#), desde que obedeçam à metodologia definida no § 3º do art. 1º desta Lei, podem ser consideradas como microcrédito produtivo orientado, integrante do PNMPPO. [\(Incluído pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

§ 5º Na operacionalização do microcrédito produtivo rural de que trata o § 4º deste artigo, as instituições de microcrédito produtivo orientado, de que trata o § 6º do art. 1º desta Lei, poderão, sob responsabilidade da instituição financeira mandante, prestar os seguintes serviços: [\(Incluído pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

I - recepção e encaminhamento à instituição financeira de propostas de abertura de contas de depósitos à vista e de conta de poupança; [\(Incluído pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

II - recepção e encaminhamento à instituição financeira de pedidos de empréstimos, de financiamentos e de renegociação; [\(Incluído pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

III - elaboração e análise da proposta de crédito e preenchimento de ficha cadastral e dos instrumentos de crédito, com a conferência da exatidão das informações prestadas pelo proponente, à vista de documentação competente; [\(Incluído pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

IV - execução de serviços de cobrança não judicial; [\(Incluído pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

V - realização de visitas de acompanhamento e de orientação, e elaboração dos respectivos laudos e/ou relatórios; [\(Incluído pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

VI - guarda de documentos, na qualidade de fiel depositário. [\(Incluído pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

Art. 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, no âmbito de suas respectivas competências, disciplinarão:

I - as condições de repasse de recursos e de aquisição de operações de crédito das instituições de microcrédito produtivo orientado pelas instituições financeiras operadoras;

II - as condições de financiamento das instituições de microcrédito produtivo aos tomadores finais dos recursos, estabelecendo, inclusive, estratificação por renda bruta anual que priorize os segmentos de mais baixa renda dentre os beneficiários do PNMPPO;

~~III - os requisitos para a habilitação das instituições de microcrédito produtivo orientado no PNMPPO, dentre os quais deverão constar:~~

III - os requisitos para a habilitação das instituições de microcrédito produtivo orientado e das sociedades de que trata o § 2º do art. 2º desta Lei, no PNMPPO, dentre os quais deverão constar: [\(Redação dada pela Lei nº 12.810, de 2013\)](#)

a) cadastro e termo de compromisso no Ministério do Trabalho e Emprego;

b) plano de trabalho a ser aprovado pela instituição financeira, que deverá conter, dentre outros requisitos, definição da metodologia de microcrédito produtivo orientado a ser utilizada, da forma de acompanhamento dos financiamentos, com os respectivos instrumentos a serem utilizados, e dos índices de desempenho;

IV - os requisitos para a atuação dos bancos de desenvolvimento, das agências de fomento, dos bancos cooperativos e das centrais de cooperativas de crédito na intermediação de recursos entre as instituições financeiras e as instituições de microcrédito produtivo orientado.

§ 1º Quando a fonte de recursos utilizados no PNMPPO for proveniente do FAT, o Codefat, além das condições de que trata o **caput** deste artigo, deverá definir:

I - os documentos e informações cadastrais exigidos em operações de microcrédito;

II - os mecanismos de fiscalização e de monitoramento do PNMPPO;

~~III - o acompanhamento, por amostragem, pelas instituições financeiras operadoras nas instituições de microcrédito produtivo orientado e nos tomadores finais dos recursos; e~~

III - o acompanhamento, por amostragem, pelas instituições financeiras operadoras nas instituições de microcrédito produtivo orientado, nas sociedades de que trata o § 2º do art. 2º desta Lei e nos tomadores finais dos recursos; (Redação dada pela Lei nº 12.810, de 2013)

IV - as condições diferenciadas de depósitos especiais de que tratam o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991; o art. 4º da Lei nº 8.999, de 24 de fevereiro de 1995; e o art. 11 da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo art. 8º da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999.

§ 2º As operações de crédito no âmbito do PNMPO poderão contar com a garantia do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – Funproger, instituído pela Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, observadas as condições estabelecidas pelo Codefat.

Art. 4º Fica permitida a realização de operações de crédito a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, no âmbito do PNMPO, sem a exigência de garantias reais, as quais podem ser substituídas por formas alternativas e adequadas de garantias, a serem definidas pelas instituições financeiras operadoras, observadas as condições estabelecidas em decreto do Poder Executivo.

Art. 4º-A. Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica a instituições financeiras sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado. (Incluído pela Medida Provisória nº 543, de 2011)

§ 1º A subvenção de que trata o **caput** fica limitada a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) por ano. (Incluído pela Medida Provisória nº 543, de 2011)

§ 2º O pagamento das subvenções de que trata o **caput**, com vistas ao atendimento do disposto no inciso II do § 1º do art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica condicionado à apresentação, pela instituição financeira beneficiária, de declaração de responsabilidade pela exatidão das informações relativas às operações realizadas. (Incluído pela Medida Provisória nº 543, de 2011)

§ 3º A equalização de parte dos custos de que trata o **caput** corresponderá a montante fixo por operação contratada de microcrédito produtivo orientado. (Incluído pela Medida Provisória nº 543, de 2011)

§ 4º Cabe ao Ministério da Fazenda: (Incluído pela Medida Provisória nº 543, de 2011)

I – estabelecer os critérios a serem observados pela instituição financeira nas operações de microcrédito produtivo orientado para fazer jus à subvenção; (Incluído pela Medida Provisória nº 543, de 2011)

II – definir a metodologia, as normas operacionais e demais condições para o pagamento da subvenção; e (Incluído pela Medida Provisória nº 543, de 2011)

III – estipular os limites anuais de subvenção por instituição financeira, respeitada a dotação orçamentária reservada a essa finalidade. (Incluído pela Medida Provisória nº 543, de 2011)

Art. 4º-A. Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado. (Redação dada pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

§ 1º A subvenção de que trata o **caput** fica limitada a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) por ano. (Redação dada pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

§ 2º A subvenção de que trata o **caput** será concedida: (Redação dada pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

I – às instituições financeiras relacionadas no art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003; (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

II – aos bancos de desenvolvimento; (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

III – às agências de fomento de que trata a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001; e (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

IV – às instituições elencadas nos incisos I e III do § 6º do art. 1º, desde que por intermédio e responsabilidade dos agentes referidos nos incisos I a III do **caput** deste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

§ 3º O pagamento da subvenção, com vistas ao atendimento do disposto no inciso II do § 1º do art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica condicionado à apresentação, pela instituição financeira recebedora da subvenção, de declaração de responsabilidade pela exatidão das informações relativas às operações realizadas. (Redação dada pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

~~§ 4º A equalização de parte dos custos de que trata o caput corresponderá a montante fixo por operação contratada de microcrédito produtivo orientado. (Redação dada pela Medida Provisória nº 554, de 2011)~~

~~§ 5º Caberá ao Ministério da Fazenda: (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)~~

~~I - estabelecer os critérios a serem observados pelas instituições financeiras nas operações de microcrédito produtivo orientado para fazer jus à subvenção; (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)~~

~~II - definir a metodologia, as normas operacionais e demais condições para o pagamento da subvenção; (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)~~

~~III - respeitada a dotação orçamentária reservada a esta finalidade, estipular os limites anuais de subvenção por instituição financeira; e (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)~~

~~IV - divulgar, anualmente, informações relativas à subvenção econômica concedida, por instituição financeira, indicando, no mínimo, e desde que satisfeita a exigência constante do § 6º, o valor total da subvenção, o valor médio da equalização de juros praticada e o número de beneficiados por instituição financeira e por Unidade da Federação. (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)~~

~~§ 5º As instituições financeiras participantes deverão encaminhar ao Ministério da Fazenda informações relativas às operações realizadas, no formato e na periodicidade indicados em ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)~~

~~Art. 4º-A. Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado. (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~§ 1º A subvenção de que trata o caput fica limitada a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) por ano. (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~§ 1º A subvenção de que trata o caput fica limitada à respectiva dotação orçamentária fixada para o exercício. (Redação dada pela Lei nº 12.810, de 2013)~~

~~§ 2º A subvenção de que trata o caput será concedida: (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~I - às instituições financeiras relacionadas no art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003; (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~II - aos bancos de desenvolvimento; (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~III - às agências de fomento de que trata a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001; e (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~IV - às instituições elencadas nos incisos I e III do § 6º do art. 1º, desde que por intermédio e responsabilidade dos agentes referidos nos incisos I a III deste § 2º. (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~§ 3º O pagamento da subvenção de que trata o caput deste artigo, com vistas no atendimento do disposto no inciso II do § 1º do art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica condicionado à apresentação pela instituição financeira recebedora da subvenção de declaração de responsabilidade pela exatidão das informações relativas às operações realizadas. (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~§ 4º A equalização de parte dos custos de que trata o caput corresponderá a montante fixo por operação contratada de microcrédito produtivo orientado. (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~§ 5º Cabe ao Ministério da Fazenda: (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~I - estabelecer os critérios a serem observados pelas instituições financeiras nas operações de microcrédito produtivo orientado para fazer jus à subvenção; (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~II - definir a metodologia, as normas operacionais e demais condições para o pagamento da subvenção; (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~III - respeitada a dotação orçamentária reservada a esta finalidade, estipular os limites anuais de subvenção por instituição financeira; e (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~IV - divulgar, anualmente, informações relativas à subvenção econômica concedida, por instituição financeira, indicando, no mínimo e desde que satisfeita a exigência constante do § 6º, o valor total da subvenção, o valor médio da equalização de juros praticada e o número de beneficiários por instituição financeira e por unidade da federação. (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~§ 6º As instituições financeiras participantes deverão encaminhar ao Ministério da Fazenda informações relativas às operações realizadas no formato e na periodicidade indicados em ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 12.666, de 2012)~~

~~Art. 4º-B. A aplicação irregular ou o desvio dos recursos provenientes das subvenções de que trata o art. 4º-A sujeita o infrator à devolução, em dobro, da subvenção recebida, atualizada~~

~~monetariamente, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. (Incluído pela Medida Provisória nº 543, de 2011)~~

~~Art. 4º-B. A aplicação irregular ou o desvio dos recursos provenientes das subvenções de que trata esta Lei sujeitará o infrator à devolução, em dobro, da subvenção recebida, atualizada monetariamente, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. (Redação dada pela Medida Provisória nº 554, de 2011)~~

Art. 4º-B. A aplicação irregular ou o desvio dos recursos provenientes das subvenções de que trata esta Lei sujeitará o infrator à devolução, em dobro, da subvenção recebida, atualizada monetariamente, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. (Redação dada pela Lei nº 12.666, de 2012)

~~Art. 4º-C. Cabe ao Banco Central do Brasil acompanhar e fiscalizar as operações de microcrédito produtivo orientado realizadas pelas instituições financeiras beneficiárias da subvenção de que trata o art. 4º-A. (Incluído pela Medida Provisória nº 543, de 2011)~~

~~Art. 4º-C. Cabe ao Banco Central do Brasil acompanhar e fiscalizar as operações de microcrédito produtivo orientado realizadas pelas instituições financeiras beneficiárias da subvenção de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 554, de 2011)~~

Art. 4º-C. Cabe ao Banco Central do Brasil acompanhar e fiscalizar as operações de microcrédito produtivo orientado realizadas pelas instituições financeiras beneficiárias da subvenção de que trata esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.666, de 2012)

Art. 5º O Ministério do Trabalho e Emprego poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos que objetivem a cooperação técnico-científica com órgãos do setor público e entidades privadas sem fins lucrativos, no âmbito do PNMPPO.

Art. 6º Fica criado o Comitê Interministerial do PNMPPO para subsidiar a coordenação e a implementação das diretrizes previstas nesta Lei, receber, analisar e elaborar proposições direcionadas ao Codefat e ao CMN, de acordo com suas respectivas atribuições, cabendo ao Poder Executivo regulamentar a composição, organização e funcionamento do Comitê.

Art. 7º A alínea a do § 2º do art. 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11

§ 2º

a) por intermédio da destinação de aplicações financeiras, em agentes financeiros públicos ou privados, para lastrear a prestação de aval parcial ou total ou fiança nas operações de crédito destinadas a microempresas e empresas de pequeno porte; para lastrear a prestação de aval parcial ou total ou fiança nas operações de crédito e aquisição de carteiras de crédito destinadas a sociedades de crédito ao microempreendedor, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, e a organizações da sociedade civil de interesse público que se dedicam a sistemas alternativos de crédito, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; e para lastrear operações no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado;

....." (NR)

Art. 8º O **caput** do art. 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

"Art. 8º

VIII - nos lançamentos a débito nas contas especiais de depósito a vista tituladas pela população de baixa renda, com limites máximos de movimentação e outras condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil.

....." (NR)

Art. 9º O § 3º do art. 2º da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

§ 3º O limite estabelecido no inciso I do **caput** deste artigo poderá ser ampliado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, mediante proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, até o valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)." (NR)

Art. 10. O inciso I do caput do art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I - terão por objeto social a concessão de financiamentos a pessoas físicas e microempresas, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, de

pequeno porte, equiparando-se às instituições financeiras para os efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional;

....." (NR)

Art. 11. O [caput do art. 1º](#) e o [inciso VI do art. 2º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003](#), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal manterão aplicada em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores parcela dos recursos oriundos dos depósitos a vista por eles captados, observadas as seguintes condições:

....." (NR)

"Art. 2º

VI - o valor máximo do crédito por cliente;

....." (NR)

Art. 12. Fica a União autorizada, exclusivamente para a safra 2004/2005, a conceder cobertura do Seguro da Agricultura Familiar – "Proagro Mais" a agricultores que não efetuaram, em tempo hábil, a comunicação ao agente financeiro do cultivo de produto diverso do constante no instrumento de crédito, desde que este produto substituto seja passível de amparo pelo "Proagro Mais" e o respectivo Município haja decretado estado de calamidade ou de emergência em função da estiagem, devidamente reconhecido pelo governo federal.

Parágrafo único. O CMN disciplinará a aplicação da excepcionalidade de que trata este artigo, definindo as demais condições e realizando as necessárias adequações orçamentárias.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de abril de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ

INÁCIO

LULA

DA

SILVA

Antonio

Palocci

Filho

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 26.4.2005.

**Anexo D - Lei Municipal Nº 10.431, de 11 de abril de 2005,
que Cria o Programa de Apoio aos Pequenos Negócios –
Empreender JP**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Gabinete do Prefeito

LEI nº 10.431, de 11 de abril de 2005.

**CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS
PEQUENOS NEGÓCIOS - EMPREENDER - JP E
ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO
SABER QUE O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º - Fica instituído o PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS
PEQUENOS NEGÓCIOS - EMPREENDER - JP, como instrumento de promoção da
inclusão social e do desenvolvimento sustentável, através de
programas especiais de capacitação empreendedora e financiamento com
os seguintes objetivos:**

**I - Aumentar as oportunidades de emprego através da criação,
ampliação, modernização, transferência ou reativação de pequenos
negócios, formais e informais, através de empréstimos de recursos
financeiros aos empreendedores;**

**II - Elevar a qualidade de vida da população pela criação de
fontes de renda segura e consistente, que proporcione sustentação às
famílias de empreendedores, em particular as de baixa renda;**

**III - Promover a capacitação e qualificação gerencial de
empreendedores e gestores de pequenos negócios, visando aprimorar
suas aptidões e assegurar acesso à inovação tecnológica que lhes
garantam maior eficiência produtiva e competitividade no mercado;**

**IV - Promover sistemas associativos de produção mediante a
criação e a manutenção de centrais de compras, de produção e vendas,
sob a gestão dos empreendedores, formais e informais, de pequenos
negócios;**

**V - Oferecer infra-estrutura para facilitar escoamento da
produção e possibilitar o acesso dos pequenos empreendedores ao
sistema de comercialização;**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Gabinete do Prefeito

VI - Viabilizar a participação de pequenos negócios, formais e informais em feiras e exposições onde quer que sua presença possa contribuir para o desenvolvimento de suas atividades; e

VII - Apoiar e estimular a criação de organizações e mecanismos de micro-crédito.

Art. 2º - Para implementação e operacionalização do PROGRAMA EMPREENDER - JP, fica instituído o FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS.

I - Não será concedido empréstimo pelo Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios aos projetos de comercialização de armas.

II - A Prefeitura fará publicar Edital na imprensa e no Semanário Oficial, definindo local e horário para inscrição dos interessados, como também a relação dos processos deferidos e indeferidos dos empréstimos do EMPREENDER - JP.

Art. 3º - Os recursos arrecadados através do Fundo EMPREENDER - JP serão administrados pela Agência de Desenvolvimento de Pequenos Negócios, implementada no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção.

Parágrafo Único - A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção será responsável pela operacionalização e administração das medidas necessárias à implementação das ações estabelecidas no caput deste artigo, podendo para tanto, na forma da lei, firmar convênios, contratar serviços, estabelecer parcerias e adotar as iniciativas indispensáveis ao bom cumprimento dos objetivos compreendidos por tais ações, fazendo uso dos seus recursos institucionais e daqueles disponíveis no âmbito do governo municipal.

CAPÍTULO II
DAS FONTES DE RECURSOS

Art. 4º - Constituirão recursos do PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS - EMPREENDER-JP:

I - O produto resultante de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre todos os valores de pagamentos realizados pelo Município de João Pessoa, relativos ao fornecimento de bens, serviços e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Gabinete do Prefeito

contratação de obras, creditados automaticamente ao FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS;

II - VETADO

III - As transferências de agências e fundos de desenvolvimento, nacionais e internacionais, a título de contribuição, subvenção ou doação, além de outras formas de transferências a fundo perdido;

IV - Os valores decorrentes da remuneração do Fundo pelos financiamentos concedidos pelo agente financeiro e os rendimentos resultantes de aplicações financeiras dos recursos não comprometidos;

V - Doações de pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas e privadas que desejem participar de programas de redução das disparidades sociais de renda, no âmbito do município de João Pessoa;

VI - Juros e quaisquer outros rendimentos eventuais;

VII - Amortizações de empréstimos concedidos.

Parágrafo Único - Ficam excluídos dos valores mencionados no inciso I deste artigo os pagamentos relativos a:

I - Serviços públicos explorados por concessão dispensados de procedimento licitatório para contratação com o Município;

II - Pagamentos e adiantamentos aos servidores públicos municipais;

III - Pagamentos inferiores a 04 (quatro) salários mínimos.

IV - VETADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Gabinete do Prefeito

VI - Um (01) representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT;

VI-A - Um (01) representante das Cooperativas;

VII - Um (01) representante das Associações Comunitárias;

VIII - Um (01) representante da Universidade Federal da Paraíba - UFPB;

IX - Um (01) representante da Associação das Micro e Pequenas Empresas da Paraíba - FEMPE;

X - Um (01) representante Da Federação das Micro e Pequenas Empresas da Paraíba;

XI - Um (01) representante da Câmara Municipal de João Pessoa;

XII - **VETADO**

Parágrafo Único - No ato da indicação, do membro do Conselho, a entidade ou o órgão indicará o respectivo suplente.

Art. 7º - O FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS será administrado por um Comitê Gestor e supervisionado pelo Conselho Consultivo dos Pequenos Negócios a que se refere o Art. 5º da presente Lei.

Art. 8º - O Comitê Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS será composto pelos seguintes membros:

I - O Diretor de Fomento da Produção e dos Pequenos Negócios;

II - Um (01) representante da Secretaria de Desenvolvimento Social que atuará na condição de Vice-Presidente;

III - Um (01) representante da Secretaria de Finanças;

IV - Um (01) representante da Associação das Micro e Pequenas Empresas de João Pessoa (PB);

V - Um (01) representante dos Agentes Financeiros.

Art. 9º - Compete ao Comitê Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Gabinete do Prefeito

I - Reunir-se mensalmente para avaliar a operação e resultados da aplicação dos recursos do Fundo;

II - Determinar as normas, procedimentos e condições operacionais do Fundo a serem cumpridas pelos Agentes Financeiros;

III - Aprovar as prestações de contas referentes às despesas administrativas de funcionamento e operacionalização das normas e procedimentos estabelecidos nesta Lei, bem como encaminhar, à Câmara Municipal de João Pessoa, as respectivas prestações de contas com a documentação comprobatória até o 15º dia, do mês subsequente.

§ 1º - A Secretaria Executiva do Comitê Gestor será designada pelo Secretário do Desenvolvimento Sustentável da Produção.

§ 2º - Compete a Secretaria Executiva:

I - Secretariar o Comitê Gestor do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios;

II - Receber, analisar e emitir parecer conclusivo no que respeita às solicitações de financiamento;

III - Elaborar o plano estratégico e operativo anual do fundo;

IV - Gerir o fundo de despesas administrativas do Comitê, prestando contas mensalmente à presidência do mesmo;

V - Apresentar relatórios mensais e anuais com referência às atividades operacionais e financeiras do Fundo.

CAPÍTULO IV
DO AGENTE FINANCEIRO

Art. 10 - Os recursos do FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS - EMPREENDER - JP serão operacionalizados pela Agência de Desenvolvimento de Pequenos Negócios ou agentes financeiros selecionados dentre os bancos oficiais, os quais celebrarão convênios com o Município de João Pessoa para operacionalizar linhas de crédito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Gabinete do Prefeito

§ 1º - A remuneração do Agente Financeiro será negociada, em forma de parcerias solidárias, levando-se em conta os interesses sociais da operação do PROGRAMA EMPREENDER - JP.

§ 2º - A título de contrapartida, o Agente Financeiro implantará, na agência ou agências locacionalmente mais adequadas, um Núcleo de Atendimento aos Pequenos Negócios, com equipe capacitada a prestar os serviços financeiros do PROGRAMA EMPREENDER - JP e todas as informações e esclarecimentos que forem necessários ao seu bom desempenho.

§ 3º - Compete ao Agente Financeiro:

I - Providenciar para o PROGRAMA EMPREENDER - JP contabilidade própria, fazendo publicar anualmente os balanços de recursos do Fundo, devidamente auditados;

II - Efetuar o controle contábil-financeiro dos recursos do Fundo, através do exame da movimentação dos saldos e de suas aplicações no mercado aberto;

III - Providenciar a emissão de cada contrato de financiamento de acordo com as normas e procedimentos emanados do Comitê Gestor do Fundo;

IV - Controlar a situação do mutuário ou beneficiário e dar quitação quando do encerramento dos contratos;

V - O Agente Financeiro deverá colocar à disposição do Comitê Gestor os demonstrativos com posições mensais dos recursos, aplicações e resultados do Fundo.

Art. 11 - Fica criado o Fundo Garantidor, vinculado ao PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS - EMPREENDER-JP, com o objetivo de cobrir eventuais perdas resultantes de inadimplências dos financiamentos concedidos pelo agente financeiro.

§ 1º - O agente financeiro somente será ressarcido dos contratos inadimplidos decorridos sessenta dias do vencimento, através do débito em conta do Fundo Garantidor.

§ 2º - O agente financeiro deverá proceder à cobrança dos contratos inadimplidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Gabinete do Prefeito

§ 3º - Também poderão compor o Fundo Garantidor ao PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS - EMPREENDER-JP e utilizados dentro dos objetivos deste, os recursos do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - O Poder Executivo Municipal Regulamentará e criará condições legais necessárias para que os recursos previstos no Art. 3º, em seu parágrafo único, sejam assegurados com vistas à capitalização e operacionalização do Programa EMPREENDER - JP.

Parágrafo Único - Compete ao Poder Executivo Municipal autorizar despesas referentes ao custeio da administração do Programa EMPREENDER - JP.

Art. 13 - A incidência do percentual estabelecido no inciso I, do Art. 4º não alcança os contratos assinados anteriormente à edição da presente lei.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, EM 11 DE ABRIL DE 2005.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Prefeito do Município

Anexo E - Certificado de Participação no Curso de Gestão Empresarial Básica do Empreender JP



DECLARAÇÃO

DECLARAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O (A) SR. (A)
ROSIVALDO DE LIMA LUCENA PARTICIPOU DO CURSO GESTÃO
EMPRESARIAL BÁSICA, REALIZADO NO PERÍODO DE 21 A 24 DE JULHO
DE 2014 COM CARGA HORARIA DE 16 HORAS NA TURMA 654^ª.

JOÃO PESSOA, 24 DE JULHO DE 2014.



GISELINE LUCENA DA COSTA
FACILITADORA